

ESQUERDA

Nº 2 | EDIÇÃO ANUAL | MARÇO 2020 | 4€

O CAPITALISMO É A CRISE

Justiça climática,
democracia, alternativas

Artigos de João Camargo,
Luís Fazenda, Diana Andringa,
José Gusmão e muitos outros.



No momento em que esta revista é impressa, o quotidiano de grande parte da humanidade está afetado pelo coronavírus Covid-19, já declarado pandemia global. A resposta a este problema porá em causa uma globalização capitalista que provou – perante a crise climática – ser incapaz de respostas justas a urgências globais. Também face à crise sanitária e à resultante contração económica, confrontam-se prioridades antagónicas: as de uma comunidade mobilizada, que coloque a sua proteção a par da garantia de bens e serviços essenciais, são diferentes das da elite financeira, que vê na pandemia uma oportunidade para capturar dinheiro público, alargar a precariedade a novas esferas e, à boleia do estado de emergência, avançar no securitarismo e na redução de liberdades.

A revista Esquerda chega às bancas num contexto político muito diferente da edição de estreia. As eleições legislativas ditaram uma nova relação de forças no parlamento, com o PS a pôr fim à experiência da geringonça e a governar através de negociações *à la carte* para aprovar Orçamentos excedentários que satisfazem Bruxelas à custa do investimento perdido para o país. No plano europeu, a aposta na continuação das políticas liberais e austeritárias aprofunda o défice democrático e alimenta o crescimento da direita xenófoba, numa altura em que a Turquia usa o seu poder de chantagem oferecido por Bruxelas com o acordo de retenção de refugiados a troco de dinheiro, criando assim uma nova crise humanitária às portas da Grécia. Em vez de uma resposta humanitária e solidária, assistimos de novo à repressão dos que fogem à guerra e à fome, empurrados entre duas fronteiras como peões de um jogo político no qual só a extrema-direita pode colher frutos.

Mas o ano que passou trouxe também grandes transformações no campo da resistência e é sobre elas que esta revista dedica boa parte das suas páginas. O combate pela justiça climática atraiu uma nova geração de ativistas e deu origem às maiores mobilizações de juventude por todo o planeta. O sentido de urgência que é a marca deste movimento para travar as alterações climáticas contrasta com as sucessivas promessas vazias e os compromissos falhados por parte dos países em cada Cimeira do Clima. Não há marketing verde capaz de esconder o aumento da temperatura média global e do nível das águas dos oceanos, entre outros ingredientes que contribuem para a catástrofe anunciada.

É impossível evitar essa catástrofe sem juntar forças para enfrentar e destruir o capitalismo responsável pelo esgotamento dos recursos naturais e reorganizar a sociedade em função dos interesses dos povos e não dos lucros das multinacionais da energia fóssil. Nesta revista damos voz aos argumentos ecosocialistas e ecofeministas que procuram criar alternativas a partir das lutas concretas de resistência ao capitalismo extrativista, por uma revolução nos modos de produção e de transporte e uma rutura com paradigma do produtivismo e consumismo desenfreados.

«Não há planeta B», diz a juventude deste movimento global. E tem toda a razão. A radicalidade da luta pela justiça climática é o que permite abrir hoje um horizonte de esperança para as novas gerações desenharem uma sociedade assente na cooperação e na partilha, na defesa do que é de todos.

ESQUERDA

EDIÇÃO ANUAL.
PUBLICADA EM MARÇO DE 2020.

www.esquerda.net

DIREÇÃO
Luís Branco

DIREÇÃO DE ARTE
Tiago Tavares

REDAÇÃO:
Carlos Carujo, Carlos Santos, Érica
Postiço, Joana Louçã, Luís Leiria,
Mariana Carneiro.

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO:
Adriano Campos, Afonso Reis Cabral,
Alberto Matos, Álvaro Arranja,
Ana Bárbara Pedrosa, Ana Mendes,
Bruno Góis, Diana Andringa,
Elisabeth Peredo, Fabian Figueiredo,
Francisco Louçã, Gustavo Sugahara,
Heitor de Sousa, João Camargo,
Jorge Costa, Jorge Loureiro,
José Gusmão, José Luís Peixoto,
Luís Fazenda, Luís Monteiro,
Luísa Costa Gomes, Marco Marques,
Mário Moutinho, Michael Löwy,
Nelson Peralta, Paula Sequeiros,
Paulete Matos, Paulo Jorge Vieira,
Paulo Portugal, Pedro Gomes Almeida,
Pedro Craveiro, Ricardo Vicente,
Sara Azul, Sofia Oliveira,
Tatiana Moutinho, Victor Franco

PROPRIEDADE
Bloco de Esquerda

SEDE
Rua da Palma, 268, 1100-394 Lisboa
Tel.: 213 510 510
Email: bloco.esquerda@bloco.org

NIPC
504486721

DEPÓSITO LEGAL
468650/20

REGISTO ERC
125481

TIRAGEM
7.000 exemplares

IMPRESSÃO
Jorge Fernandes, Lda.

DISTRIBUIÇÃO
VASP

A revista ESQUERDA segue as regras do AO90.
Alguns autores optaram por escrever de acordo
com a grafia pré-AO90.

ÍNDICE

04 E QUANTO À LUZ, ECLIPSE | Luís Fazenda
08 MACRON E A QUARTA VIA | José Gusmão

12 MAPA DAS RESISTÊNCIAS | Sofia Oliveira
14 JUSTIÇA CLIMÁTICA: A REVOLUÇÃO CONTRA O COLAPSO | João Camargo
20 TARIFA ZERO NOS TRANSPORTES PÚBLICOS: UMA ESCOLHA PARA DEFENDER O PLANETA | Heitor de Sousa
26 QUE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UMA FLORESTA MAIS RESILIENTE? | Ricardo Vicente
30 “SÓ SOMOS POSSÍVEIS COMO SOCIEDADE SE FORMOS PARTE DA COMUNIDADE, DA VIDA, DA TERRA” | Entrevista a Elisabeth Peredo
34 ANTROPOCENO – O FILME DE UMA INACREDITÁVEL VERDADE | Paulo Portugal
38 A RESPOSTA CLIMÁTICA SÓ EXISTE COM UMA TRANSIÇÃO JUSTA | Nelson Peralta
40 XIII TESES SOBRE A CATÁSTROFE (ECOLÓGICA) IMINENTE E OS MEIOS (REVOLUCIONÁRIOS) DE EVITÁ-LA | Michael Löwy
44 O CLIMA É UM GRANDE NEGÓCIO | Francisco Louçã

48 DESINFORMAÇÃO E CRISE DOS MEDIA: COMBATENDO A PROFECIA DE ORWELL? | Diana Andringa
52 DESMEMÓRIA: A RODA DENTADA DOS NOVOS FASCISMOS NO SÉCULO XXI | Luís Monteiro
56 DEVEMOS RESPONDER A ANDRÉ VENTURA? | Joana Louçã
60 A CLAQUE DOS MILIONÁRIOS: DO QUE É A INICIATIVA LIBERAL O NOME? | Fabian Figueiredo

63 E SE ENVELHECER NÃO FOSSE UM DRAMA? | Gustavo Sugahara

67 AS FERIDAS ABERTAS DA GUERRA COLONIAL | Mariana Carneiro
70 DESCOLONIZAR PORTUGAL | Bruno Góis

74 “NÃO SERIA UM CIDADÃO INTEIRO SE NÃO TIVESSE UMA PARTICIPAÇÃO ATIVA” | Entrevista a Mário Moutinho

80 “OS SALTOS! OS SALTOS! OS SALTOS”: SOBRE LÉNINE E A POLÍTICA | Daniel Bensaïd
90 NO CENTENÁRIO DA CGT E DE “A BATALHA” | Álvaro Arranja

94 ARGÉLIA: UMA REVOLUÇÃO QUE APONTA AO FUTURO | Luis Leiria

98 SOBREVIVENTES: O OUTRO LADO DA AGRICULTURA INTENSIVA NO ALENTEJO | Fotogaleria de Paulete Matos, texto de Alberto Matos

106 GANHAR O FUTURO, VENCER O MEDO! | Victor Franco

110 “FALTAM DEBATES SOBRE A LITERATURA” | Ana Bárbara Pedrosa e Afonso Reis Cabral conversam com Paulo Jorge Vieira

118 VIAGENS DE CONSTANTINO | Luísa Costa Gomes
122 A RESSURREIÇÃO DE IVAN ILITCH | José Luís Peixoto
125 GERAÇÃO À RASCA | Poema de Pedro Craveiro

126 A SELVA DE CALAIS NÃO PODE SER ESQUECIDA | Marco Marques
127 THE TESTAMENTS E O PODER DA UTOPIA | Sara Azul

QUANTO À LUZ, ECLIPSE

Luís Fazenda



Foto: Miguel A. Lopes/LUSA

O governo minoritário segue o seu curso. Desta vez tem uma oposição de esquerda e cidadã. O governo terá de prestar mais contas do que as que apresenta em Bruxelas.

A imagem vem direitinha do debate sobre a frustrada baixa do IVA da eletricidade. Mas esse eclipse da luz é extensivo a alguma ilusão de acordo político comum imediato que pudesse ser articulado com o PS. O governo de António Costa e de Mário Centeno provou em apenas 3 meses que não queria e nem aceitaria quaisquer condições. Ou seja, desde as últimas eleições para a Assembleia da República fez-se a prova do algodão, e o teste marcou o isolamento do PS sobre si próprio. Diga-se que este apagão no IVA da eletricidade só certificou o óbito da extinta geringonça.

O governo negociou a política orçamental para 2020 com um largo leque de partidos, do CDS ao Bloco de Esquerda, passando pelo PSD madeirense, PAN, PCP, PEV, e a deputada não inscrita Joacine Katar Moreira, ex-Livre. O pragmatismo imperou e, por efeito de algumas medidas sociais, onde mesmo o mais importante foi o enorme reforço do Serviço Nacional de Saúde negociado com o Bloco, foi

possível garantir a viabilização do orçamento. No conjunto, temos de o admitir, pouca substância resultou para uma política de esquerda. De facto, interrompeu-se o percurso anterior de compromissos partidários, sem que, no entanto, nenhum caminho inovador se possa identificar. A marca do triunfo de Costa e Centeno é a "normalidade europeia". O alinhamento pela ortodoxia europeia foi a música de fundo do filme orçamental há muitos anos atrás e agora regressa sem meias palavras, sem ses de qualquer espécie, como se vinha a acentuar no final da geringonça.

O "apagão" no IVA da luz, contrariando posições anteriores do PS, sem qualquer flexibilidade para encontrar soluções intermediárias é revelador da conduta do "PS sozinho" que se vai impondo e da arrogância não disfarçada do governo. A autossuficiência do PS não resulta do voto popular. Não pode. Repetidamente, os eleitores não conferiram maioria ao PS. Costa pode alegar que o PS se refor-

MACRON E A QUARTA VIA

José Gusmão



Foto: União Europeia

As únicas frentes progressistas a que poderemos assistir serão as que, no plano nacional e europeu, se constituírem em clara e frontal oposição ao rumo da União Europeia.

Há cerca de um ano, o *Diário de Notícias* publicava um texto traduzido em várias línguas e em vários jornais, como *Guardian* ou o *Die Welt*. Por essa altura, o seu autor, Emmanuel Macron, já tinha habitado toda a gente à absoluta solenidade de qualquer comunicado de imprensa. «Por um renascimento europeu» era o título, que estas coisas são para se fazer à grande.

A propósito do Brexit, o texto trata logo de esclarecer o leitor que o problema não é o projeto Europeu, mas sim os «grandes choques do mundo contemporâneo», que se presume ser lá fora, e «a mentira e irresponsabilidade» que pelos vistos reapareceram agora na política mundial após longa ausência, com especial incidência no Reino Unido.

A culpa era, portanto, dos outros e dos que ainda não eram outros, mas estavam a caminho. Na ausência de escolhas agregadoras, que convençam e mobilizem os cidadãos dos vários países da União Europeia, Macron volta-se para a mais estafada das estratégias: a busca de inimigos externos.

Macron vitupera os «exploradores da ira» mas não se percebe de onde é que veio a ira. Mas percebe-se porque é que Macron provocou três gigantescos movimentos sociais em cinco anos. Sobre governação económica, evasão e fraude fiscal, sistema financeiro, pobreza e desemprego, cri-

se dos serviços públicos, nem uma linha. Nem a Comissão conseguiria produzir semelhante balanço.

Segue-se o exercício pouco original de atribuir à União Europeia todas as coisas boas que a Europa conseguiu construir quando a União Europeia ainda não existia. E explicar às dezenas de milhões de pobres, desempregados e precários que a União Europeia é um sucesso.

Passemos então às propostas: liberdade, proteção e progresso. A parte da liberdade é Rússia e extrema-direita. O segundo parágrafo é controlo de fronteiras, militarização e protecionismo («europeu», que o nacional é proibido). O terceiro é o parágrafo mais interessante porque nos dá um mapa indicativo do progresso segundo Macron.

No trabalho, garantir «a mesma remuneração no mesmo local de trabalho» (?) e um salário mínimo europeu, «adaptado a cada país e negociado coletivamente a cada ano». Muita coisa vaga sobre ambiente e as metas que já se conhece. Macron fala da Europa do trabalho, da segurança social e do ambiente, precisamente os temas em torno dos quais cresceram três gigantescos movimentos de contestação ao seu Governo em França.

O fio condutor dessas três reformas não podia ser mais antigo: no trabalho, a desregulação faz recair o custo de todos os ajustamentos sobre o trabalho e desequi-



Foto: Associação cultural Ephemera

libra os pratos da balança entre capital e trabalho. Na segurança social, a harmonização do sistema faz-se com perda para as reformas em toda a linha, por via de cortes ou aumento da idade de reforma. No imposto sobre os combustíveis, o peso da transição energética cai sobre os rendimentos de trabalho, enquanto Macron não toca na “sua” petrolífera nem no nuclear. Mais mesmo era impossível.

A isto, soma-se apenas um autoritarismo descontrolado, seja sob a forma pura da repressão policial, pela memorização das instituições democráticas (como na reforma do trabalho), quer na determinação thatcheriana em quebrar a mobilização dos sindicatos. Não apenas ganhar, mas desmoralizar, até que a política se torne na alternativa entre o centro e o racismo. Macron mostrou que o PS francês era dispensável, agora quer mostrar que a direita tradicional francesa é dispensável.

A extrema-direita é instrumental nesta estratégia. Macron pretende unificar o centro e neutralizar pelo menos uma parte da esquerda agitando o pânico da extrema-direita, ao mesmo tempo que aplica a agenda tradicional do neoliberalismo mais agressivo. A provar a eficácia desta estratégia está a comoção que percorreu a Europa quando Mélenchon se recusou a apoiá-lo. Ninguém se comove agora.

Macron irrompeu na política francesa pela mão de Hollande, que fez bater muito coração socialista (não por muito tempo), passou para o Governo de Manuel Valls, que queria mudar o nome do Partido Socialista e acabou a enterrar o Partido So-

cialista com a colaboração de vários dos seus dirigentes. Para trás ficou o PSF de Hamon a defender o Rendimento Básico Incondicional, talvez para explicar porque é que perderam.

O percurso de Macron é, nesse sentido, uma espécie de história da terceira via *re-dux*. Da fraude política da conciliação entre liberalismo económico e Estado social à implosão de um partido sem sombra de consistência política às mãos de um orgulhoso tecnocrata que protagonizou os dois mais violentos ataques ao Estado social Francês da última década.

Não admira, portanto, que Macron se vire para fora. Fá-lo na França, falando da Europa. Fá-lo na Europa, falando do mundo. O “progressismo” de Macron está onde quer que não esteja a política. Onde a política conta, Macron tem a política da direita neoliberal para a economia e Estado social e a política da extrema-direita em relação aos migrantes, defendendo o arame farpado na Europa e a perseguição à Salvini na França. A quarta via de Macron não só abandona toda e qualquer pretensão a resgatar a social-democracia histórica e dispensa até as diferenças de estilo, adoptando um reformismo de direita musculado.

É por isso que é tão desconcertante a recente iniciativa de António Costa de formar uma frente progressista com o campo político que Macron ajudou a criar. Mesmo sabendo da histórica predisposição dos socialistas para promover os seus entendimentos ao centro, a fé depositada no grupo que exigiu sanções

a Portugal pela voz de Verhofstadt é um prenúncio de desgraça.

Dizem-nos que agora é diferente. Outra vez. Um amplo campo político iria finalmente alinhar-se para impor as reformas necessárias na Europa. Menos de um ano depois, vejamos quais são as novidades na frente progressista. Para além de Macron, que impinge o progresso aos sindicatos à força da bastonada, os liberais franceses fizeram uma frente, sim, mas com o PPE, para que tudo fique na mesma na governação económica, quer sobre as regras orçamentais, quer sobre a política económica “verde”.

No resto da Europa, os Ciudadanos promovem alianças com o Vox para acabarem engolidos. Mark Rutte, dos liberais holandeses, diz que levou uma maçã para as negociações do orçamento comunitário, para comer enquanto espera que Costa e os amigos da coesão amochem, aceitem ainda mais cortes e vão com sorte. Verhofstadt acrescenta que é preciso baixar as contribuições nacionais, ou seja, as contribuições de países excedentários como o seu. Na Alemanha, o FDP quebrou a barreira higiénica com os nazis, tendo

sido desautorizado, não pela sua direção nacional, mas pela da CDU.

Tudo muito promissor.

Claro que não é só Macron que emerge dos escombros da social-democracia. Corbyn no Reino Unido ou Sanders nos Estados Unidos mostram que o balanço crítico da terceira via pode resultar na reemergência de propostas socialistas nos lugares mais insuspeitos. Não parece, no entanto, ser o caso português.

Depois de assassinar a geringonça, o Primeiro-ministro consolidou uma estratégia de hostilização do Bloco e anexação do resto da esquerda. Se não funcionar, há sempre Rui Rio. É óbvio que António Costa não é Macron nem poderia ser. O estatuto periférico do país e a importância que a esquerda mantém no quadro político português não permitem derivas excessivas. Mas convém não ter grandes ilusões. Costa manteve o essencial do quadro de legislação laboral que saiu do Governo das direitas e o que mudou foi para pior. A reforma da segurança social que está a incendiar a França já tinha sido feita em Portugal por Vieira da Silva. E o discurso

do PS a propósito do debate do IVA da electricidade é um eco do de Macron: os pobres que paguem a crise climática.

Acresce que sobre os grandes debates que atravessam a Europa, não se percebe em que é que Costa quer apontar caminhos alternativos. Para lá das concessões feitas à esquerda nos serviços públicos e na redistribuição de rendimentos, a grande prioridade continua a ser a redução do défice, agora transformada em acumulação de excedentes orçamentais. Uma política orçamental cujo absurdo já é denunciado até nas páginas do Financial Times, nas quais se sublinha a importância de aproveitar o contexto de taxas de juros baixíssimas para promover o investimento público. Costa quer que a Europa invista mas, pelos vistos, isso é só para a Europa. Em casa de ferreiro, espeto de pau.

Quanto à frente progressista europeia, é melhor não falar. Os aliados de Costa no centro da Europa podem estar em desacordo sobre muita coisa, mas numa coisa convergem: a política de coesão é uma maçada. A União Europeia deu às economias do centro os seus excedentes e o resto é conversa. A única incógnita é a de

saber qual dos aliados de Costa na frente progressista vai roer a corda da coesão primeiro. A minha aposta é nos liberais de Macron, até porque já o estão a fazer.

É interessante observar que a social-democracia da União Europeia parece estar imune às saídas pela esquerda de outras paragens. Hoje é claro que para António Costa foi um mero parêntesis e a nova geringonça em Espanha foi literalmente imposta pelos eleitores do PSOE a Pedro Sanchez, que, diga-se, tudo fez para a evitar.

Se o desfecho do impasse sobre o orçamento for o previsível, vai ser interessante ver qual é o posicionamento da social-democracia e verdes europeus. A questão da coesão é crucial do ponto de vista da viabilidade do projeto Europeu. Sem uma política de coesão muito mais substancial do que a existente, a desagregação é a prazo inevitável, por razões económicas e políticas. E os sinais que vêm de todas as economias excedentárias, independentemente da orientação dos governos, vão no sentido da diminuição das contribuições nacionais, ou seja, da redistribuição dentro da União. Para estes países, a coesão foi a cenoura que trouxe as economias periféricas para dentro do mercado único e da união monetária. Realizado esse objetivo, agora é só despesa.

Nesse cenário, as únicas frentes progressistas a que poderemos assistir serão as que, no plano nacional e europeu, se constituírem em clara e frontal oposição ao rumo da União Europeia. E essa oposição não se pode ficar pelos apelos à solidariedade europeia e à revisão das regras europeias. Também não se pode limitar à criação de um impasse institucional sobre o orçamento com o qual as economias do centro vivem perfeitamente. Exige uma posição de desobediência que inclua o incumprimento das regras do mercado interno se se confirmar o desinvestimento na coesão.

Como é óbvio, os liberais nunca, jamais, em tempo algum, farão parte de semelhante entendimento. O problema é que os socialistas também não parecem estar para aí virados. O cenário parece ser o de mais uma desistência sob protesto. E assim não há progresso que valha.



Foto: Yoan Valat/EPA

José Gusmão é economista e eurodeputado do Bloco de Esquerda.

MAPA DAS RESISTÊNCIAS

Sofia Oliveira

O tempo de agir é agora. Entrámos na década do clima, ou seja, estes são os últimos 10 anos que temos para lutar contra o caos climático provocado pelo sistema capitalista. Visto que os líderes mundiais revelaram não ter a capacidade para lidar com esta tarefa, milhões de pessoas, um pouco por todo o mundo, tomaram como sua responsabilidade primária o combate às alterações climáticas.



MOVIMENTO DO CENTRO CONTRA A EXPLORAÇÃO DE GÁS – PORTUGAL

Em Portugal, existem ainda dois contratos ativos para prospeção de gás, em Batalha e Pombal, que pertencem à empresa Australis Oil&Gas, assinados pelo governo PSD/CDS-PP em 2015. Apesar de o governo PS ter uma narrativa "verde", de descarbonização da economia, estes contratos ainda não foram cancelados.

Em abril de 2018, surge o Movimento do Centro Contra a Exploração de Gás, que para além de exigir o cancelamento dos contratos, pede também a revogação do decreto lei 109/94, que facilita a entrada de petrolíferas no mercado nacional.

de combustíveis fósseis nas suas terras, tanto no terreno – bloqueando forças policiais e trabalhadores, mas também nos tribunais.

MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS – BRASIL

Em Agosto de 2019, as líderes de 113 comunidades indígenas brasileiras marcharam em Brasília, contra o governo de Jair Bolsonaro e em defesa da demarcação de territórios indígenas. Milhares de mulheres insurgiram-se contra os assassinatos de indígenas, contra a exploração mineira em terras protegidas e contra a transferência dos poderes da FUNAI para o Ministério da Agricultura.

Os povos indígenas têm ratificado várias vezes o seu compromisso com a luta ecologista e deixam bem claro que vão defender as suas terras contra os interesses económicos.

FRIDAYS FOR FUTURE – PRESENÇA INTERNACIONAL

Em agosto de 2018, Greta Thunberg, uma adolescente sueca de 15 anos; tomou uma decisão: face à inação do governo sueco em relação às alterações climáticas, iria fazer greve todas as sextas-feiras, em frente ao Parlamento sueco – e assim nasceu o *Fridays For Future*. Rapidamente, por todo o mundo, milhões de jovens se juntaram a este movimento e criaram núcleos nos seus países. As ativistas do FFF exigem que se ponha a ciência em primeiro lugar e que se encontre uma solução para o caos climático. Com estes objetivos, o movimento atrai milhões de pessoas para as ruas que juntam as suas vozes para dizer "justiça climática já!"

ENDE GELÄNDE – ALEMANHA

Na Alemanha, o *Ende Gelände*, uma aliança de vários movimentos ecologistas de base, organiza várias ações de desobediência civil em massa com o objetivo de acabar com as explorações mineiras, em particular, na Renânia, Lusácia e na floresta de Hambach. Desde 2015, estas ativistas conseguiram, com sucesso, organizar várias ações, com milhares de pessoas, para travar centrais de carvão durante horas, por vezes dias. A próxima ação está marcada para 8 de Agosto, inserida na campanha *By 2020 We Rise Up*.

ANTI-PIPELINE MOVEMENT (MOVIMENTO CONTRA GASODUTOS) – AMÉRICA DO NORTE

Desde a colonização dos territórios que são hoje a América do Norte, há mais de 500 anos, que as comunidades indígenas lutam para proteger os seus territórios, enfrentando o *establishment* capitalista que as condena a uma vida marginal, privando-as dos seus direitos e, como vemos ao longo da história, as extermina. Contudo, estas comunidades não baixam os braços e provaram vezes sem conta que estão na linha da frente do combate das nossas vidas. As comunidades indígenas nos EUA e no Canadá organizaram a resistência contra os gasodutos Keystone XL, Dakota Access, entre tantos outros.

ANTI-FRACKING MOVEMENT (MOVIMENTO CONTRA FRACKING) – ARGENTINA, VACA MUERTA

No deserto da Vaca Muerta, na fronteira da Argentina com o Chile, está localizada a segunda maior reserva de gás e a quarta maior reserva de petróleo do mundo. É um território protegido pela comunidade indígena Mapuche, que tem vindo a ser perseguida ao longo de vários séculos por serem Os Defensores da Terra. Os Mapuche organizam-se contra a extração

EXTINCTION REBELLION (XR) – INTERNACIONAL

O XR é um movimento descentralizado que tem como principal ferramenta ações de desobediência civil não violenta, com o objetivo de travar a extinção da espécie humana e minimizar os danos de um futuro colapso social

Em Outubro de 2018, o Extinction Rebellion, em Londres, emitiu uma Declaração de Rebelião contra o governo britânico. Nas semanas que se seguiram, milhares de rebeldes afluíram ao coração de Londres e bloquearam as cinco maiores artérias da cidade.

O movimento ganhou projeção e foram criados vários núcleos internacionais, incluindo em Portugal. O XR Portugal, em setembro de 2019, organizou um bloqueio na Avenida Almirante Reis, em Lisboa, que congestionou a capital durante horas e abriu todos os noticiários nacionais.

Sofia Oliveira é estudante e ativista pela justiça climática.

JUSTIÇA CLIMÁTICA A REVOLUÇÃO CONTRA O COLAPSO

João Camargo

A atual situação de iminente colapso social e económico, associado com um despertar humano para a realidade de que não há fuga de um clima ameaçador, é uma porta semi-aberta para um ímpeto educacional e uma reorganização social em favor da redistribuição do poder, pela procura do bem-estar coletivo e pela cooperação com base numa nova metanarrativa de justiça.

A crise ambiental e climática não é uma consequência inesperada ou casual do modo de produção capitalista, mas sim uma característica intrínseca deste modo de produção e da mundivisão capitalista, positivista e globalizada. A produção de mais-valia baseada na expansão das forças produtivas exige a criação permanente de novos consumos, a expansão dos consumos existentes, a extensão de novas “necessidades” para círculos crescentes, a criação de novas necessidades e a criação de novos valores de “uso”. Isto implica a exploração integral da natureza e a criação de novos valores de uso e de troca, à escala universal, de produtos feitos em todos os climas, todos os ecossistemas e todos os países. A precedência do valor de troca sobre o valor de uso e sobre valores de uso essenciais (tais como o alimento, a água, o abrigo ou um ambiente salubre) permitiu ao capitalismo “distanciar” a humanidade da natureza e dos seus limites, trocando o concreto pelo abstrato, mas a realidade apanhou-nos. A mercantilização e a fetichização da mercadoria degradou as relações humanas e a relação das pessoas com a natureza, uma vez que o capitalismo apenas valoriza e satisfaz necessidades reais que sejam necessárias para manter a força de trabalho viva.

Fora isto, o capitalismo cria um corpo de necessidades determinado estritamente pela lucratividade e pela expansão, sendo unilateral e compulsório na criação de “necessidades”. Os mercados, isto é, os capitalistas, não se destinam a satisfazer necessidades, mas sim em procurá-las e criá-las.

A natureza extrativista do capitalismo está em conflito directo com qualquer espécie de relação harmoniosa entre os seres humanos e a natureza. A lógica linear do capitalismo e a redução de todos os aspetos da vida à acumulação de valor de troca é incompatível com os ciclos naturais e com os sistemas complexos da natureza. A rutura metabólica teórica definida vagamente por Marx como «a rutura irreparável no processo interdependente do metabolismo social» está a ser atingida a nível global e a crise climática é a expressão mais proeminente desta rutura. Recentemente as piores previsões foram novamente ultrapassadas, com os cientistas a assinalarem nove possíveis pontos sem retorno a ser atingidos no sistema climático, nomeadamente o derretimento do gelo marítimo do Ártico, o degelo da Gronelândia, o colapso das florestas boreais, o derretimento do *permafrost* na Sibéria e da camada de gelo da Antártida Ocidental e de partes da Antártida Oriental, o colapso dos corais de temperaturas médias, o colapso da floresta tropical da Amazónia e a desaceleração da Circulação Termoalina Meridional do Atlântico. Actualmente já vivemos num clima global com uma temperatura média mais alta do que em qualquer outro período nos últimos 125 mil anos, desde o período interglacial do Eemiano. O capitalismo já destruiu o Holoceno através das emissões de gases com efeito de estufa e auto-congratulouse nomeando esta nova era climática de perigo sem precedentes de Antropoceno. Mas acelera rumo à catástrofe. Entrámos nas décadas finais para travá-la.

Ou derrubamos o capitalismo ou o novo clima derrubará a civilização humana. É inequívoco: as crises gerais do sistema capitalista, cujas expressões mais claras são a crise financeira e a austeridade, estão a evoluir no sentido de uma crise orgânica, com o desprezo pelas instituições a partidos políticos a corroer a estabilidade social sob o domínio da burguesia capitalista. A crise climática e a crise capitalista não vão ocorrer à moda de Hollywood, já que o colapso não é um evento de um dia, mas sim uma cascata inclemente de eventos, que já se estão a desenvolver há



Greta Thunberg é, para muitos, a nova cara do eco-ativismo. Foto Wikipedia

décadas em várias regiões e países, sob a forma de colapso ambiental, social e económico. A nível global, a ascensão de governos de extrema-direita racista e autoritária é uma sequência previsível após uma década de crise orgânica da forma neoliberal do capitalismo.

Nenhuma ameaça ou risco convencerá o sistema capitalista e os capitalistas a parar de acumular lucro e de extrair crescentemente mais-valia. Não há qualquer arranjo institucional que negue a sede de expansão e de poder do capitalismo. Além da sua violência coerciva e das suas ferramentas de hegemonia cultural para constituir-se como ideologia orgânica, o capitalismo é a grande metanarrativa do nosso tempo, “naturalizada” e invisível em muitos dos seus aspetos, a maior parte dos quais ultrapassa em muito as questões da produção, tal como o seu carácter positivista e a sua natureza global. Esta realidade ajuda-nos a pensar em questões centrais na crise climática, nomeadamente do porquê das elites capitalistas estarem a escavar a sua própria tumba e do porquê de mesmo as forças anticapitalistas não conseguirem sequer formular uma resposta adequada ao atual momento histórico. As metanarrativas baseiam-se no facto de sermos animais sociais: é-nos confortável partilhar visões do mundo explícitas ou implícitas. Uma metanarrativa corresponde a um elevado nível de naturalização, fazendo com que a mesma possa ser simplesmente esquecida e assumida como “natureza humana”. Os promotores de uma metanarrativa muitas vezes estão sujeitos a esta própria naturalização – e esta é uma das características mais relevantes num contexto

de crise climática. Uma metanarrativa vai além daquilo que Antonio Gramsci chamou de ideologia orgânica, já que não é apenas uma ferramenta através da qual as classes dominantes dominam o aparelho produtivo e articulam o discurso ideológico da classes subordinadas, mas ao tornar-se naturalizada, a metanarrativa articula o discurso ideológico de todas as classes (incluindo as classes dominantes, fixando-as numa mundivisão que pode até ser prejudicial a essas próprias classes). Não é uma grande conspiração:

Atualmente só há dois partidos: o partido do capitalismo e o partido da sobrevivência. Mascaram-se de várias maneiras, com muitos nomes e sob a forma de vários partidos políticos, como grupos de media ou redes sociais, como exércitos, milícias ou movimentos sociais. A disputa pelo futuro será determinada pelo desfecho da luta entre estes dois campos.

a metanarrativa capitalista é uma jaula para as mentes e é na “segurança” dessas jaulas que capitalistas e anticapitalistas caminham para a ruína.

Para a vitória da metanarrativa capitalista foi essencial a pulverização das narrativas, deixando a disputa do poder real fora do alcance e a enunciação de alternativas no campo das extravagâncias e de memórias de inocência. O pós-modernismo ajudou a privar os movimentos de massas de ferramentas contra-hegemónicas, abdicando também da ideia de derrubar o capitalismo para simplesmente sobreviver-lhe. As redes sociais estão a suplantiar os média tradicionais como as maiores ferramentas de hegemonia, sendo usadas como a melhor ferramenta de mercado para disseminar a confusão, a barbárie e os corpos políticos mais reacionários. A violência do Estado intensifica-se para enfrentar quaisquer desafios ao capitalismo, em particular no Sul Global: a fachada democrática do sistema capitalista colapsa quando enfrenta as suas contradições crescentes, com os problemas sociais a tornarem-se problemas ambientais e vice-versa.

As instituições de poder foram construídas para amenizar a luta de classes pela força, para manter a ordem burguesa intacta e garantir o *status quo*, pelo que focar-se nelas como o objectivo principal para a disputa do poder hegemónico é um erro político de primeira ordem, em particular se se considerar o prazo otimista de termos uma década para travar a entrada em marcha de fenómenos climáticos de escala global que põe em causa a sobrevivência da civilização humana. A rigidez atual do modelo de partido político indica que em outro momento histórico este foi considerado adequado às condições materiais dessa fase de desenvolvimento do capitalismo, mas este modelo não é adequado à atual fase de capitalismo suicida, fósil, globalizado, financeirizado e do mercado sombra. Este modelo de partido é particularmente inadequado para as novas tarefas: derrubar o sistema capitalista, criar uma nova forma de Estado não capitalista para travar o colapso do sistema climático e recuperar sistemas naturais degradados, planificar a economia para a satisfação das necessidades reais e cortar massivamente as emissões de gases com efeito de estufa. Estas tarefas

são também incompatíveis com o dogma do crescimento económico permanente, pelo que o decrescimento planificado a partir de um Estado não-capitalista não pode ser uma miragem, mas um imperativo de sobrevivência coletiva. Esta revolução tem de responder às necessidades reais, abolindo a máquina de publicidade e propaganda que inventa novas necessidades para criar mais mais-valia e lucro à escala global. O decrescimento planificado e satisfazendo as necessidades reais não é possível dentro do capitalismo, pelo que é um exercício fútil teorizar ou formulá-lo sob essa premissa.

Atualmente só há dois partidos: o partido do capitalismo e o partido da sobrevivência. Mascaram-se de várias maneiras, com muitos nomes e sob a forma de vários partidos políticos, como grupos de media ou redes sociais, como exércitos, milícias ou movimentos sociais, mas quando a crescente crise orgânica do capitalismo (acompanhando ou suplantando a atual crise do neoliberalismo) se agrava, a disputa pelo futuro será determinada pelo desfecho da luta entre estes dois campos. O partido do capitalismo irá,



Ação de protesto do movimento Ende Gelände. Foto: Tim Wagner, Gold Finger – Leipziger Revier, CC 2.0 Flickr

como sempre, rearranjar as suas táticas na direção do fascismo, do oportunismo ou da revolução passiva, rearranjando os seus quadros e programas para reafirmar a sua dominação. Mas tanto o fascismo como a revolução passiva, as reformas, os arranjos cosméticos ou a contabilidade criativa são apenas ferramentas do colapso ambiental e social. O partido da sobrevivência não pode assumir a forma do partido tradicional, e se tarefas novas e claras estão a desenhar-se para a crise orgânica do capitalismo global, também novas formas de partido têm de ser desenvolvidas, porque a tarefa principal só pode ser derrubar o sistema. Uma revolução ecossocialista é necessária para derrubar o capitalismo, não por romantismo ou por uma visão mecânica da História, mas por ser uma necessidade assegurar a sobrevivência e a manutenção de pelo menos algumas das condições materiais que garantam a continuação das civilizações humanas. O Palácio de Inverno era e é só um símbolo, a verdadeira revolução acontece na combinação de crise orgânica, de ferramentas contra-hegemónicas e da organização de um partido para quem trabalha e para o povo, que hoje é o partido da sobrevivência.

Há um corpo crítico social e político a desenvolver-se no calor das lutas climáticas, com dezenas de milhares de organizadoras políticas por todo o mundo. Puxar o travão de emergência do capitalismo fóssil é uma característica fundacional deste movimento. Possui além disso o apelo à rutura histórica e social e às reparações intergeracionais e regionais. A explosão do movimento pela justiça climática gerou uma imensa dinâmica de massas, mas este movimento ainda não possui uma estratégia revolucionária. O tempo tenderá a empurrá-lo para a revolução, com a degradação social e climática a manifestarem-se crescentemente face ao capitalismo do adiamento, da inação e do negacionismo reacionário e autoritário. Outros grupos também empurrarão o movimento na direção da impotência, das pequenas adaptações e do capitalismo “verde”, mas a indicação direta da necessidade de um corte de 50% das emissões globais de gases com efeito de estufa até 2030 empurra para um choque sistémico e para um caminho revolucionário, cortando com o capitalismo fóssil. Os movimentos de trabalhadores e anticapitalistas não se podem afastar mas têm sim de aproximar-se deste movimento, porque ele é atualmente a espinha dorsal do partido da sobrevivência.

O clima e a natureza são insensíveis a lição, a ofertas, adoração ou negociação. Uma metanarrativa para o momento que estamos a viver, para lidar com as alterações climáticas, dando novo significado à humanidade, é uma possibilidade e uma necessidade. O aparecimento de uma metanarrativa de justiça climática, um novo grande futuro para a humanidade, focando-se nas relações cooperativas dos humanos num clima em mutação, com uma natureza degradada e com outros humanos, em contraste direto com a metanarrativa atual de positivismo globalizado capitalista, é uma necessidade. A atual situação de iminente colapso social e económico, associado com um despertar humano para a realidade de que não há fuga de um clima ameaçador, é uma porta semi-aberta para um ímpeto educacional e uma reorganização social em favor da redistribuição do poder, pela procura do bem-estar coletivo e pela cooperação com base numa nova metanarrativa de justiça.



Foto: Tim Gouw @ Pexels

A atual situação de iminente colapso social e económico, associado com um despertar humano para a realidade de que não há fuga de um clima ameaçador, é uma porta semi-aberta para um ímpeto educacional e uma reorganização social em favor da redistribuição do poder, pela procura do bem-estar coletivo e pela cooperação com base numa nova metanarrativa de justiça.

social através da história, mas a necessidade de adicionar uma visão de equilíbrios naturais é nova. Estas características são ambições que estiveram na frente de anteriores vagas de fundo históricas. São descendentes diretas do humanismo, do marxismo e da social-democracia, com ideias como a redistribuição socialista e a transição justa. O campo de batalha das alterações climáticas é um campo de batalha de mundivisões, com uma forte divisão entre as tradicionais direita e esquerda políticas, entre capital e social, entre mudança e *status quo* (apesar da força da metanarrativa capitalista, positivista e globalizada triunfante ter influenciado grandemente e empurrado as correntes históricas da esquerda para o gradualismo e para a normalização do capitalismo).

Walter Benjamin interpretou nos anos 20 do século passado a degradação ambiental como uma questão central no modo de produção capitalista e como uma rutura na relação entre a humanidade e a natureza. Sendo um crítico dos perigos colocados pelas ameaças do progresso e do desenvolvimento tecnológico organizados sob o capital, Benjamin concebeu



Marcha das Mulheres Indígenas, Brasil. Foto: Apib Comunicação, CC 2.0 Flickr

uma revolução como uma interrupção de uma evolução histórica que levava à catástrofe, um travão de emergência. Ao rejeitar as narrativas hegemónicas do progresso e do percurso linear da História, Benjamin propunha uma alternativa radical ao desastre iminente do seu tempo: uma utopia revolucionária para abrir caminho para uma nova harmonia entre a humanidade e o meio ambiente. As alterações climáticas são e serão crescentemente um grande desestabilizador, um “multiplicador de ameaças” tal como são hoje identificadas por aparelhos de segurança de Estados por todo o mundo, já que forçarão pessoas e comunidades a mover-se, desestabilizando governos fracos, virando populações contra os poderes que forem incapazes ou que não queiram responder às suas necessidades crescentes.

Qualquer gatilho climático irá sempre queimar através das relações sociais a caminho de uma explosão. As contradições subjacentes nas relações sociais e produtivas serão exacerbadas pela crise climática, fazendo dela um acelerador das contradições sociais. O impacto da crise climática articula-se com o regime capitalista, acrescentando às suas iniquidades e produzindo uma força desestabilizadora em relação às mesmas, o que produz conflitos inevitáveis. A degradação da situação ligada à crise climática sob o capitalismo agravará a maneira como trabalhadores e populações experimentam choques climáticos e quando estes choques reduzirem a sua capacidade de produzir e de se reproduzirem, se

a extração de mais-valia sobre o trabalho continuar ou acelerar, enviando cada vez mais recursos para o topo, a probabilidade de os de baixo se levantarem aumentará. O resultado de tais situações poderá ser uma revolução ou contra-revolução como sintoma dos efeitos das alterações climáticas. Com outra configuração, é possível um processo revolucionário para tratar os sintomas das alterações climáticas e as causas das mesmas. Este é o processo necessário para travar os piores efeitos da crise climática e garantir uma perspetiva de futuro para a civilização humana. Esta revolução terá muitos e fortes inimigos, tais como as forças hoje identificadas no poder que estão a bloquear quaisquer soluções para a crise climática, assim como muitos daqueles que vivem na alienação da metanarrativa capitalista.

Ou nos lançamos para as revoluções internacionais que permitam derrubar o capitalismo ou o terror capitalista autoritário combinar-se-á com um clima cruel para condenar-nos à escassez e à decomposição social sem precedentes. Ninguém escolheu viver isto, mas como tudo irá mudar, é uma época emocionante para se estar vivo, e num processo revolucionário em plena crise climática, nenhuma metanarrativa ou mundivisão ficará inalterada. Não há mais desculpas e não há mais tempo. Temos de lutar para ganhar e transformar esta na última crise orgânica do capitalismo, abrindo as portas para uma nova história para a Humanidade.

João Camargo é investigador em Alterações Climáticas.

TARIFA ZERO NOS TRANSPORTES PÚBLICOS UMA ESCOLHA PARA DEFENDER O PLANETA

Heitor de Sousa



A partir do dia 1 de março os transportes públicos (TP) passaram a ser totalmente gratuitos no Luxemburgo. Esta medida abrange todo o sistema de transportes públicos, independentemente do operador, público ou privado, ou do utilizador, nacional ou estrangeiro.

Será esta a primeira vez em que tal acontece? À escala de um país, é.

É verdade que estamos a falar de um país cuja área (2.586 km²) é um pouco inferior à da Área Metropolitana de Lisboa (3.015 km²) e que, em população (0.6 milhões versus 2.8 milhões), é bastante inferior. Em termos de deslocações, a cidade do Luxemburgo, com 116 mil residentes, é diariamente invadida por 400 mil pessoas, das quais 180 mil são “commuters” (tráfego médio/dia de pessoas que entram/saem da cidade) dos países vizinhos – França, Bélgica e Alemanha. A esmagadora maioria dessas pessoas desloca-se em carros privados, induzindo enormes problemas de congestionamento e de poluição.

Segundo o Índice de Tráfego Global da INRIX¹, a cidade do Luxemburgo ocupava o 15º lugar no ranking das cidades em que os condutores são obrigados a circular devagar, devagarinho ou parados, passando, por ano, uma média de 28 horas nos engarrafamentos citadinos. Extrapolando esse valor para as várias centenas de milhares de veículos que diariamente entopem a circulação automóvel, calcula-se que se desperdiçam cerca de 7 milhões de horas/ano no tráfego, as quais, transformadas em valor, poderá equivaler a um total de 100 milhões de euros perdidos só nos engarrafamentos. Como o Governo prevê um encargo de 500 milhões de euros/ano com a introdução da Tarifa Zero nos TP, isso quer dizer que a eliminação dos engarrafamentos pode representar um benefício de 20% do total do custo do projeto.

Esta questão terá sido uma das principais razões para se avançar com a gratuidade nos TP a partir de 1 de março de 2020, isto após alguns testes bem-sucedidos realizados no início do ano. A este claro benefício, acresce um outro não menos relevante: a redução carros a circular nas ruas constitui um importante contributo para diminuir as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE). Na conferência de imprensa de explicação do projeto, foi ainda invocada uma terceira razão, a que o atual Governo de coligação da chamada

“Gâmbia?” atribuiu grande importância: «trata-se de uma medida principalmente social», cujo objetivo «é acabar com o aumento do fosso entre ricos e pobres», pois «para as pessoas com baixos rendimentos as despesas de transportes são importantes».

Embora se possa ter bastantes dúvidas sobre o alcance da medida – «acabar com o aumento do fosso entre ricos e pobres» – parece, no entanto, indiscutível que, de entre a população móvel nas grandes cidades, são precisamente os mais pobres a quem o custo dos transportes mais pesa na sua bolsa. Logicamente, com a sua gratuidade serão estes os principais e imediatos beneficiários.

A Tarifa Zero nos transportes públicos levanta também um conjunto de questões que estão ainda por responder, a principal das quais é saber de que forma o sistema de transportes rodoviário e ferroviário estará à altura de suportar a pressão de um aumento da procura que vai acontecer.

Até 2023, o Governo luxemburguês prevê um investimento público de 2,2 mil milhões de euros nas redes de transportes do país: autocarros e comboios. Porém a experiência mostra que, no imediato, poderão surgir graves problemas de sobrelotação dos veículos, se, porventura (como aconteceu no nosso país com o PART), a oferta disponível não for suficiente para acomodar a procura.

A gratuidade nos transportes públicos não caiu do céu aos trambolhões nem surgiu de repente na política de mobilidade. De facto, no Luxemburgo, já existia há alguns anos várias componentes do tarifário no TP gratuitas, como sejam, os menores de 20 anos, os estudantes com menos de 30 anos e as pessoas com o rendimento mensal igual ao salário mínimo nacional. O custo anual do passe para todos os transportes (autocarros, metro e comboios) era de 440 euros e por 2 euros podia-se viajar para qualquer ponto do território até 2 horas de duração.

De resto, o que acontecia no Luxemburgo com diversas componentes do tarifário nos transportes gratuitos, também já acontecia em muitas cidades ou aglomerações urbanas de pequena ou média dimensão, espalhadas pelo mundo.

² Formada pelo azul do Partido Democrata, o vermelho do Partido Socialista e o verde dos Verdes, tal como a bandeira daquele país africano

¹ INRIX Global Traffic Scorecard inrix.com/scorecard

1. Tallin/Estónia – o Tarifário Zero entrou em vigor a 1 de janeiro de 2013. População residente: 450.000. A condição de acesso abrangendo os residentes, foi acompanhada por um desconto fiscal sobre os impostos que incidem sobre o património imobiliário, tendo em vista favorecer a instalação de pessoas em Tallin visando o reforço da população residente, em simultâneo com o aumento da coleta fiscal. As pessoas com +65 anos também beneficiam de transportes gratuitos mesmo que não sejam residentes. Desde que a medida foi implementada a capital estoniana ganhou mais de 25.000 residentes.

2. Changning City/Hunan na China, a Tarifa Zero teve início a 1 de julho de 2008. A gratuidade começou por ser aplicada a todos os residentes e visitantes, limitada a 3 carreiras de autocarros que atravessavam a cidade. Ao fim de 8 meses de estudos e avaliações sobre custos/benefícios foi decidido estender a gratuidade a todas as carreiras de autocarros. População residente: 810.000.

3. Melbourne/Austrália, a gratuidade incide sobre a rede de metro ligeiro de superfície existente na zona central aplicável a todos os utilizadores, designada por “Free Tram Zone”. População residente: 664.000.

4. Em Dunquerque/França, a gratuidade abrange toda a rede de autocarros da cidade. Iniciou-se em setembro de 2016 apenas aos sábados e domingos mas em 1 de setembro de 2018, a Tarifa Zero estendeu-se a toda a semana. População residente: 70.000.

5. Aubagne/França, a gratuidade no TP (autocarros) iniciou-se em 4 de fevereiro de 2009 e aplica-se a todos os residentes da região de “Pays d’Aubagne et de l’Étoile (Bouches-du-Rhône)”, localizada na zona Leste de Marselha. Foi financiada através do aumento de 0,6% para 1,5% da taxa de transportes (“versement transport”) pago pelas empresas que tenham, pelo menos, 9 assalariados ao seu serviço e incide sobre a respetiva

massa salarial. Desde 2014, o sistema da gratuidade foi alargado às linhas de metro ligeiro de superfície (2 linhas de 14 km cada) que, entretanto, foram construídas. População residente: 100.000.

6. Merece igualmente destaque a introdução da gratuidade nos TP no concelho de **Cascais** a partir de 1 de janeiro de 2020. Após um primeiro mês de adaptação, o programa passou a aplicar-se, a partir de fevereiro, “a todas as carreiras de autocarros municipais, ou seja, a todas as carreiras que circulam apenas dentro do concelho de Cascais”. Beneficiários: todos os residentes, estudantes e trabalhadores com registo de atividade no concelho, devidamente confirmados por comprovativos da entidade empregadora ou do estabelecimento de ensino que se frequenta. O financiamento do programa, com um custo previsto de 12 milhões de euros/ano, deverá ser assegurado pela coleta do Imposto Único de Circulação (IUC) e pelas receitas do estacionamento tarifado, as quais deverão corresponder a cerca de 40% do custo total do programa. Total de residentes no concelho de Cascais (2018): 212.094 habitantes.



A GRATUIDADE DOS TRANSPORTES NO MUNDO

Segundo o sítio *freepublictransport.info*, no final de 2019 havia 157 cidades de pequena ou média dimensão com modelos diferentes de gratuidade nos Transportes Públicos.

São ainda poucos os casos onde o sistema de TP gratuitos se aplica à maioria dos seus utlizadores: Changning/China (autocarros); Talin/Estónia (autocarros/metro); Melbourne / Austrália (metro/autocarros); Dunderque (autocarros); Aubagne / França; e Cascais / Portugal.

Nestas cidades, a regra é aplicar a Tarifa Zero aos residentes, não abrangendo os forasteiros. Por isso é que o caso do Luxemburgo é, por enquanto, único: a gratuidade é universal para quem utilizar os Transportes Públicos.

Nos casos referidos, percebem-se algumas diferenças essenciais nas políticas de transporte em execução que ajudam a compreender melhor as várias dimensões do problema (ver caixa).

Estes são alguns exemplos que se incluem na listagem atualizada de 157 cidades com transportes gratuitos no mundo. Genericamente, em todos eles, após a adoção destas medidas, o acréscimo da procura nos TP foi, no mínimo, de +50%, ao mesmo tempo que se observou uma redução significativa da circulação automóvel, especialmente nos centros das cidades e nas zonas de maior concentração de comércio e serviços. Por outro lado, tais medidas foram, em regra, acompanhadas de operações de requalificação e reordenamento do espaço urbano, abrindo espaço para alargamento das zonas pedonais ou de lazer, bem como a criação de corre-

dores cicláveis ou para modos suaves de deslocação, em zonas onde antes o automóvel era onnipresente. A melhoria da qualidade de vida foi indiscutível.

Também são conhecidas decisões pontuais de gratuidade nos TP quando ocorrem situações excecionais nalgumas grandes cidades. Conhece-se o exemplo de Paris com a limitação da circulação automóvel, consoante o número par ou ímpar em que as respetivas matrículas terminam, quando se atingem níveis de alerta de poluição do ar que não podem ser ultrapassados. Em Seul, na Coreia do Sul, quando ocorrem situações climáticas semelhantes, os transportes são grátis nas horas de ponta durante os dias em que a qualidade do ar está pior.

Essas decisões são motivadas por razões ambientais, ao contrário dos cinco casos descritos anteriormente. Nesses casos,

a discussão central diz respeito à “viabilidade económico-financeira” da medida da Tarifa Zero e da avaliação Custo-Benefício do custo dos congestionamentos, do aumento dos custos de operação dos veículos e consumos, assim como do tempo perdido pelos condutores e pelos TP, no que se costuma designar por custo generalizado nos transportes.

Só a partir do momento em que o combate às alterações climáticas passou a fazer parte da agenda central das Conferências da ONU sobre o Clima, especialmente desde a Cimeira da Terra no Rio de Janeiro em 1992, que teve continuidade nas sucessivas cimeiras da ONU sobre o Clima, é que se têm vindo a reforçar as medidas e os mecanismos de controlo e avaliação das alterações climáticas que o planeta sofre em resultado de toda a atividade humana predadora do ambiente. Sendo genericamente aceite que o setor dos transportes é responsável por cerca de 25% do total das emissões de gases de efeito estufa (GEE) à escala global, surge então a discussão sobre as medidas mais eficazes para reduzir essa fonte de emissões.

Dir-se-á que muitas das medidas que se conhecem para limitar a circulação dos transportes privados e favorecer o uso dos TP representa, em alguma medida, uma abertura de um caminho para uma política de Tarifa Zero universal nos TP. Os casos analisados sugerem essa hipótese, embora não seja inexorável e automática a adoção duma estratégia de mobilidade compatível. Para reforçar as razões dessa escolha, nada como refletir sobre uma experiência que nos está muito próxima e

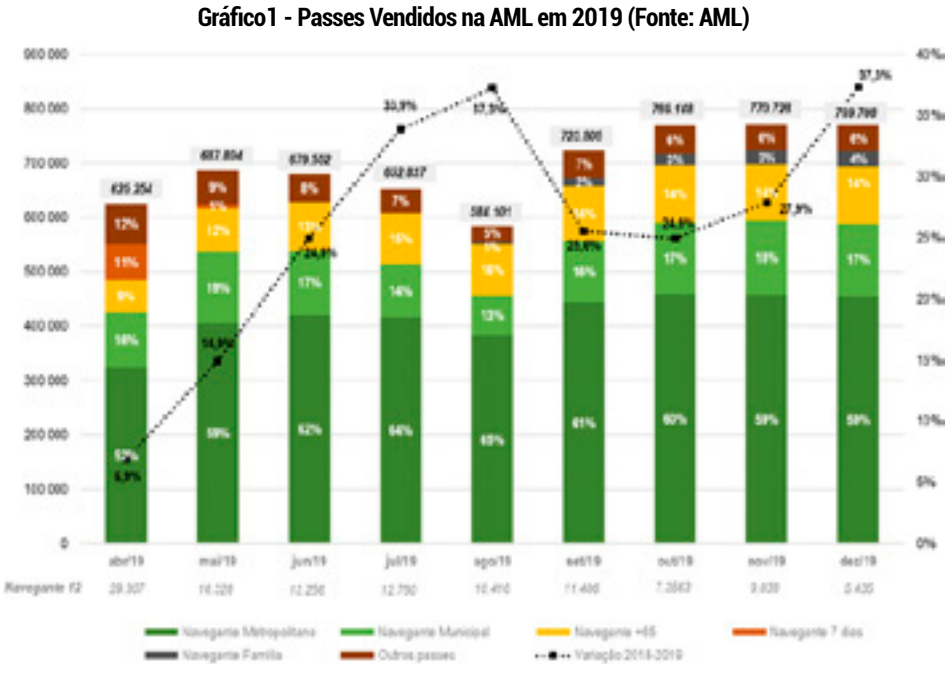
que se refere à aprovação de um Programa de Apoio à Redução Tarifário (PART) nos transportes públicos, adotado pelo anterior governo PS e que entrou em vigor no passado dia 1 de abril de 2019.

LIÇÕES DO PART

Nove meses após a introdução do PART não restam dúvidas sobre a relevância de um programa de redução de preços nos transportes provando, mesmo ao pior dos céticos, que o preço elevadíssimo dos transportes era o principal mecanismo-travão para o direito do acesso à mobilidade por parte de largos setores da população portuguesa.

De acordo com dados da Área Metropolitana de Lisboa (AML), entre abril e dezembro de 2019 foram transportados 477 milhões de Passageiros em todo o sistema de transportes, o que representou um acréscimo de +18% face a igual período do ano anterior. Deste acréscimo, 84% do total utilizaram passes Navegante nas suas diferentes modalidades. Nos últimos três meses de 2019, a média mensal da venda de Navegantes foi da ordem dos 770 mil, o que, face a 2018, constitui um aumento de +37,3%, este sim, um aumento que se pode classificar de explosivo face ao ano anterior (ver gráfico 1).

Tudo porque o custo para o consumidor teve uma redução bastante significativa no preço de aquisição do passe mensal, o que explica o crescimento da procura de transporte 3 vezes superior ao cálculo preliminar que o Governo fez, em março de



2019, através do Ministério do Ambiente e da Transição Energética (MATE). Nessa altura, o MATE previa um acréscimo de +10% na procura. Três meses depois, o aumento foi 3 vezes superior, sendo que o maior aumento deu-se no transporte ferroviário pesado (+40%). Neste aspeto, a esta evolução não foi certamente estranha o facto de a Fertagus praticar preços perfeitamente absurdos para a realidade portuguesas: 141 euros para uma assinatura mensal nos comboios da Fertagus. Esta realidade mudou radicalmente com o PART, obrigando a uma redução de +70% no custo do passe, ainda por cima multimodal. Se isso não acontecesse, o grupo Barraqueiro dificilmente teria conseguido a borla do atual Governo de ver prolongada por mais cinco anos - até setembro de 2024³ - a concessão do serviço ferroviário no Eixo Norte-Sul.

A prudência dos cálculos sobre a evolução da procura por parte do governo não representou apenas o falhanço dos pressupostos em que assentou o PART, mas pôs também a nu as graves carências no investimento em transportes que este governo PS não foi capaz ou não quis corrigir, herdado do anterior governo PSD/CDS.

Só quem quer esconder o sol com uma peneira ou quem é pouco conhecedor das questões da mobilidade e transportes é que pode ter ficado surpreendido com a avalanche de pessoas que, desde abril de 2019, passaram a encher os autocarros, metros, comboios nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Consequentemente, multiplicaram-se os episódios de sobrelotação de veículos, algo que já não se via há largas dezenas de anos, obrigando amiúde muitos passageiros a ficarem na paragem à espera do transporte seguinte.

Essa é a segunda lição do PART: a necessidade de cada medida não ser pensada isoladamente, mas ter de ser planeada e articulada no âmbito de um programa de investimento em transportes. Para haver investimento é preciso definir uma estratégia de meios para atingir os objetivos e as metas a atingir para que as decisões sobre os investimentos necessários façam sentido. Nada disto aconteceu com o PART. Em ano de eleições, o Governo geriu o processo da redução radical no custo dos TP para a transformar numa bandeira eleitoral para exibir na campanha, seis meses depois.

³ Neste caso, a concessão do eixo ferroviário Norte-Sul, que terminava em 31/12/2019, foi renegociada à última da hora pelo atual governo PS por mais cinco anos, até 30 de setembro de 2024.

INVESTIMENTO EM TRANSPORTES PRECISA-SE!

Rapidamente se percebeu que o Governo não contava com uma tão grande avalanche de pessoas nos TP, a partir de abril de 2019. Tal como “em casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão”, assim também, neste caso, os elogios ao PART rapidamente passaram a protesto popular face à falta de material circulante disponível. Protestos que também se estenderam às muitas “zonas brancas” de utentes dos transportes públicos que ficaram de fora do PART, como seja o caso dos largos milhares de passageiros que têm origem fora das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e que a estas afluem em deslocações pendulares diárias e que utilizam a CP ou qualquer uma das empresas rodoviárias. A estes o PART ainda não chegou, obrigando todas essas pessoas a um sobrecusto nessas viagens, as quais, apesar de algumas reduções, continua a ser bastante superior aos 40 euros do Navegante Metropolitano na AML ou na AMP. O mesmo tipo de “zona branca” e de sobrecusto também se verifica no resto do país nas situações em que as pessoas vivem numa CIM e trabalham numa outra, contígua ou não com a primeira.

Não foi por falta de alertas para as insuficiências e lacunas do PART que o Governo continua a ignorar as propostas feitas na Assembleia da República pelo Bloco no âmbito do Orçamento de Estado de 2019 e 2020. Foi exclusivamente por falta de vontade política que não as aceitou. E sobretudo por causa da sempre presente questão, na “sombra”, em todas as decisões do Governo em matéria de investimento ou de despesa pública: a opção pelo barato pelo dogma do equilíbrio orçamental, hoje em dia atualizado para excedente orçamental.

Esqueceu-se (?) o ministro Pedro Matos Fernandes que não se compram autocarros, nem carruagens de metro ou comboio, nem barcos, tal como se compra um automóvel num stand. E que as compras têm de ser antecedidas por concurso público. E que, após a sua adjudicação, se não houver reclamações, tem de se passar à encomenda do material, obrigando nessa altura a abrir os cordões à bolsa com uns largos milhões de euros...

Ora, como a escassez do investimento em autocarros, metros, comboios e barcos é generalizada, não seriam apenas necessários alguns milhões de euros para se acudir a emergências de falhas de material neste ou naquele modo de transporte, mas

sim muitos mais milhões para todos os modos de transporte⁴. Mas nas Finanças manda o ministro Centeno e, como “todos os ministros são Centeno”, o investimento ficou-se pelas promessas, alinhando-se com a escola do chamado “défice zero”.

“Queremos défice zero”? Então não há investimento para ninguém, empurra-se com a barriga e adia-se os problemas.

Veja-se o que tem acontecido com o processo de aquisição de 22 novos comboios para a CP. Este ainda não passou da fase do concurso, 18 meses depois do ministro Pedro Marques, “especialista na propagação de obras governamentais” do anterior governo PS ter anunciado, em setembro de 2018, o lançamento do respetivo concurso público. Na verdade, o concurso só foi realmente lançado quatro meses depois, mas todo o processo bloqueou recentemente quando um dos concorrentes impugnou a decisão da adjudicação. Refira-se que o atual ministro das Infraestruturas e Habitação, Pedro Nuno Santos, reconheceu no Parlamento que “esta impugnação implicará mais um atraso relevante no processo”. Com algum jeitinho, o ministro Centeno pode ficar descansado que os cerca de 50 milhões de euros necessários para formalizar a encomenda do material, só serão precisos lá para 2021. Tendo na mente o anunciado excedente orçamental para 2020, Centeno agradecerá.

O crescimento exponencial do investimento público, em particular do investimento ferroviário (na reabilitação e requalificação das existentes ou na construção de novas linhas para novos destinos, para viagens mais rápidas e confortáveis em novos comboios com tipologias ajustadas às novas linhas e em muito maior número), bem como a introdução de padrões de qualidade e de sustentabilidade ambiental nos transportes urbanos e regionais (motores cada vez mais limpos e sistemas de mobilidade baseados em metros ligeiros de superfície para várias regiões do país e não apenas Lisboa e Porto), constituem linhas orientadoras para um Programa Nacional de Investimentos nas Redes de Transportes Públicos que terá de ser necessariamente muito mais ambicioso do que o enunciado contido no chamado Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI2030).

O combate às alterações climáticas por parte de países que têm um largo défice

de investimento público em redes e serviços de transportes públicos, como é o caso português, exige que esse esforço de investimento seja continuado e sistemático. Por isso, não se pode ter apenas o horizonte de uma legislatura, sendo necessário que nas próximas duas décadas se consiga recuperar o atraso existente no país.

O Bloco foi pioneiro na legislatura anterior através da apresentação de uma proposta de Plano Ferroviário Nacional para as próximas duas décadas que, infelizmente, não teve o acolhimento que a urgência da proposta reclamava. Está na altura de voltar a esse debate e aprovar um Plano de Investimentos que faça da ferrovia o motor do desenvolvimento económico do futuro, mais equilibrado e mais amigo do ambiente.

TARIFA ZERO NOS TP: QUANTO PODE CUSTAR?

No início deste artigo, equacionaram-se algumas estimativas dos efeitos que a introdução da gratuidade nos TPs no Luxemburgo deverá ter no país e na mobilidade das pessoas.

Mas, por um momento, pensemos na situação ao contrário. Isto é, como poderia ser “transportado” o exemplo do PART para a realidade do Luxemburgo: qual deveria ser o nível de preço dos passes nesse país para que o seu custo fosse equivalente ao que os portugueses pagam pelo passe Navegante Metropolitano?

Se tal acontecesse, considerando o nível de vida existente no Luxemburgo, medido pelo SMN, o valor equivalente do passe dos transportes deveria ser de 14€ e não de 40€. Ou seja, em Portugal, paga-se, pelo mesmo passe, 3 vezes mais do que pagaria qualquer cidadão ou cidadã luxemburguesa se houvesse um PART aplicado no seu país... Portanto, temos ainda muito caminho para percorrer até atingirmos o limiar de preço que correspondia ao preço dos transportes no Luxemburgo, antes da decisão da Tarifa Zero desde o passado dia 1 de Março.

Mesmo assim, os dados que se conhecem sobre a evolução do número de passes e das estimativas de receitas dos mesmos ao longo do ano de 2019 permitem-nos conhecer a situação com rigor e simular o custo de uma Tarifa Zero dos TPs, por exemplo, na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Tendo presente os números das vendas dos passes na AML no início deste artigo, pode construir-se uma estimativa para as receitas arrecadadas por tipo de passe e para os totais mensais, nos termos do gráfico 2.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES:

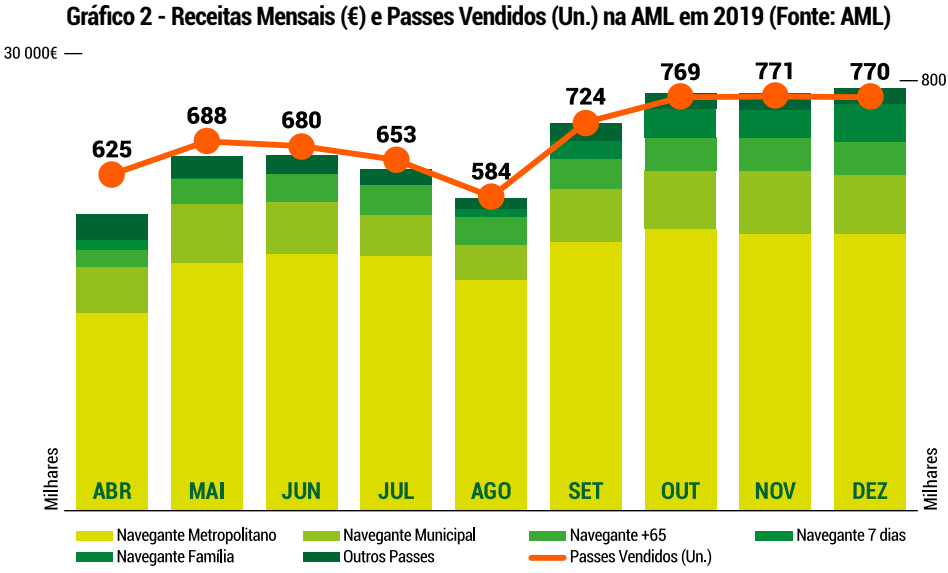
- > O número de passes, sob as mais variadas formas, tem sido crescente ao longo do ano, começando, em abril, com 625.000 e atingindo, no último trimestre, uma média de 770 mil passes vendidos (+23%);
- > O Navegante Metropolitano equivale a 60% do total de passes vendidos, mas, em termos de receita, vale 69% da receita total arrecadada;
- > O Navegante Família é o tipo de passe que mais tem crescido desde a sua criação, equivalendo a 4% do total da receita estimada;
- > Urge corrigir a situação de largos milhares de passageiros que têm de se deslocar entre CIMs contíguas ou entre uma CIM e as AMs para poderem beneficiar igualmente do PART, em especial, integrando o serviço regional de comboios da CP no PART.

Considerando a comparação com o ano de 2018, atente-se nas estimativas para a evolução dos passes e receitas anualizadas no período em análise (ver tabela 1).

Os dados mostram que o acréscimo de passes vendidos anualmente serão da ordem de +637.120 passes, equivalendo a uma receita líquida estimada em 22,1 milhões de euros. Feitas as contas, considerando os 73 milhões de euros da verba inscrita no OE2019 para o financiamento

TABELA 1 – Variações Passes na AML 2019/2018		
Variações 2019/2018	Total/Média Mês (9 meses)	Total/Anual (Estim.)
Aquisição de Passes	53 093	637 120
Receitas de Passes	1 839 661 €	22 075 937 €

TABELA 2 - Projeção de Resultados Anuais do PART (12 meses) - AML				
Passes	Total/Média Mês (9 meses)		Total/Anual (Estim.)	
	Quantidades	Valores	Quantidades	Valores
Navegante Metropolitano	417 936	16 717 440 €	5 015 232	200 609 285 €
Navegante Municipal	114 408	3 432 250 €	1 372 900	41 186 996 €
Navegante +65	93 685	1 873 701 €	1 124 220	22 484 407 €
Navegante 7 dias	8 406	84 062 €	100 875	1 008 746 €
Navegante Família	10 811	864 851 €	129 728	10 378 209 €
Outros Passes	50 602	1 138 553 €	607 228	13 662 631 €
TOTAL	695 849	24 110 856 €	8 350 183	289 330 275 €



da aplicação do PART na AML pode-se concluir que o esforço líquido do Estado com o PART se reduziu em 30% apenas com o acréscimo de passes vendidos, para cerca de 50 milhões de euros.

Por outro lado, extrapolando os valores médios obtidos ao longo de nove meses de 2019 para um ano, e admitindo um perfil de mobilidade constante, estima-se que o custo de um programa generalizado de Tarifa Zero na AML seria da ordem dos 290 milhões de euros/ano, conforme estimativas da tabela 2.

290/300 milhões de euros seria a dimensão do envelope financeiro para tornar os TP gratuitos na AML tendo por base o nível do que aconteceu em 2019. Esse seria o valor da despesa pública anual se se optar por uma estratégia de transportes públicos consequente para garantir o direito de acesso à mobilidade como um direito universal, a exemplo do que hoje se considera quando nos referimos ao direito de acesso

à educação ou à saúde como direitos universais.

A Constituição portuguesa estabelece o direito à saúde e à educação como direitos constitucionais, tendencialmente gratuitos. Porque não incluir o direito à mobilidade como um direito constitucional equivalente?

É desejável por razões de democracia. E será cada vez mais necessário por razões de combate às alterações climáticas, pois as novas políticas de redesenho e requalificação do espaço público, especialmente nas zonas históricas e/ou de maior concentração da atividade socioeconómica, tende a restringir crescentemente o acesso de automóveis às zonas de Emissões Zero, o que implica que a única alternativa de acesso a essas zonas são os Transportes Públicos. Neste contexto, a Tarifa Zero nos TP não só será necessária como constituirá condição de acesso massivo das pessoas a essas zonas de Emissões Zero. Naturalmente, que a contrapartida para o sucesso de tais medidas exige mais e muito melhores rede de Transportes Públicos nas cidades e nas grandes regiões urbanas e metropolitanas.

Lisboa prepara-se para uma chamada “revolução” na limitação do acesso do automóvel privado à zona de Zero Emissões, entre a Av. Liberdade e o rio Tejo. A uma zona de Emissões Zero só pode corresponder uma Tarifa Zero nos TP, assegurado por uma rede de elétricos cada vez mais alargada e por autocarros de Emissões Zero ou de emissões reduzidas. Aqui fica o desafio.

Heitor de Sousa é economista.

⁴ O aluguer de 24 composições ferroviárias à RENFE implica um encargo anual de 8,5 M€ até 2022, num total de cerca de 34 M€.

QUE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UMA FLORESTA MAIS RESILIENTE?

Ricardo Vicente

Temos dez anos para reduzir metade das emissões de gases com efeito de estufa e responder à emergência climática. Para isso serão necessárias milhões de plantas autóctones e resilientes ao fogo para, juntamente com a descarbonização da economia, permitir alcançar a neutralidade carbónica.

Foto: Alex Boyd @ Unsplash

A FLORESTA QUE TEMOS

A floresta representa o principal uso do solo em Portugal, representando os espaços silvestres cerca de 67% do território, no entanto, apenas 46% dos espaços florestais possuem cadastro predial e 20% do território não possui dono ou este é desconhecido, segundo os dados de perfil florestal divulgados pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) em 2017. A superfície florestal nacional ronda os 3,3 milhões de hectares, dos quais os povoamentos florestais ocupavam 92%. Os Pinheiros Bravos representam 23% dos povoamentos florestais, os eucaliptos 26%, os sobreiros 23%, as azinheiras 11%, os carvalhos 2% e os castanheiros 1% (ICNF, 2017). A floresta e os espaços associados contribuíam para a economia com 982 milhões de euros (produção 63%; proteção 10%; conservação 6%; silvo-pastorícia, caça e pesca 22%) segundo a Estratégia Nacional para as Florestas de 2006. Contudo, o rendimento e o emprego silvícola reduziram 32,8%, e 13,2%, respetivamente, entre 2000 e 2011 (GPP, MAFDR).

Contrastando com a realidade europeia, onde a floresta pública representa 40% da área florestal, em Portugal apenas 3% dos terrenos florestais são detidos por entidades públicas, 6% por comunidades locais (baldios) e 92% pertencem a várias centenas de milhar de proprietários privados. Entre os privados, 67% têm uma dimensão inferior a 5 hectares, totalizam 26% da área florestal, não fazem qualquer investimento e apenas metade destes obtém rendimento da floresta, embora de forma irregular. O pinheiro bravo é a espécie dominante entre os proprietários com menos de 5 hectares e o eucalipto entre os proprietários com 5 a 100 hectares. Os proprietários com mais de 100 hectares dominam 55% do território florestal, com maior expressão do sobreiro e da azinheira (Estratégia Nacional para as Florestas de 2006). Grosso modo, esta realidade não se alterou nos últimos anos.

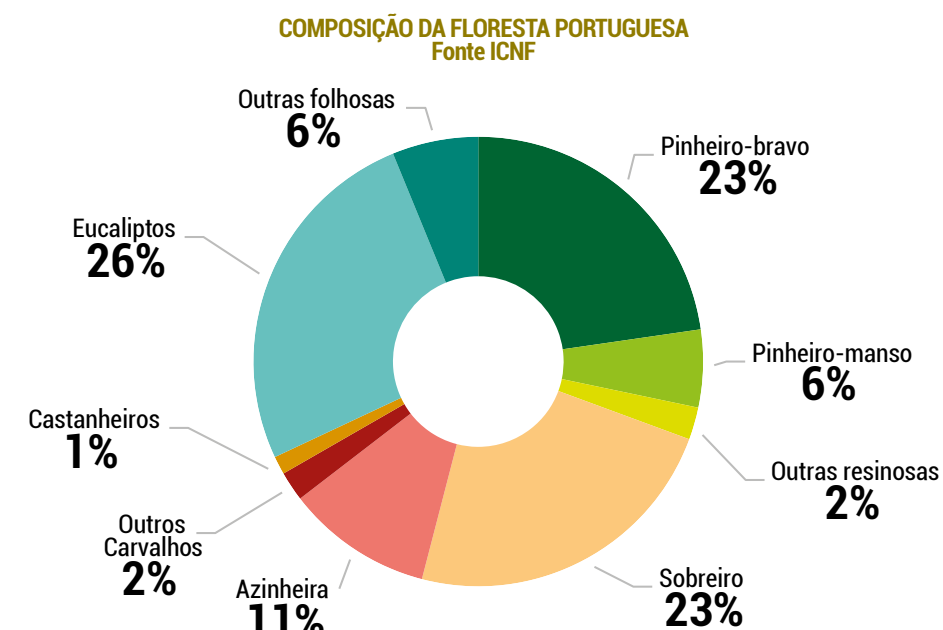
Da totalidade da área florestal nacional, apenas 29% possui plano de gestão florestal, correspondendo essencialmente a matas públicas, propriedades de maior dimensão e Zonas de Intervenção Florestal – ZIF (ICNF, 2017).

POR UMA FLORESTA QUE RESPONDA AO INTERESSE PÚBLICO

A resposta política para transformar a floresta portuguesa em função do interesse público tem de ter em conta as dificuldades que resultam da combinação de duas condições estruturais: i) a heterogeneidade da estrutura fundiária, da capacidade de gestão e das motivações dos proprietários; ii) a homogeneidade da sua composição, com duas espécies de crescimento rápido – eucalipto e pinheiro bravo – a representar quase metade da área florestal.

Esta combinação choca com o interesse público, porque é incompatível com a garantia de segurança das populações contra incêndios; é danosa para a preservação de biodiversidade, da água e da fertilidade dos solos; uniformiza e desvaloriza a paisagem; dificulta a diversificação de atividades socioeconómicas essenciais para o desenvolvimento local e fixação da população no interior do país; e subtrai resiliência ao território, tornando-o mais frágil e menos capaz de enfrentar as alterações climáticas. Este foi o resultado de décadas de política florestal produtivista que secundarizou os serviços de ecossistema prestados pela floresta. Hoje o país precisa de um programa de transição ecológica agroflorestal, para abandonar a monocultura e os modelos de produção químico-mecânicos e devolver resiliência ao território, garantindo melhor qualidade de vida para todos.

No âmbito do planeamento e ordenamento do território, uma das ferramentas nacionais mais relevantes são os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), que apesar de terem décadas de história nunca foram devidamente vertidos para os Planos Diretores Municipais, dificultando desta forma a sua concretização. Os PROF em vigor foram revistos em 2019 com base em dados estatísticos do inventário florestal de 2010, mas não é apenas



este facto que os torna desadequados à realidade. Favorecem a produção florestal intensiva, assumindo os povoamentos puros de eucalipto como sistema a privilegiar (são mesmo imagem de capa dos referidos planos), apesar da sua hegemonia sobre vastas áreas do território, do comportamento invasor da espécie e da sua grande suscetibilidade aos incêndios. É assim importante garantir a revisão dos PROF e a sua integração nos PDM, dando prioridade a espécies folhosas, autóctones e resistentes ao fogo, garantindo uma paisagem heterogénea e resiliente.

Para ultrapassar as limitações da estrutura fundiária, é necessário investimento público a três níveis distintos, que devem ser complementares em função das condições e objetivos locais:

Capacitação dos pequenos e médios proprietários florestais e agentes locais para a gestão coletiva da floresta, nomeadamente através da criação de Unidades de Gestão Florestal e Zonas de Intervenção Florestal – paradoxalmente, até hoje, a política pública para a gestão coletiva favoreceu essencialmente os grandes proprietários;

Remuneração de serviços de ecossistema essenciais, com o intuito de impulsionar a mudança do uso do solo, abandonando a monocultura de pinheiro e eucalipto nas áreas periféricas às zonas habitacionais, para apostar em espécies autóctones e em sistemas agro-silvo-pastoris, contribuindo para a diversificação da economia local e para a proteção contra incêndios – o Orçamento do Estado 2020 prevê 100 milhões de euros para remuneração de serviços de ecossistema, mas é preciso garantir que serão disponibilizados à população local para transformar a floresta e que não são capturados pelo latifúndio e pela finança;

Expansão da floresta pública, através do controlo e gestão de propriedades abandonadas e nacionalização de áreas estratégicas para garantir serviços essenciais de regulação do ciclo da água e da qualidade do ar – esta medida só é viável se acompanhada de uma grande expansão do aparelho público de gestão florestal, que neste momento está decrépito, sem capacidade para garantir os serviços mínimos das Matas Nacionais e Perímetros Florestais existentes;

Para garantir a transição ecológica agroflorestal é necessário requalificar e construir novos serviços públicos. Com 10 anos para reduzir metade das emissões

de gases com efeito de estufa e responder à emergência climática, serão necessárias milhões de plantas autóctones e resilientes ao fogo para, juntamente com a descarbonização da economia, permitir alcançar a neutralidade carbónica. Para garantir a disponibilidade das plantas e a melhor aplicação de conhecimento técnico-científico, o Bloco propõe a requalificação e construção de novos viveiros, assim como a implementação de campos de ensaio públicos para a transição ecológica agroflorestal com cobertura nacional – medidas recentemente chumbadas no debate do Orçamento de Estado, com os votos contra do PS, CDS, IL e Chega e a abstenção do PAN e do PSD.

Para acompanhar estas medidas, defende-se ainda a criação do Serviço Nacional de Apoio à Gestão de Ecossistemas, com o objetivo de assegurar um serviço de aconselhamento especializado para a transição ecológica e uma maior aplicação de conhecimento técnico-científico.

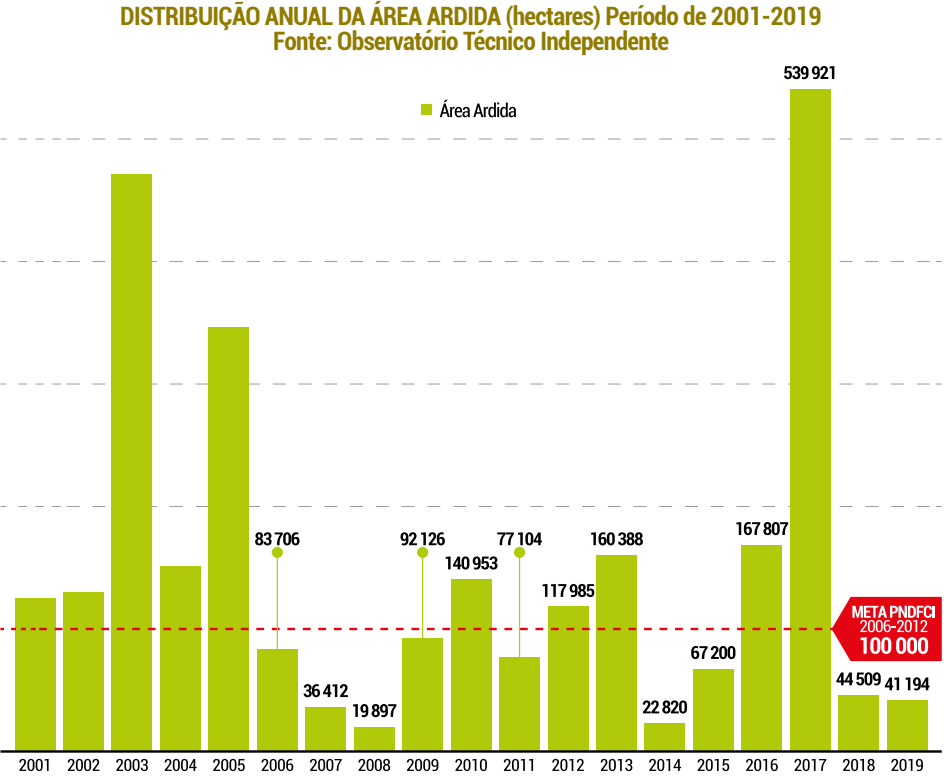
Num período de reformulação da Política Agrícola Comum, aproximando-se a transposição de um novo quadro comunitário, os próximos tempos serão determinantes para o sucesso ou insucesso da política pública no que diz respeito à adaptação do território rural às alterações climáticas. Os dinheiros públicos não podem continuar a ser utilizados para financiar modelos de produção de base extrativista, com homogeneização da paisagem através da instalação de monoculturas. É preciso dar sinais contrários e para tal foi importante o combate pela aplicação de uma taxa sobre as atividades florestais intensivas – da celulose à produção de biomassa para pellets – que depois de “esquecida” pelo Governo, foi recuperada pelo Bloco e aprovada em Orçamento do Estado com os votos favoráveis do Bloco, PS, PCP e PAN, a abstenção do PSD e os votos contra do CDS, IL e Chega.

FORTALECER O DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CIVIL PARA PROTEGER A FLORESTA E AS POPULAÇÕES

Os grandes incêndios ocorridos nos últimos anos, assim como o seu surgimento cíclico ao longo das últimas duas décadas, com enorme destruição de recursos naturais e das economias locais, não indiciam apenas uma estrutura florestal desadequada às condições mediterrâni-



Foto: Artem Grebenshikov @ Unsplash



cas, mas também uma grande incapacidade do dispositivo de proteção civil para intervir sobre o território, antes, durante e após os incêndios. Este diagnóstico foi aprofundado por vários relatórios técnico-científicos insuspeitos. O Observatório Técnico Independente, organismo da Assembleia da República que reúne um qualificado corpo de investigadores, analisou o cumprimento dos objetivos do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e concluiu que quase todos falharam: a redução do número de incêndios com duração inferior a 24h falhou sempre entre 2016 e 2019; incêndios com dimensão superior a mil hectares ocorreram todos os anos desde 2006, exceto 2008; a redução da área ardida para um máximo de 25 mil hectares falhou em cinco dos últimos 10 anos; a redução de ocorrências por reacendimento falhou todos os anos.

O Tribunal de Contas analisou, em 2019, os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios e concluiu que os mesmos não se adequam à realidade concreta dos respetivos municípios e que terão sido produzidos apenas para cumprir a lei, possibilitando o acesso a financiamentos.

Tornou-se consensual a ideia de que o país necessita de um novo Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, com coordenação centralizada numa nova entidade criada na legislatura passada para

este fim, a AGIF, mas o Governo atrasou propositadamente a sua criação e ainda não se conhece qualquer plano de ação. Só com uma coordenação e gestão de meios da proteção civil, suportada por competências técnico-científicas e profissionais, será possível garantir a maior proteção dos recursos florestais e das populações contra incêndios e eventos climáticos extremos. Para iniciar este caminho, o Bloco propôs que o Orçamento previsse o estabelecimento, entre o Governo e as autarquias, de um patamar mínimo de investimento. Esta proposta teve os votos contra do PS, PCP e IL, e as abstenções do PSD, CDS e Chega.

Como se percebe pelo resultado das diversas iniciativas parlamentares passadas, para transformar a floresta e compatibilizar as atividades económicas com o interesse público não basta levar iniciativas legislativas a votação na Assembleia da República e conseguir a sua aprovação, é preciso comprometer o Governo com a sua concretização. Para tal, é necessário mudar a relação de forças atual que favorece a política extrativista e para isso é necessário exigência e mobilização social.

Ricardo Vicente é engenheiro agrónomo e deputado do Bloco de Esquerda.

“SÓ SOMOS POSSÍVEIS COMO SOCIEDADE SE FORMOS PARTE DA COMUNIDADE, DA VIDA, DA TERRA”

ENTREVISTA A ELIZABETH PEREDO

por Paula
Sequeiros

Feminista, organizadora e ativista de lutas contra diferentes formas de opressão, nascida na Bolívia, Elizabeth Peredo tem-se destacado pela visão internacional das causas e pela oposição ao domínio das corporações transnacionais na economia, no trabalho, nas vidas quotidianas.

Entrevistámos uma mulher com um percurso de luta e pensamento, marcados nos caminhos partilhados de um ecofeminismo pulsante e atual. Com respostas plenas de urgência e solidariedade, as suas ideias e práticas configuram-se como um apelo à ação em territórios próprios, com alcance global.

«Habitar a fronteira e recriar e defender a vida é diferente de olhar para o abismo e deixar-se seduzir. E o tempo aperta». Faz falta “diferenciar entre democracia patriarcal e democracia pela vida, entre transição eficientista e transição ecosocial... entre um mundo dado e um mundo desejado»¹

Vendo o teu percurso como feminista, ressalta a dedicação, entre 1999 e 2003, à valorização e regulamentação laboral das empregadas do lar na Bolívia, grupo pouco numeroso e socialmente invisível. Considera-la, ainda hoje, uma luta estratégica?

Esta experiência ensinou-me que não só o que conhecemos na economia feminista, como a importância de olhar o que é invisível, de considerar o tempo e as vidas das mulheres quando pensamos na sociedade e nos seus desafios. O meu trabalho pelos direitos das trabalhadoras do lar e pelos seus ideais de justiça, reconhecimento, liberdade e por plenos direitos ocupa um lugar muito importante nas minhas utopias atuais, central e estratégico. Esta luta invisível, subalterna, dentro das casas, contra uma cultura da vida quotidiana e um sistema de valores de opressão ferreamente articulado no quadro da reprodução da vida era e continua a ser um lugar de centralidade da opressão capitalista que hoje apenas se consegue reproduzir em aliança com o colonialismo e o patriarcado.

As lutas e as resistências das trabalhadoras do lar que se dão na Bolívia, Peru, EUA

ou Europa dão conta de um nó crítico nas cadeias de opressão que predominam na sociedade e nas suas relações de hierárquicas de género, classe e etnia.

No tempo em que as trabalhadoras, chamadas “domésticas” na Bolívia de então, se começaram a organizar – entre as décadas de 1980 e 1990, durante a recuperação da democracia depois de longos anos de ditaduras –, os direitos das empregadas do lar não eram relevantes para o feminismo. Creio que foi assim em vários países. O processo de organização, tomada de consciência e as ações destas mulheres corriam paralelas ao movimento feminista sem se tocarem, apenas se interpelavam. No caso boliviano, por exemplo, algumas parlamentares entradas no Congresso através da Lei das Quotas – conseguida pelo movimento de mulheres – foram precisamente quem cortou caminho às propostas dos Sindicatos de Trabalhadoras do Lar recém formados. Só umas poucas tiveram abertura à proposta e a apoiaram.

Nesse tempo, com o objetivo de contribuir para as suas lutas, produzi alguns textos sobre o trabalho do lar: “A equidade começa em casa” é um texto que recolhe as contribuições da sociologia feminista sobre o “trabalho reprodutivo” e que esclarecia o conceito dos “cuidados” contribuindo para uma compreensão mais integral e sistémica deste “nó crítico”, ligando-o à economia e à ecologia e enfatizando o conceito de sustentabilidade das sociedades. Embora esta evolução concetual seja muito importante, creio que é fundamental não esquecer as lutas das trabalhadoras assalariadas do lar e dar contributos criando categorias e conceitos que possam apoiar as causas e visibilizá-las. Por isto, é preciso trabalhar

a economia do cuidado também a partir da interseccionalidade e da precariedade, traço dominante no âmbito dos “cuidados” no nosso tempo. À luz desta experiência de investigação, de recuperação da memória e da luta sindical, a perspectiva de classe e anticolonial proporciona muitas luzes para refletir sobre os caminhos que percorremos no ecofeminismo.

Assumiste que a água era bem fundamental a defender da pulsão privatizada de uma transnacional. Após a “guerra da água” afirmaste que se tratava de um “motor de mudança” e importante propulsor da luta antiglobalização. Sabemos que persistem estas ameaças no mundo...

As lutas de resistência na América Latina contra as privatizações da água, enquanto bem comum e direito humano, proporcionaram grandes avanços e inspiração para os movimentos no mundo e tiveram um importante impacto nos sistemas de direitos económicos e sociais, em particular no sistema multilateral das Nações Unidas. Colocaram a água como eixo para avançar com propostas alter-mundialistas e anti-privatizadoras de todas as regiões. Avançamos muito num sentido: o Uruguai, por exemplo, foi pioneiro ao incluir na sua constituição a água como direito humano em 2004, seguindo-se-lhe a Bolívia e o Equador para que finalmente o princípio fosse aprovado na Assembleia da ONU com a Resolução 64/292. Esta declarou a água e o saneamento como direito humano em julho de 2010. Foi uma conquista excecional, mas ao mesmo tempo um grande desafio para os povos do mundo, dado que teve de enfrentar as corporações e políticas reais dos estados extrativistas.



Vivemos na Era da Obscenidade. Para onde quer que olhes: despejo ambiental, precariedade da vida, precariedade crescente das pessoas mais vulneráveis, violências, femicídios, a “mafialização” dos próprios poderes estatais parecem devorar aqueles valores e utopias que se foram construindo durante o século passado com o calor das lutas sociais.

Temos, portanto, as capacidades das lutas sociais para instalar uma visão e narrativa nos sistemas públicos e no sistema multilateral, e inclusive para encostar a um canto e limitar o poder das transnacionais. Mas também há que saber que o ataque à água e aos direitos à água persiste: em primeiro lugar as corporações conhecem o seu valor e precisam de a converter em mercadoria para controlar e continuar a especular. É preciso considerar que nem sempre se manteve uma vigilância social que assegurasse a permanência e aprofundamento dos direitos conquistados. E ainda que, desde há décadas, assistimos a uma intensificação do extrativismo, o neoextrativismo impulsionado não só por corporações como por estados para redistribuir recursos e gerar base social. Isto teve um impacto dramático na água, nas suas disponibilidades, qualidade e capacidade de articular com as comunidades e ainda nos impactos na gestão da água como bem comum.

Não podemos deixar de lado as alterações climáticas, que numa lógica de despejo de detritos e contaminação sem limite, estão a afetar a pureza e disponibilidade da água em todo o mundo. A água é elemento central na natureza para a reprodução da vida e para restaurar os ecossistemas e o clima, tendo por isso uma capacidade enorme para contribuir para propostas face às alterações do clima.

Em Portugal as concessões para exploração de petróleo foram paradas, em grande parte, por pressão dos movimentos sociais. Questionamo-nos se as grandes corporações e os governos estarão a fazer um jogo, temporário, com essa intenção. Mas estão anunciadas explorações de gás em regiões do centro litoral, Leiria e Batalha, para data próxima. Queres comentar essa “insaciedade” em hidrocarbonetos no momento atual e naquela localização?

Esta parece-me uma pergunta muito importante, porque um dos pilares da argumentação ecologista é o “pico dos combustíveis fósseis”, às vezes visto como suficiente para iniciar a transição energética. Contudo, estamos a ver, cada vez mais, uma exacerbação do que chamas “insaciedade” em hidrocarbonetos. A partir das nossas lutas na América Latina em torno das energias, nós denunciámos as “energias extremas” como formas que o

capitalismo do despejo está a adotar de forma cada vez mais impune. Ao mesmo tempo vemos que as tecnologias da transição não são tão “limpas” como as anunciaram, como se fossem panaceia para sair do labirinto climático. Então torna-se muito importante, para resistir a tempo a estes projetos de intensificação da matriz de energias fósseis e às dependências da energia “fossilizada”, trabalhar também a partir de uma perspectiva transformadora, cultural, de mudança social e de ritmo das sociedades que se tornaram, tal como os capitalistas, insaciáveis em energia, velocidade, com adição e confiança cega nas tecnologias. O desafio que temos é epistemológico.

Que esperança tens de superar o ataque à vida, nas suas várias formas, traçado por poderes económicos e políticos extrativistas? Usando a tua expressão, como poderemos, mulheres, povos, “entrançar” as nossas lutas e os nossos desejos de um mundo habitável e justo?

Vivemos na Era da Obscenidade. Para onde quer que olhes: despejo ambiental, precariedade da vida, precariedade crescente das pessoas mais vulneráveis, violências, femicídios, a “mafialização” dos próprios poderes estatais parecem devorar aqueles valores e utopias que se foram construindo durante o século passado com o calor das lutas sociais. As injustiças e opressões, que há umas décadas chamavam a atenção pela brutalidade e inconsciência humana, converteram-se em fenómenos mais globais e de alta intensidade. São sintomas do que muitos chamam o Antropoceno, categoria crítica que surgiu no âmbito das ciências naturais e hoje se instalou nas análises e debates de diferentes campos, incluindo o nosso das lutas e utopias sociais. Esta situação, que denomino “mundo fronteira”, colocou-nos num limite, numa pequena franja, enquanto espécie humana e espécies não humanas e naturais, espaço-tempo disruptivo que metaforicamente as e os migrantes do mundo inteiro refletem, obrigados a deixar os seus territórios por falta de condições sociais e ambientais e levados a uma precariedade insustentável.

Mas, ao mesmo tempo, é igualmente impressionante a capacidade da gente e dos povos tanto para fazer comunidade, reestabelecer os laços solidários, como para tecer conjuntamente utopias e que dá esperança em que é possível um

mundo melhor, de que somos capazes de ressignificar o bem-estar disputando ao capitalismo o seu discurso abrangente, mercantilizado e extrativista da alegria.

Fazemo-lo todos os dias quando as pessoas se organizam para enfrentar uma injustiça, para acolher migrantes e reclamar aos governos que deixem de lado a hipocrisia e cumpram o mandato de proteger a vida à escala humana e ambiental, face ao crime e ecocídio das alterações climáticas.

Estes dois polos, contudo, estão separados por uma tênue linha, quase como aquela linha vermelha que as e os ativistas do clima traçaram em 2015 durante a COP21 em Paris, para sinalizar que não pode ser ultrapassada. É uma linha que tem que ver com o equilíbrio que podemos alcançar com a rebeldia cidadã em tempos de disrupção sistémica, que se impõe material e subjetivamente à humanidade. E para isso quero citar a jovem escritora búlgara Maria Popova, que ao falar das «histórias que nos contamos» diz que «o pensamento crítico sem esperança é cinismo, mas a esperança sem pensamento crítico é ingenuidade». Estamos num dilema que se converte numa linha de ordem ética: resistir e sobretudo cultivar a esperança neste tempo de ataque sistemático às utopias e de pressão permanente para reforçar o medo ou o cinismo, a dissonância cognitiva. E a esperança é sobretudo possível de uma perspectiva relacional, a partir da experiência da alteridade e da empatia. E ainda, da consciência de que só somos possíveis como sociedade se formos parte da comunidade, da vida, da terra. Entrançar com rebelião e ternura a rede da vida na terra, alimentando alianças solidárias entre as pessoas, com as espécies não humanas e com a natureza.

¹ Peredo Beltrán, Elizabeth. 2019. “Antropoceno y biopolítica: narrativas, resistencias y nuevas epistemologías ante el avance de la frontera extractivista en la Bolivia del siglo XXI.” Utopía y Praxis Latinoamericana, 24(84) p. 56-67.

ANTROPOCENO

O FILME DE UMA INACREDITÁVEL VERDADE

Paulo Portugal

Pela pertinência e capacidade transformadora, os documentários de cinema ambiental merecem um novo estatuto. De magnitude de *Aquarela* à preocupação de *Gunda*, do russo Kossakovsky, passando pela doçura do candidato aos Óscares *Honeyland* até ao discurso de emergência de Joaquin Phoenix na sua noite de vitória.

Numa altura em que a temperatura amena de uma Primavera antecipada se impõe em pleno inverno e nos convida a usar roupa leve num sinal claro da atualidade das alterações climáticas, valerá a pena pensar, parar um pouco e considerar as preocupações ambientais como mais que uma narrativa sugerida por um qualquer *blockbuster* saído das linhas de produção de Hollywood destinado a levar às salas legiões de seres a engolir quantidades avantajadas de pipocas e sumos açucarados. O contraste foi assumido por Joaquin Phoenix no seu momento de global atenção mediática, durante o discurso aceitação do Óscar pelo filme *Joker*, ao apontar o dedo ao egocentrismo humano e prepotente.

Tal como o dossier ambiente esteve em cima da mesa da discussão do Orçamento de Estado por forma a que 2020 possa ser para o nosso país também um ano de clara mudança e, seguramente, um ano mais verde, também o cinema permite estabelecer uma dimensão bem real de um problema que muitos chefes de estado com responsabilidades acrescidas persistem em ignorar. Por aqui refletimos essa pluralidade de visões em que o peso da consciência ambiental deverá emergir na mesma medida em que compreendermos o significado do Antropoceno, ou seja, as consequências da ação do ser humano na evolução do planeta Terra.

No ano em que a Sibéria ardeu, uma boa parte da Amazónia foi consumida e até há bem pouco tempo a Austrália estava em chamas – sim, e como sempre, parte de Portugal foi uma vez mais consumida pelas chamas – percebemos como estamos longe de controlar os efeitos catastróficos das alterações climáticas que se propagam como um vírus, arrastando consigo a destruição dos recursos naturais e o crescimento desmesurado da população. Isto até ao momento em que alguém chama a atenção num documentário que citamos de cor: «Não haverá outras ameaças para além do terrorismo?» Talvez a nossa atitude apenas mude quando somos acordados para a realidade de uma forma profunda. Há momentos assim.

OS NOVOS SUPER-HERÓIS

É verdade que nesta altura já não precisamos do serviço de super-heróis, na linha de Kevin Costner, em 1995, a lutar contra um mundo submerso em *Waterworld*,

ou quase uma década mais tarde, em *O Mundo Depois de Amanhã* (2004), com um Jake Gyllenhaal envolvido no processo inverso, ou seja, uma nova Era Glacial, ou mesmo a memória de Harrison Ford no mundo distópico de *Blade Runner*, tal como imaginado na novela de Philip K. Dick, apesar dessa antecipação científica, ambientada em Novembro de 2019, recentemente se ter dissolvido em passado. Talvez porque essas ameaças convertidas em entretenimento se tornaram demasiado reais e o impacto da gritante atualidade tenha acentuado um formato documental em vez de um qualquer *disaster movie*.

Ainda recentemente, fomos confrontados com a beleza hiper-realista da natureza e tocados pelas imagens operáticas da ondulação da Nazaré, no tremendo *Aquarela* (2019), do russo Victor Kossakovsky, infelizmente sem superar a pré-seleção ao Óscar de Melhor Documentário. Raramente vimos imagens de uma tão grande exaltação, sobretudo quando disponíveis na altíssima definição de 96 imagens por segundo e um som com a qualidade AT-MOS. Ou até do carinho pelos modos ancestrais de recolha do mel na Macedónia, no candidato final *Honeyland*.

Apesar do consenso científico sobre o impacto dos gases com efeito de estufa ser um tema já com cerca de três décadas, de resto com o devido reflexo no cinema, não podemos deixar de recordar o momento em que um ilustre orador demonstrou no seu documentário a formulação do problema como se explicasse “as preocupações ambientais para totós”. Para muitos, como para nós, foi o momento que separou um “antes” e um “depois” quanto à seriedade do tema ambiental. O impacto foi de tal forma que corremos para ser dos primeiros a apertar-lhe a mão e agradecer essa clareza de visão. O homem em questão era Al Gore, ele acabava de apresentar o filme *Uma Verdade Inconveniente*, no festival de Cannes em 2006, um documentário marcante que viria, de resto, a ganhar o Óscar de Melhor Documentário desse ano.

Seja como for, ainda hoje podemos verificar o que na altura Gore assinalava, sobretudo quando identificava que os 10 anos mais quentes do planeta haviam ocorrido nos últimos 14 e que o mais quente fora em 2005 (precisamente o ano do furacão Katrina). Naturalmente, década e meia mais tarde inúmeras tragédias ambientais foram devidamente documentadas. Muitos deles carregan-

do a denúncia em filmes candidatos ao Oscar de documentário. Por exemplo, o tão esclarecedor *Gasland* (de Josh Fox, 2010) sobre a exploração descontrolada das perfurações hidráulicas em busca de gás natural – o *fracking* –, e o efeito altamente poluidor dos recursos de água potável. Numa cena inesquecível um homem acende um isqueiro debaixo de uma torneira provocando uma torrente de líquido a arder. Difícil de ignorar será também o mundo da rejeição em *Wasteland* (2010), em que o artista brasileiro Vik Muniz converte em arte despojos da lixeira do Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro. Chegamos até ao extremo do terrorismo ambiental, no avassalador *If a Tree Falls: A Story of the Earth Liberation Front* (2011) em que o protesto sobre a desflorestação assume uma postura mais retributiva, ainda assim num filme admirável.

Num outro documentário (*A Inundação da Terra*, 2016) Leonardo DiCaprio a testemunhar que «quanto mais aprendo sobre estas questões (ambientais), e tudo o que contribui para o problema, percebo que afinal de contas sei muito menos do que pensava». Ele que percebe a importância dos *influencers* para facilitar a passagem da mensagem, mas que já em 2007 acusava a classe política e corporativa de «ignorar a avassaladora evidência científica» que desequilibrou o ecossistema, insistindo na tentativa da nossa redução da pegada ecológica. Mesmo sem essa notoriedade, há quem viaje pelo mundo à procura de condições alternativas para viver, como sucedeu com os franceses, o ativista e escritor Cyril Dion e a atriz Mélanie Laurent, no muito revelador *Amanhã* (2015), vencedor do César de Melhor Documentário.

CINEECO, A ILHA AMBIENTAL

No nosso país, existe uma certa teimosia em matéria de cinema ambiental há quase tanto tempo como a equação do problema e que nos permite o acesso a certos documentários que dificilmente teremos oportunidade de ver. É na cidade de Seia, presa no sopé da Serra da Estrela, que há mais de 25 anos um dos mais antigos e consistentes festivais de cinema ambiental do mundo aguenta graças ao apoio do município. Um «ato de resistência», como apelida o seu diretor Mário Branquinho, sublinhando mesmo que «a temática ambiental já deixou de ser um assunto para especialistas», no fundo, um assunto para 'totós', defendendo que «hoje ambientalistas somos todos nós»,



Foto: CineEco

mesmo que defenda a dignidade do «filme de ambiente ser considerado cada vez mais um objeto artístico e cinematográfico».

Foi precisamente nesse município da Guarda que fomos renovando o conhecimento sobre o que de melhor cinema ambiental se vai fazendo pelo mundo. Como essa fascinante, complexa, enciclopédica mesmo, e inquietante obra-prima *O Homem Que Comeu a Terra*, do francês Jean-Robert Viallet, o melhor filme do CineEco do ano passado, ao refletir a ânsia humana do eterno progresso (da permanente necessidade de crescimento!) que nos remete até ao início das revoluções industriais para perceber aquilo que se ganhou (e sobretudo tudo o que se perdeu), no processo de exploração do globo generoso. Um manancial de oxigénio e água que em pouco mais de duzentos anos foi invadido por 1.400 milhões de toneladas de CO2 emitidas desde o início da industrialização e presas na baixa atmosfera. É esta era antes do desenvolvimento humano, que é definida por estudiosos científicos como o Antropoceno, aquela que precede as descobertas tecnológicas e as decisões políticas que nos levaram à globalização e à atual crise ambiental.

com antecipação a cor que ditaria a tendência da moda do ano seguinte pela cor que dominava as águas do seu rio.

Começamos com Kossakovski e terminamos com ele, recuperando uma conversa que tivemos em Lisboa, mas que liga *Aquarela* ao seu próximo projeto igualmente filmado em 96 imagens por segundo. Assim descreve *Gunda*, o emergente documentário selecionado para o festival de Berlim: «Neste filme demonstramos como 2 bilhões de vacas, dois bilhões de porcos e 20 bilhões de frangos não viverão muito mais que um ano, talvez dois, se tiverem sorte. Isso significa que iremos matar 4 bilhões de animais por ano». É um pouco isso que se refere o discurso de Joaquin Phoenix ao sugerir «quando usamos o amor e a compaixão como princípios orientadores, conseguimos criar, desenvolver e implementar sistemas de mudança que irão beneficiar todos os seres humanos e o ambiente.»

Paulo Portugal é jornalista de cultura e cinema e autor do site Insider.pt



Foto: CineEco

XIII TESES SOBRE A CATÁSTROFE (ECOLÓGICA) IMINENTE E OS MEIOS (REVOLUCIONÁRIOS) DE EVITÁ-LA

Michael Löwy

Foto: Pixabay @Pexels

É possível ganharmos esta batalha antes que seja demasiado tarde? Contrariamente aos chamados colapsólogos, que proclamam, com pompa e circunstância, que a catástrofe é inevitável e que qualquer resistência é inútil, achamos que o futuro continua em aberto.

I
A crise ecológica está já presente e converter-se-á ainda mais, nos próximos meses e anos, na questão social e política mais importante do século XXI. O futuro do planeta e da humanidade vai decidir-se nas próximas décadas. Os cálculos de alguns cientistas relativos aos cenários para o ano 2100 não são muito úteis, por duas razões: a) científica: considerando todos os efeitos retroativos impossíveis de calcular, é muito arriscado fazer projeções de um século; b) política: no final do século, todos e todas nós, os nossos filhos e netos terão partido e então qual é o interesse?

II
A crise ecológica inclui vários aspetos, de consequências perigosas, mas a questão climática é sem dúvida a ameaça mais dramática. Como explica o IPCC [Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas], se a temperatura média ultrapassa mais de 1.5 graus em relação à do período pré-industrial, existe o risco de

que se desencadeie um processo irreversível de mudança climática. Quais seriam as consequências? A seguir assinalam-se alguns exemplos: a multiplicação de mega-incêndios como o da Austrália; o desaparecimento dos rios e a desertificação dos solos; o degelo e a deslocação dos glaciares polares e a elevação do nível do mar, que pode atingir até dezenas de metros, enquanto só com dois metros amplas regiões de Bengala, da Índia e da Tailândia, bem como as principais cidades da civilização humana – Hong-Kong, Calcutá, Viena, Amsterdão, Xangai, Londres, Nova York, Rio – desaparecerão sob o mar. Até quanto poderá subir a temperatura? A partir de que temperatura estará ameaçada a vida humana neste planeta? Ninguém tem resposta a estas perguntas...

III
Estes são riscos de catástrofe sem precedente na história humana. Seria preciso voltar ao Plioceno, há alguns milhões de anos, para encontrar uma condição análoga à que se poderá verificar no futuro

graças às alterações climáticas. A maior parte dos geólogos apontam que entrámos numa nova era geológica, o Antropoceno, no qual as condições do planeta se modificaram pela atividade humana. Que atividade? A mudança climática começou com a Revolução Industrial do século XVIII, mas foi após 1945, com a globalização neoliberal, que se deu um salto qualitativo. Noutras palavras, é a civilização industrial capitalista moderna que é responsável pela acumulação de CO2 na atmosfera e, com isso, pelo aquecimento global.

IV

A responsabilidade do sistema capitalista na catástrofe iminente está amplamente reconhecida. O Papa Francisco, na Encíclica *Laudatio Si*, sem pronunciar a palavra capitalismo, denunciava um sistema de relações comerciais e de propriedade estruturalmente perverso, exclusivamente baseado no “princípio de maximização do lucro” como responsável ao mesmo tempo pela injustiça social e pela destruição da nossa Casa Comum, a Natureza. Um slogan universalmente entoado nas manifestações ecologistas em todo o mundo é: «Mudemos o sistema, não o clima!» A atitude dos principais representantes deste sistema, partidários do *business as usual* – milionários, banqueiros, especialistas, oligarcas, politiqueiros – pode ser resumida na frase atribuída a Luis XV: «Depois de mim, o dilúvio».

V

O caráter sistémico do problema é cruelmente ilustrado pelo comportamento de todos os governos (com raríssimas exceções) ao serviço da acumulação de capital, das multinacionais, da oligarquia fóssil, da mercantilização geral e do livre comércio. Alguns – Donald Trump, Jair Bolsonaro, Scott Morrison (Austrália) – são abertamente ecocidas e negacionistas climáticos. Os outros, os razoáveis, dão o tom nas reuniões anuais da COP (Conferências das Partes ou Circos Organizados Periodicamente?) que se caracterizam por uma vaga retórica verde e uma completa inércia. A que teve mais sucesso foi a COP21, em Paris, que concluiu com solenes promessas de reduções de emissões por todos os governos participantes – não cumpridas, a não ser por algumas

ilhas do Pacífico –; no entanto, se se tivessem cumprido, os cientistas calculam que a temperatura poderia à mesma subir até 3,3 graus suplementares.

VI

O capitalismo verde, os mercados de direitos de emissões, os mecanismos de compensação e outras manipulações da chamada economia de mercado sustentável

revelaram-se completamente ineficazes. Enquanto se enverdece a torto e a direito, as emissões sobem em flecha e a catástrofe aproxima-se a passos largos. Não há solução para a crise ecológica no marco do capitalismo, um sistema inteiramente voltado para o produtivismo, o consumismo, a luta feroz pelas fatias de mercado, a acumulação do capital e a maximização dos lucros. A sua lógica intrinsecamente perversa conduz inevitavelmente à rutura dos equilíbrios ecológicos e à destruição dos ecossistemas.



Foto: Fred Rivett @Unsplash

VII

As únicas alternativas efetivas, capazes de evitar a catástrofe, são as alternativas radicais. Radical quer dizer que ataca às raízes do mal. Se a raiz é o sistema capitalista, são necessárias alternativas anti-sistémicas, isto é anticapitalistas, como o ecossocialismo, um socialismo ecológico à altura dos desafios do século XXI. Outras alternativas radicais como o ecofeminismo, a ecologia social (Murray Bookchin), a ecologia política de André Gorz ou o decrescimento anticapitalista, têm muito em comum com o ecossocialismo: nos últimos anos desenvolveram-se relações de influência recíprocas.

VIII

O que é o socialismo? Para muitos marxistas é a transformação das relações de produção – mediante a apropriação coletiva dos meios de produção – para permitir o livre desenvolvimento das forças produtivas. O ecossocialismo reclama-se de Marx mas rompe de forma explícita com esse modelo produtivista. Certamente, a apropriação coletiva é indispensável, mas é também necessário transformar radicalmente as mesmas forças produtivas: a) mudando as suas fontes de energia (renováveis em vez de fósseis); b) reduzindo o consumo global de energia; c) reduzindo (decrescimento) a produção de bens e suprimindo as actividades inúteis (publicidade) e as prejudiciais (pesticidas, armas de guerra); d) pondo fim à obsolescência programada. O socialismo implica também a transformação dos modelos de consumo, das formas de transporte, do urbanismo, do modo de vida. Em suma, é bem mais que uma modificação das formas de propriedade: trata-se de uma mudança civilizacional, baseada nos valores da solidariedade, igualdade e liberdade e respeito pela natureza. A civilização ecossocialista rompe com o produtivismo e o consumismo para privilegiar a redução do tempo de trabalho e, assim, a extensão do tempo livre dedicado às atividades sociais, políticas, lúdicas, artísticas, eróticas, etc., etc. Marx designava esse objetivo com o termo Reino da liberdade.

IX

Para cumprir a transição para o ecossocialismo é necessário um planeamento

XII

Qual é o sujeito deste combate? O dogmatismo obreirista/industrialista do passado já não é atual. As forças que hoje se encontram na primeira linha do confronto são os jovens, as mulheres, os indígenas, os camponeses. As mulheres estão muito presentes no formidável levantamento da juventude lançado pelo apelo de Greta Thunberg, uma das grandes fontes de esperança para o futuro. Como nos explicam as ecofeministas, esta participação em massa das mulheres nas mobilizações resulta do facto de que elas são as primeiras vítimas dos danos ecológicos do sistema. Os sindicatos começam, aqui ou ali, a comprometer-se também. Isso é importante, já que, em última análise, não se poderá abater o sistema sem a participação ativa dos trabalhadores e as trabalhadoras das cidades e dos campos, que constituem a maioria da população. A primeira condição é, em cada movimento, associar os objetivos ecológicos (encerramento das minas de carvão ou dos poços de petróleo, ou de centrais térmicas, etc.) com a garantia do emprego dos e das trabalhadoras afetadas.

XIII

É possível ganharmos esta batalha antes que seja demasiado tarde? Contrariamente aos chamados colapsólogos, que proclamam, com pompa e circunstância, que a catástrofe é inevitável e que qualquer resistência é inútil, achamos que o futuro continua em aberto. Não há nenhuma garantia de que esse futuro será ecossocialista: é o objeto de uma aposta no sentido pascaliano, na qual se comprometem todas as forças, num trabalho pelo incerto. Mas, como dizia com uma grande e simples prudência, Bertold Brecht: "Aquele que luta pode perder. Aquele que não luta já perdeu".

Michael Löwy é filósofo, sociólogo e diretor emérito de investigação em Ciências Sociais no Centro Nacional de Investigação Científica francês.

Artigo publicado na revista *Viento Sur* e traduzido por Luís Branco.

X

Para levar a cabo o projeto ecossocialista não bastam as reformas parciais. Seria necessária uma verdadeira revolução social. Como definir esta revolução? Poderíamos referir a uma nota de Walter Benjamin, à margem das suas *Teses sobre o conceito de história* (1940): «Marx tem dito que as revoluções são a locomotiva da história mundial. Mas talvez as coisas se apresentem de maneira completamente diferente. É possível que as revoluções sejam o ato, por parte da humanidade que viaje nesse comboio, de puxar os travões de emergência». Tradução em palavras do século XXI: todas e todos somos passageiros de um comboio suicida, que se chama Civilização Capitalista Industrial Moderna. Este comboio aproxima-se, a uma velocidade crescente, de um abismo catastrófico: a mudança climática. A ação revolucionária tem por objetivo detê-lo, antes que seja demasiado tarde.

XI

O ecossocialismo é ao mesmo tempo um projeto de futuro e uma estratégia para o combate aqui e agora. Não se trata de esperar que as condições estejam maduras: há que promover a convergência entre lutas sociais e lutas ecológicas e bater-se contra as iniciativas mais destruidoras dos poderes ao serviço do capital. É o que Naomi Klein chama *Blockadia*. É no interior das mobilizações deste tipo que poderá emergir, nas lutas, a consciência anticapitalista e o interesse pelo ecossocialismo. As propostas como o *Green New Deal* fazem parte desse combate, nas suas formas radicais que exigem o abandono efetivo das energias fósseis, mas não nas que se limitam a reciclar o capitalismo verde.

O CLIMA É UM GRANDE NEGÓCIO

Francisco Louçã

O clima é um debate, é uma emergência, mas é também um excelente negócio. Neste artigo, sublinham-se duas das características das forças que se movem em torno do mercado climático, começando pelas ideias conformistas e concluindo com as soluções conservadoras e mercantis.



Ilustração: Ana Mendes

DOIS ECONOMISTAS EM CONFRONTO

Em outubro de 2018, soube-se que o Prémio Nobel em Economia, instituído pelo Banco Central da Suécia, tinha sido atribuído nesse ano a Paul Romer, pelas suas investigações em crescimento endógeno, e também a William Nordhaus, pelos seus trabalhos em economia do clima. Ao saber da notícia, Nordhaus notou que tinha esperado que um seu colega, Martin Weitzman, tivesse sido contemplado pelas mesmas razões. Mas isso não aconteceu, para desgosto de Weitzman, um dos economistas mais destacados nesta área da economia do ambiente (Weitzman viria a suicidar-se no verão do ano seguinte, afirmando de que não se sentia capaz de continuar a contribuir para este estudo científico, depois do desaire de ter sido afastado do prémio).

William Nordhaus (1941-...)

Nascido numa família judia alemã emigrada para os EUA, Nordhaus destacou-se inicialmente pelo trabalho conjunto com Paul Samuelson na preparação de edições mais recentes do seu manual de economia. Professor em Yale, colaborou com outro Prémio Nobel, James Tobin, na definição de medidas do bem-estar. A sua investigação inclui a modelização e, nos últimos anos, a economia do clima, a razão pela qual recebeu o Prémio Nobel em 2018.

Martin Weitzman (1942-2019)

Licenciado em matemática e física, Weitzman estudou depois economia. Foi professor em Yale, no MIT e, durante grande parte da sua carreira, em Harvard. A sua investigação incluiu temas de economia do clima, regulação e planeamento ambiental, biodiversidade e microfundamentos da macroeconomia, numa perspetiva ecológica.

Ao longo da carreira destes dois economistas, houve algumas aproximações entre eles, dado que ambos consideravam que a economia das alterações climáticas seria um dos temas fundamentais para a ciência e ambos utilizavam pontos de partida semelhantes, baseando-se em modelos com um agente representativo e maximização da utilidade, na tradição da economia tradicional, ou neoclássica. Mas, apesar disso, divergiram profundamente na sua abordagem, tendo-se acentuado as diferenças ao longo do tempo. Weitzman foi reforçando uma visão pessimista sobre a capacidade explicativa da modelização corrente, notando que a análise custo-benefício ou os modelos de análise integrada que estão disponíveis dependem de apreciações subjectivas sobre a incerteza estrutural e, portanto, podem conduzir a resultados errados.¹ Ao longo de uma década, desenvolveu o que chamou de «Teorema da Calamidade», para assinalar que, com a natureza da incerteza envolvida na medida dos efeitos das alterações climáticas, acontecimentos futuros poderiam seguir o que os estatísticos chamam uma distribuição de probabilidade com abas largas, ou seja, com maior probabilidade de acontecimentos catastróficos (que seriam extremamente raros e implausíveis se se tratasse de uma distribuição normal). Nesse caso, a perda económica e social esperada provocada pelo aquecimento global, particularmente com altas variações de temperatura, poderia ser infinita, sendo a análise económica tradicional incapaz de lidar com esta dimensão do risco.²

Nordhaus criticou este «teorema da calamidade», reafirmando a abordagem tradicional e sugerindo as medidas tradicionais.³ Calculando o custo social das emissões de gases com efeito estufa, o seu modelo sugere que, se forem adoptadas medidas como a taxa sobre o carbono (para o efeito simula valores de 42 até 350 dólares por tonelada), então «o impacto no bem estar social é amplo mas não catastrófico, com um declínio de cerca de 2% do bem estar ou da anuidade do consumo no pior dos casos (a anuidade do consumo é o nível constante de consumo per capita que assegura o mesmo

¹ Weitzman, Martin (2010), "What is the "Damages Function" for Global Warming – and What Difference Might it Make", *Climate Change Economics*, 1(1): 57–69.

² Weitzman, Martin (2009), "On Modeling and Interpreting the Economics of Catastrophic Climate Change", *Review of Economics and Statistics*, 91(1): 1–19.

³ Nordhaus, William (2009), "An Analysis of the Dismal Theorem", NBER WP 1686.

nível de utilidade no caso em questão)». Nordhaus admite que o efeito possa chegar a um aumento da temperatura média em relação à época pré-industrial em 3°C, o que a generalidade dos climatologistas recusa terminantemente, mas insiste na utilização de uma taxa de desconto elevada, que pressupõe a convicção de que os investimentos de hoje têm um grande efeito na solução dos problemas do futuro, pelo que bastaria um nível modesto de esforço atual para evitar ou corrigir os custos das alterações climáticas futuras. Ele reconhece esse efeito: «Uma alta taxa de desconto reduzirá a mitigação, mas não parece que por si só produza políticas que conduzam a futuras catástrofes».⁴ Ou seja, segundo Nordhaus, fica barato corrigir os efeitos das alterações climáticas.

Neste debate entre Nordhaus e Weitzman surge uma divergência que parece técnica: como se calcula o futuro, ou qual é a taxa de desconto que se deve usar? Essa taxa é um cálculo sobre quanto deve custar o investimento de hoje para evitar um certo custo da alteração climática num certo momento no futuro. Se se usar uma medida de taxa elevada, é por se admitir que os investimentos atuais terão um efeito poderoso e que, assim, basta um pequeno esforço de correção. O uso de uma taxa elevada pressupõe admitir que o efeito das nossas acções de hoje sobre as gerações futuras pode ser expressivo e portanto determinante para as análises de custo-benefício, ou que basta um esforço moderado para se resolverem os problemas futuros. Se, pelo contrário, se considerar a incerteza ou se se presumir que será difícil compensar os efeitos da crise ambiental em curso, deve-se usar uma taxa de desconto menor, sugerindo que seria necessário um investimento muito maior para corrigir os efeitos nocivos acumulados no presente e no futuro.

Imagine, por exemplo, que se antecipa que o efeito dos prejuízos provocados por alterações climáticas venha a ser de um bilião de euros em 2100. Usando o valor da taxa de desconto de 3%, o valor de referência que a presidência Obama adotou, seria necessário gastar hoje 86 mil milhões para evitar esse efeito em 2100. Se for de 7%, o valor escolhido por Trump, então bastaria usarmos hoje qualquer coisa como 4 mil milhões. Assim, para a administração Obama, o custo de uma tonelada de emissões de CO2 deveria ser de 45 dólares, ao passo que para Trump deveria ser de não mais de 1 dólar. Nordhaus

⁴ Ibid, p. 19.

aproxima-se assim da posição de Trump. Aqui temos um exemplo de como alguns economistas justificam uma posição hostil ao esforço mundial para combater as alterações climáticas.

O MERCADO DE EMISSÕES É UMA BOA SOLUÇÃO ECONÓMICA?

Este debate económico tem ainda uma outra implicação. Se se calcula que o custo de mitigação de alterações climáticas é baixo e não exige medidas de urgência para condicionar decisões e para impor um caminho de regulação e transformação dos sistemas produtivos, de energia, de transportes e de alimentação, então fica aberto o campo para soluções de mercado que conduzam a adaptação. A mais importante que tem sido proposta, e de facto está a ser aplicada, é a criação dos mercados de emissões de carbono.

A estratégia é simples: criam-se limites para as emissões, que correspondem a autorizações de emissão poluente, que podem ser vendidas. Essa tem sido a estratégia dominante nas cimeiras da ONU, e voltou a ser o tema de discussão na recentemente fracassada cimeira de Madrid.

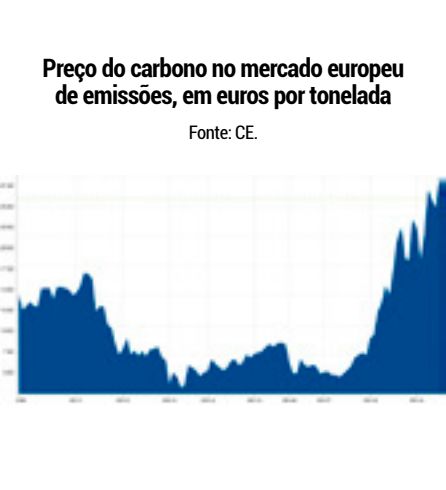
Em 1997, o Protocolo de Quioto estabeleceu um mercado de emissões de carbono, que depois foi desenvolvido sob os auspícios do Banco Mundial. A ideia era esta: se as emissões têm um efeito, devem ter um custo e devem por isso ser adquiridas e pagas num mercado aberto. Cada economia disporia de um certo valor de autorizações totais de emissão e poderia vender parte dessas autorizações, que poderiam ser compradas por outras economias e empresas que pretendessem poluir acima do que estaria autorizado nos seus casos. Esse mercado deveria manter um total de emissões sob controlo e os preços deveriam desincentivar a estratégia de aumentar a poluição.

Ora, foi exatamente o contrário que ocorreu, e sem surpresa. Os preços, indicados no gráfico seguinte, que descreve a evolução do mercado europeu, baixaram mesmo em períodos de alarme sobre excesso de emissões (2011 a 2020). Os resultados demonstram que havia autorizações excessivas ou que este mercado incentivou as emissões em vez de as restringir. No sistema europeu, foram autorizadas em 2013-2020 um total de emissões de 16 mil milhões de toneladas, 10% acima do



O touro de Wall Street. Foto: Bantersnaps - Unsplash

padrão anterior, e o preço baixou de 20 euros por tonelada em 2001 para 5 euros em 2013. Voltou depois a subir, chegando a mais de 25 euros em 2019, mas mesmo nesta trajetória esse valor excepcional é demasiado baixo, permitindo uma generosa margem de rentabilidade para as emissões poluentes. Olhe para o gráfico: mesmo os preços mais altos que aí são indicados são um estímulo ao aquecimento global e nem o quádruplo permitiria impor uma reestruturação sustentável dos sistemas produtivos.



Como se verifica no gráfico seguinte, o mercado europeu, o EUETS, ou European Union Emissions Trading Scheme, é o maior do mundo e emite licenças em excesso, conduzindo a um preço da tonelada de carbono demasiado baixo, ou seja, as empresas não têm incentivo para mudar os métodos de produção. O mesmo se pode dizer do CDM, o United Nations Clean Development Mechanism. Na Europa e no mundo, o negocismo ambiental conduz a um sistema de preços que é estruturalmente incapaz de reconhecer a emergência e cuja atuação prejudica as soluções razoáveis no prazo curto de que dispomos.



De facto, a partir do Protocolo de Quioto, de 2005, foi definido um teto máximo de emissões e para a troca mercantil destas autorizações mas, como vimos, esses limites eram demasiado elevados e os preços de emissão diminuíram. Além disso, a criação destes mercados gerou outra consequência, pois impulsionaram a intervenção do sistema financeiro, através de várias agências financeiras que descobriram a oportunidade de promover derivativos climáticos, seguros e os chamados *cat bonds*, ou títulos financeiros que apostam em catástrofes, nomeadamente na Catex, uma bolsa de valores situada em New Jersey, nos EUA. Os investidores poderão comprar seguros sobre os efeitos possíveis de um terramoto em San Francisco, um furacão no Caribe ou um incêndio na Serra de Monchique. Estes títulos são certificados e avaliados pelas grandes agências de notação e têm sido expandidos desde 1995, quando foram criados.

O efeito deste mercado foi a ampliação das emissões e de incentivos para a multiplicação de investimentos que prejudicam a correcção dos efeitos climáticos, em vez de os reduzirem. Foi o que levou Steffen Bohm, director do Instituto de Sustentabilidade da Universidade de Essex, e a sua co-autora Rebecca Pearce, a declararem que «os mercados de carbono nos fizeram perder mais de 15 anos na luta contra as alterações climáticas».⁵ Bohm critica os *lobbies* agressivos, a falta de transparência e os erros de regulação que terão feito dos mercados de licenças uma nova arena de especulação, incapaz de provocar a redução de emissões. James Hansen, um cientista da NASA, acrescenta que os «poluidores e intermediários de Wall Street saquearam o público em biliões de dólares».

Os economistas que, como Nordhaus, são premiados por desvalorizarem o risco e por incentivarem um mercado de poluição, incluindo estes produtos financeiros, não estão desatentos. Cumprem uma função e ajudam os mercados especulativos, que jogam com as nossas vidas. Em suma, o negocismo dos nossos dias é uma ameaça contra o mundo.

Francisco Louçã é economista.

⁵ Pearce, Rebecca e Böhm, Steffen (2014), "Ten Reasons why Carbon Markets will not Bring about Radical [Emissions Reduction]", *Carbon Management*, 5(4).

DESINFORMAÇÃO E CRISE DOS MÍDIA COMBATENDO A PROFECIA DE ORWELL

Diana Andringa

O poder das redes sociais já compete com o do poder político e a informação tóxica alimenta o populismo fascizante. A luta pela liberdade e diversidade de pensamento passa por encontrar saídas para a crise que a imprensa atravessa.

Ilustração: Ana Mendes

"Para que um dia seja melhor a condição humana, filósofos, teólogos, legisladores, políticos e moralistas hão-de verificar que o perigoso e importante que têm para resolver é a regulação da Imprensa. A humanidade já não pode ser governada sem a Imprensa – nem, atualmente, com ela."

Adams, 1815

Nunca estas palavras do 2º presidente dos Estados Unidos da América do Norte terão sido tão certas como desde que o 45º ocupante do cargo, Donald Trump, se arrogou o direito de decidir o que são e não são notícias, cunhando o termo *"fake news"* para as que lhe são desfavoráveis, levando a acordar para a existência de **desinformação e informação tóxica** diversos países que não tinham reagido quan-

do falsas informações de outro presidente dos EUA deram início à guerra do Iraque e aos subsequentes anos de violência e devastação. A confirmar Pierre Bourdieu: «O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daqueles que as pronunciam, crença cuja produção não é da competência das palavras.» (*"O poder simbólico"*, 1989)

O problema é agora de maior complexidade, já que o poder das redes sociais compete, muitas vezes, com o do poder político. Se, em 2003, George W. Bush podia mentir sobre a existência de armas de destruição maciça no Iraque e obter eco em grande parte da imprensa ocidental, em 2020 multiplicam-se os avisos de que a informação falsa tanto pode ajudar a eleger um presidente (notícias falsas sobre os adversários terão contribuído para a eleição de Trump em 2016) como aumentar a dúvida em relação às afirmações deste. Assim, por exemplo, o serviço de confirmação de factos do Washington Post deu a conhecer que, até 19 de Janeiro deste ano – ao fim de 1.095 dias no cargo – o presidente Donald Trump tinha feito 16.241 afirmações falsas ou enganosas.

Este questionamento da verdade ou inverdade das notícias que consumimos é, no entanto, ambivalente: se é positivo que nem todas as afirmações providas de uma fonte de poder sejam aceites sem questionamento, é negativa a aceitação acrítica de outras de proveniência desconhecida, que se tornam *"viraís"* no mundo digital.

Do lado negativo ficam ainda a suspeita sobre toda a informação recebida, atingindo também a Imprensa tradicional, e a ideia de que as redes sociais bastam para se ser informado – diminuindo o acesso aos órgãos de Comunicação Social e o investimento publicitário nestes, a favor das plataformas digitais, de conteúdos *"viraís"* e favoráveis à publicidade dirigida.

Por isso, quando em vários países crescem movimentos populistas de contornos fascizantes – que muitos acreditam ser um dos efeitos das redes sociais, ao associarem informação tóxica e circuitos fechados de (des)informação – cresce também a preocupação com a crise financeira da Comunicação Social tradicional, devido à fuga da publicidade e do seu público habitual para as redes e as grandes empresas tecnológicas do designado

grupo GAFA (Google, Apple, Facebook e Amazon), cujos lucros – curiosamente (ou não?) – o presidente norte-americano tenta impedir que sejam limitados ou simplesmente taxados nos países europeus.

Em Portugal, depois de afirmar que «comunicação social em crise é democracia em crise», o atual Presidente da República defendeu a necessidade de «um programa de emergência» para o sector, e apelou aos “poderes públicos” para que tomassem medidas nesse sentido.

Também Sofia Branco, presidente do Sindicato dos Jornalistas – que organizou uma Conferência sobre o Financiamento dos Media – lembrou que «a existência de uma imprensa livre e independente é a essência da democracia», pelo que «as políticas públicas não podem ignorar as dificuldades de sobrevivência das empresas de comunicação.»

Leitora de jornais há quase 70 anos e jornalista há mais de 50, sindicalista, entendendo bem as palavras da atual presidente do Sindicato. E solidarizo-me, naturalmente, com os jornalistas que enfrentam precariedade, aceleração do ritmo e da quantidade de trabalho, redações esvaziadas, ditadura de audiências e cliques. E, no entanto...

... no entanto, não deixo de verificar que, para muitas pessoas, ler um jornal, ouvir ou ver um noticiário corresponde mais a um dever de militância que à esperança de ficarem bem informadas e, menos ainda, a um prazer.

E que esse dever as deixa, muitas vezes, indignadas com o que leem, ouvem e veem, porque cada vez mais parece caído no esquecimento o Código Deontológico aprovado pela classe, que obriga os jornalistas a relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade, distinguindo claramente notícia e opinião, a recusar acusações sem provas, salvaguardar a presunção de inocência dos arguidos, não identificar as vítimas de crimes sexuais nem os menores, proibir-se de humilhar pessoas ou perturbar a sua dor, rejeitar o tratamento discriminatório das pessoas em função da ascendência, cor, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social, idade, sexo, género ou orientação sexual, respeitar a privacidade dos cidadãos – exceto quando estiver em causa o interesse público ou a conduta do indivíduo contradiga, manifestamente, valores

e princípios que publicamente defende – e também a, antes de recolherem declarações e imagens, atenderem às condições de serenidade, liberdade, dignidade e responsabilidade das pessoas envolvidas.

E o argumento de que os jornalistas, cada vez mais desprotegidos face aos empregadores, são quase compelidos a esse incumprimento deontológico cria a dúvida sobre a bondade de financiar as empresas de Comunicação Social, em vez de criar meios que permitam a grupos de jornalistas e cidadãos criarem os seus próprios órgãos de informação. Permitindo também, eventualmente, uma melhor cobertura do pequeno país que somos, com redações descentralizadas tratando em profundidade e de forma criativa os problemas locais, diversificando as temáticas e criando novos públicos – mantendo com aqueles que se encontram na diáspora uma ligação que as novas tecnologias e reposição do porte pago ajudariam a facilitar.

Mas como se poderiam financiar esses novos órgãos de Informação? Uma hipótese é a criação de uma entidade de tipo fundacional, a que o Estado atribuisse, através de um contrato-programa plurianual e com todas as garantias de independência, o orçamento necessário, sem proibição de outras formas de financiamento.

Outra será o apoio do Estado à criação e manutenção de públicos, através, por exemplo, da oferta de uma assinatura gratuita de imprensa generalista a todos os estudantes do 3º ciclo e ensino superior, subsídios às escolas, bibliotecas e coletividades locais que pretendessem assinar diversos órgãos de Informação, eliminação de IVA nas assinaturas comerciais, ou, como aliás consta da proposta apresentada pelo Sindicato dos Jornalistas, dedução, em sede de IRS e de IRC, de parte ou da totalidade dos gastos com assinaturas digitais e possibilidade de consignação no IRS.

Tudo tendo naturalmente como base a exigência de transparência de propriedade dos media, o escrupuloso cumprimento do caderno de encargos, a do obrigatório Estatuto Editorial e do Código Deontológico dos Jornalistas, e o respeito pelos direitos laborais dos jornalistas, para que a precariedade, afetando os profissionais, não fira a própria Liberdade de Imprensa.

Um outro auxílio poderia ser a concretização da proposta apresentada na já referida Conferência sobre o financiamento dos Media pelo atual presidente do Conselho



Foto: Danya Gutan @ Pexels

de Administração da Agência Lusa, Nicolau Santos, de que aquela agência passe a fornecer gratuitamente aos seus clientes, incluindo órgãos de Comunicação Social das comunidades portuguesas e dos países africanos de língua oficial portuguesa, um pacote informativo em texto e áudio – obviamente com a contrapartida de um contrato-programa garante da estabilidade da própria agência.

Proposta que poderia ser completada pela RTP com a criação de um pacote informativo audiovisual, permitindo o salto para uma comunicação social lusófona, abrangendo diversos continentes e ultrapassando a pequenez e o fechamento da generalidade da Imprensa portuguesa – em que muitas vezes só a presença de jogadores ou treinadores de futebol portugueses em outros países parece justificar uma abertura internacional indispensável em época de globalização.

É, aliás, difícil aceitar que, sendo o português uma das línguas mais faladas no Mundo, a Imprensa portuguesa seja tão paroquial, fechada, repetitiva e sujeita ao domínio das grandes agências anglo-saxónicas.

Como perguntava, recentemente, J-M Nobre Correia: «Não é chocante que tenha sido *El País* a lançar em 26 de novembro de 2013 uma edição diária digital em português destinada ao Brasil?» (“A indispensável dupla estratégia”, *“Público”* 30/01/2020)

Mas como financiar esse desenvolvimento simultâneo do reforço de informação à escala local e, simultaneamente, da Lusa e da RTP, detidas pelo Estado, de modo a permitir uma maior expressão da informação em português?

Pareceria de elementar justiça financiá-lo através das taxas aplicadas às gigantes do grupo GAFA. Ideia que surgiria também na proposta do presidente da Lusa, lembrando que, se estas atraem a publicidade que foge dos órgãos de Comunicação Social tradicionais é justo encontrar, no plano europeu, uma resposta que obrigue essas plataformas a devolver 25% do que faturam em cada país, sendo esse montante depois canalizado para o apoio aos media pelas entidades públicas. O que passará, admitiu, por uma longa e dura batalha no quadro da União Europeia.

Mas não será apenas no quadro internacional que se travará essa batalha. Mesmo havendo uma forte consciência da necessidade de medidas contra a crise

no setor da Comunicação Social, também em Portugal podem surgir reservas às propostas de a combater através de políticas públicas. O temor do controlo político dos media é uma constante, como demonstraram os recentes conflitos relacionados com a Direção de Informação do Serviço Público de Rádio e Televisão.

Num debate recentemente organizado pela *Columbia Journalism Review* em torno da pergunta «o financiamento do Jornalismo pelo Governo é um mal necessário ou apenas um mal?» o académico norte-americano, Victor Pickard, autor de “*Democracy Without Journalism?: Confronting the Misinformation Society*” – considerou difícil imaginar como lidar com a crise do jornalismo sem media públicos que respondam às necessidades não atendidas de informação e comunicação, e sublinhou: «Alguns podem criticar modelos públicos como a BBC, mas esses modelos são certamente menos defeituosos do que o modelo comercial, que atualmente está entrando em colapso.»¹

Fundamental é não esquecer a importância da Imprensa na estruturação do espaço público, como «o laço político que liga milhões de cidadãos anónimos, dando-lhes a sensação de participar efetivamente na política» (Wolton, 1990).

E contrariar o efeito perverso das redes sociais, a criação das “bolhas” – circuitos fechados de (des)informação – em que só nos é apresentado aquilo com que já concordamos, a fim de evitar que em 2050 se cumpra a profecia de Orwell:

«Não percebes que o objetivo da Nova Linguagem é estreitar o alcance do pensamento? No final, o crimedepensamento tornar-se-á literalmente impossível, porque não haverá palavras que o expressem. (...) Cada ano haverá menos palavras, e o alcance da consciência será cada vez menor. (...) em 2050, não haverá um ser humano vivo que possa compreender uma conversa como a que estamos a ter.» (Orwell: 1949).

A vitória nesta luta pela liberdade e diversidade do pensamento parece por vezes incerta – mas essa é, sem dúvida, uma razão mais para travá-la.

¹ In Ingram, Mathew, “Government funding for journalism: necessary evil or just evil?”, *Columbia Journalism Review*, acessível em www.cjr.org/the_media_today/government-funding-journalism.php.

Diana Andringa é jornalista e documentarista.

DESMEMÓRIA A RODA DENTADA DOS NOVOS FASCISMOS NO SÉCULO XXI

Luís Monteiro

Por que razão deve o campo político da esquerda socialista resgatar socialmente o museu, estruturalmente visto como instrumento de opressão?

O debate público sobre «Políticas da Memória» ganhou expressão nos últimos anos. Ele projeta novos desafios progressistas em várias áreas das Ciências Sociais, desde a História à Sociologia ou Museologia. Esta reflexão, ainda que parta de uma base de análise que tenta encontrar em alguma produção académica contemporânea certas respostas, não é um Estado da Arte da relação da Academia e das Ciências e a necessidade de preservar a Memória Coletiva sobre algum período histórico em específico. O esforço da Academia no lançamento de problemáticas como a «descolonização dos museus» ou a patrimonialização dos espaços com um histórico antifascista permitiu alguns





Yoruba, do Benin, exposta no Museu do Quai Branly- Jacques Chirac, em Paris. Foto Jean-Pierre Dalbéra /Flickr

passos civilizacionais. Infelizmente, man-tenho, ao longo destes vários anos, a con-vicção (progressiva) de que continuamos a desperdiçar massa crítica e produção científica relevante dado o afastamento entre as instituições que a produzem e a maioria da população. Na ausência de uma estratégia pública robusta de preser-vação da memória coletiva sobre os Fas-cismos do século XX e a História numa vertente mais alargada, esse aparente espaço vazio é rapidamente ocupado por quem a quer apagar.

Na política como na física, até os espaços aparentemente vazios mantêm um con-junto mínimo de partículas que interagem entre si, produzindo energia. Onde não há uma imprensa livre e rigorosa, há de-sinformação e mentira; onde não há me-

mória da violência racial, há promoção do racismo, onde há relativização do papel das ditaduras fascistas, há uma ascensão desses valores.

«Temos de conhecer a verdade. Não quer dizer que foi uma maravilha, não foi maravilha regime nenhum. Qual ca-samento é uma maravilha? De vez em quando tem um probleminha, é coisa rara um casal não ter um problema, ‘tá certo? (...) E onde você viu uma ditadura entregar para a oposição de forma pací-fica o Governo? Só no Brasil, então não houve ditadura nenhuma.»¹

¹ (2019, março 27). Bolsonaro nega ditadura e diz que regime viveu probleminhas. Folha UOL. Disponívl em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/nao-hou-ve-ditadura-teve-uns-probleminhas-diz-bolsonaro-sobre-regime-militar-no-pais.shtml>

Talvez não precisemos de nos cingir ao discurso do presidente brasileiro. Basta ouvir o Ministro Brasileiro Ernesto Araújo que, baseando-se no pensamento de Olavo de Carvalho – um dos arquitetos políticos da nova extrema-direita brasileira e considerado o guru ideológico do atual Presidente – afirma que o nazismo foi um movimento de esquerda. Mas há um paralelismo incontornável: os comporta-mentos sociais da primeira metade do sé-culo XX e do século XXI e, por outro lado, a estratégia das Direitas dos novos Ultras após a crise financeira de 2008. A História repete-se e é uma tragédia se não a trans-formarmos com as nossas próprias mãos.

O discurso da nova extrema-direita tem sido categorizado, essencialmente, pela permanente produção de factos alterna-tivos ou, evitando eufemismos, mentiras. As fake news são o prato do dia do debate político e a estratégia é simples e eficaz. O alcance de cada mentira proferida será sempre superior ao tempo da denúncia e reposição da verdade, a cacofonia das re-des sociais e dos perfis falsos tratam do resto. Aqueles e aquelas que se perfilam do outro lado da barricada e resistem ao absurdo da produção de uma espécie de dissonância cognitiva coletiva têm um papel histórico. Para cumpri-lo, não basta assumir uma atitude de reação ao bom-bardeamento desinformativo permanen-te, combatendo as forças políticas e as grandes multinacionais da economia di-gital e da informação noticiosa que a pro-movem. Estruturalmente, urge resgatar o papel social do Estado como defensor das Liberdades e Garantias, alicerçando essa estratégia ao seu serviço público de Educação e Cultura.

A mercantilização dessa ideia, processo levado a cabo pelo Neoliberalismo desde o final da década de 1980, foi a autoestra-da que faltava percorrer para a desvalori-zação da Memória Coletiva como patri-mónio essencial à Democracia. Enquanto o Capitalismo prometeu progresso e me-lhoria nas condições de vida, os seus re-presentantes mantiveram-se na esfera do «campo democrático». Quando o sistema deixa de prometer uma vida melhor, só há uma última tentativa de o perpetuar. O au-xílio ao jargão da inevitabilidade torna-se a justificação dos principais responsáveis políticos e a austeridade como política da solução não é mais do que a autoestrada para a ascensão da proposta antidemo-crática e fascizante.

Não há diferença entre a conceção liberal pós-crise, quando apresenta a austerida-

de como solução única para a crise que gerou, e a conceção do Estado Securitário, que se constrói a partir de um sentimento de insegurança que ele próprio fomenta e para o qual pretende dar todas as res-postas. Tanto num caso como no outro, abandona-se a essência do debate demo-crático, da disputa dos contrários.

O esforço de preservar a Memória Coleti-va tem como primeiro obstáculo a própria democratização do Museu enquanto ins-tituição que, historicamente, preservou a narrativa dos vencedores e das elites. Se-gundo Pierre Bordieu,

«O museu fornece a todos, como se tra-tasse de uma herança pública, os monu-mentos de um esplendor passado, ins-trumentos da glorificação suntuária dos grandes de outrora: liberalidade factícia, já que a entrada franca é também entra-da facultativa, reservada àqueles que, dotados da faculdade de se apropria-rem das obras, têm o privilégio de usar dessa liberdade e que, por conseguinte, se encontram legitimados em seu privi-légio, ou seja, na propriedade dos meios de se apropriarem dos bens culturais ou, para falar como Max Weber, no mo-nopólio da manipulação dos bens de cultura e dos signos institucionais da salvação cultural».²

² Bourdieu, Pierre; Darbel, Alain. O Amor Pela Arte: os Museus de Arte na Europa e o seu Público. São Paulo: Zouk. p. 169.

Aparentemente, podemos estar perante uma contradição. Por que razão deve o campo político da Esquerda Socialista resgatar socialmente o museu, estru-turalmente visto como instrumento de opressão? A resposta pode ser dada pela negativa. Se não o fizermos, estamos a perpetuar violências, silêncios e invisibili-dades culturais, sociais e étnicas. A dispu-ta sobre a memória histórica é, hoje, um dos campos da luta de classes. Faltar a essa chamada não é abandonar o passa-do, é desistir de combater a hegemonia conservadora dos tempos que vivemos.

Apesar do papel histórico do museu en-quanto espaço de legitimação das elites como representantes de uma certa orga-nização social hierarquizada, ou de um certo regime da verdade na Modernidade, é desejável ensaiar outros modelos de representação. Vários países iniciaram esse processo. A devolução de obras de arte aos seus países de origem não é um debate novo, nem tampouco tem como únicos intervenientes os ativistas afetos à causa. Se em Portugal, o debate já pode contar com um envolvimento académi-co capaz de influenciar o debate sobre o tema, em França, é (também) pela voz de Macron que o debate se faz.

Há, de facto, um problema de representa-ção de outras culturas no museu. E, quan-do representadas a partir da exposição da sua produção artística ou cultura material,

é feita sempre na ótica de quem pensou a exposição e nunca dos e das que a pro-duziram. Descolonizar, aqui, tem um duplo significado: devolver e dignificar.

Alguns dos mais aguerridos defensores do «museu tal como ele é», aqueles que se opõem a uma política de descoloniza-ção do património, são os mesmos que acham que do Estado alocar dinheiro em políticas culturais não é o papel. A inevi-tabilidade da austeridade como perpe-tuação da crise, promoção de um estado de normalidade regressiva, de cortes nos direitos sociais e ataque às liberdades in-dividuais, de incentivo à violência sobre os de baixo (com especial enfoque sobre as minorias não representadas) é a impossi-bilidade de imaginar um Mundo melhor.

Há uma ligação direta entre inevitabili-da-de e desmemória. A falta de alternativa à austeridade é a primeira fase da grande campanha de desinformação e revisionis-mo histórico a que assistimos na última década. Por isso, é tão decisivo enquadrar as Políticas da Memória numa estratégia cultural emancipadora, como serviço pú-blico que é. Será um dos instrumentos de médio-prazo contra a Desmemória: roda dentada dos novos Fascismos do século XXI.

Luís Monteiro é museólogo e deputado do Bloco de Esquerda.



Centro de Arte Moderna, Fundação Calouste Gulbenkian. Foto: Wikipedia

DEVEMOS RESPONDER A ANDRÉ VENTURA?

Joana Louçã

Parte da esquerda ainda está a recuperar da desilusão. Tantos anos depois do 25 de Abril, Portugal deixou de ser a exceção da Europa e elegeu um deputado de extrema-direita. As respostas não se fizeram esperar e a cada declaração polémica segue-se uma reação imediata nas redes sociais. Mas será esta a melhor estratégia?

COMO SURTIU ANDRÉ VENTURA?

O percurso de André Ventura é conhecido. Aos 14 anos batizou-se por iniciativa própria, decidiu ser padre e viveu num seminário em regime de internato até mudar de ideias. Estudou sempre em escolas públicas e um percurso academicamente irrepreensível levou-o, já funcionário público na Autoridade Tributária, a ser convidado a lecionar numa universidade pública e numa privada. Um percurso que parecia blindado para o sucesso, até os jornalistas terem começado a olhar para o seu passado e o castelo ter começado a abanar. Fernanda Câncio leu a sua tese de doutoramento e encontrou contradições evidentes, provável razão pela qual a tese só se encontrava na Biblioteca Nacional, onde é de entrega obrigatória. Ventura defendia em 2013 que o pânico social levou à «estigmatização de certas comunidades que foram associadas, de modo superficial, ao fenómeno terrorista» mas em 2016 já afirmava que «é fundamental reduzir drasticamente a presença e a dimensão das comunidades islâmicas dentro da União Europeia». Poderia citar-se vários outros exemplos de mudanças radicais de opinião sobre a pena de morte, prisão perpétua ou abuso policial.

A personagem que é André Ventura começou a transparecer. Anos antes, ainda antes de aparecer nos ecrãs da Benfica TV (dirigida pelo seu primo, Pedro Guerra, o famoso assessor no ministério de Pau-

lo Portas que ganhava mais que o próprio ministro) e da Correio da Manhã TV, apostou inicialmente numa carreira literária. Escreveu dois romances («Montenegro» e «A Última Madrugada do Islão», ambos publicados na Chiado Editora) e na altura chegou a dizer que queria ser o escritor mais lido em Portugal: «adoro escrever. Quero ser um escritor cada vez melhor. Quero ser escritor até morrer. Quero morrer a escrever...». Apesar da tendência para o exagero, parece ter desistido e passou a colocar as suas fichas noutra lado, com proveito.

Foi ganhando importância dentro do aparelho do PSD (partido do seu padrinho de casamento, Rui Gomes da Silva, ex-ministro de Santana Lopes e ex-vice-presidente do Benfica) e foi eleito para o Conselho Nacional na lista do seu amigo Sérgio Azevedo. Foi escolhido como cabeça de lista nas autárquicas em Loures (a sexta maior cidade do país) e garantiu que a sua campanha não passava despercebida. Terá encomendado um inquérito aos habitantes daquele município para perceber qual o tema fraturante na cidade. A relação com a comunidade cigana foi escolhida como tema central da campanha («temos tido uma excessiva tolerância com alguns grupos e minorias étnicas», «há minorias no nosso país que acham que estão acima da lei», «os ciganos vivem quase exclusivamente de sub-



sídios do Estado», etc.).

Azevedo foi vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, onde foi profícuo em escândalos: foi apanhado numa viagem até à China oferecida pela marca Huawei, foi intitulado de «deputado do Benfica» por ter transmitido documentação interna do parlamento a responsáveis do Benfica, e, sobretudo, por ter sido cabecilha de um esquema de corrupção e tráfico de influências ainda sob investigação pela Polícia Judiciária no caso *Tutti Frutti*. André Ventura continua a ser investigado neste caso, pela contratação de um falso assessor no seu gabinete de Loures.

O tempo passou e, no caso de André Ventura, foi bem aproveitado. Nas autárquicas de 2017, a sua candidatura obteve em Loures o melhor resultado do PSD em vinte anos, 21.5%, om mais um vereador (e cinco mil votos) que nas eleições anteriores. Em 2018 rompe com o PSD, no ano seguinte forma o Chega, nas eleições europeias concorre em coligação e obtém 50 mil votos no país, 1.5%. Volta a concorrer às legislativas, desta vez com o Chega a solo e o resultado foi a sua eleição com 22 mil votos em Lisboa, 66 mil no total do país.

O QUE DEFENDE O CHEGA?

Os primeiros tempos no parlamento correm como quer, mantendo o ritmo de polémica e a presença mediática, ao mesmo tempo que insiste num discurso simples e repetitivo: o governo é uma vergonha, o problema é do sistema e nem Marcelo Rebelo de Sousa se salva.

No entanto, numa análise mais profunda, o cavaleiro branco da extrema direita volta a fraquejar, novamente, quando confrontado com o que defendeu no passado. Desta vez, não é preciso recuar três anos, basta uns meses. Daniel Oliveira sintetiza aquilo que outros já tinham começado a referir: o programa eleitoral do Chega defende a destruição total do Estado Social e medidas ultra liberais muito além daquilo que qualquer outro partido defende nesse campo.

No seu programa, o partido defende que «ao Estado não compete a produção ou distribuição de bens e serviços, sejam esses serviços de Educação ou de Saúde, ou sejam os bens vias de comunicação ou meios de transporte». As funções sociais do Estado «devem tender para um estatuto de mera residualidade» e

devem manter-se apenas quando não houver ninguém «a manifestar interesse na sua prestação». «Mesmo na esfera das funções soberanas e principalmente na esfera das funções patrimoniais, os setores delegáveis deverão sê-lo sem qualquer hesitação». Em suma, é preciso um «afastamento decidido do modelo do Estado Social e do regresso ao Estado Arbitral».

Na economia, o Estado deve ser apenas uma «entidade arbitral e reguladora, nunca dinamizadora, e muito menos motora dessa atividade». Ao Estado dá-se uma função «supletiva e/ou complementar», mas só depois de «esgotadas todas as alternativas privadas, sociais, mutualistas ou cooperativas» na prestação de quaisquer serviços. No seu programa, o Chega especifica ainda que, ao Estado, não compete «a detenção direta ou indireta, maioritária ou minoritária, com golden-share ou sem ela, do capital social de qualquer empresa industrial ou de serviços».

Resumidamente, «o princípio universal haverá de ser o do utilizador-pagador». «Quem usufrui de bens ou serviços, qualquer que seja o seu produtor ou prestador, terá de os pagar». Para isso, num primeiro momento, haveria Cheques-Ensino, Cheques-Habituação e Cheques-Saúde entregues às pessoas. O período de adaptação seria «gradual mas rápido» e, uma vez findo, cada pessoa paga integralmente pelos serviços que usa, excepto se tiver «absoluta, óbvia e provada incapacidade para uma normal subsistência». Isto é, os pobres terão escolas só de pobres e hospitais só de pobres.

O Chega quer acabar com Ministério da Educação e ceder as escolas a quem as queira explorar. «As instalações escolares passariam, num primeiro momento, para a tutela da Direção Geral do Património que, de seguida, as ofereceria a quem nelas demonstrasse interesse». Nem o Ensino Superior escapa: «propomos que o Estado inicie um processo de privatização de parte das instituições universitárias e politécnicas que detenha». Haverá um Cheque-Ensino de 350€ e as escolas que se mantiverem públicas poderão contratar quem quiserem, mas estarão «dependentes única e exclusivamente do cheque-ensino sem qualquer complemento concedido pelo Estado». Além disso, «em todos os graus de ensino», sublinha André Ventura, os professores «recuperam totalmente a autoridade perdida sobre os alunos, sendo-lhes devolvidos todos os

meios que lhes permitam manter a disciplina nas aulas».

Na saúde, a sua visão é a de substituição do SNS por um Mercado da Saúde, no qual o Estado «não deverá, idealmente, interferir como prestador de bens e serviços». O Ministério da Saúde passaria a ter meras funções de «arbitragem, de regulação e de inspeção», começando, claro, por «promover a gestão privada dos hospitais públicos». Mesmo se, no documento «*70 medidas para reerguer Portugal*», o Chega propõe afinal «rever ou renegociar todas as PPPs lesivas ao erário público». É aliás na área da Saúde que o Chega assume o seu perfil xenófobo ao limitar o direito a médico de família «a gente que nasceu em Portugal».

Nos impostos, o Chega quer que o Estado deixe «de querer ser o Robin dos Bosques» e por isso quer abolir o IMI, o imposto de mais-valias e criar uma taxa única de IRS. Como explica na sua «*Declaração de princípios e fins*», o «atual sistema de extorsão fiscal» está «transformado em terrorismo de Estado». O dramatismo é acentuado no programa ao afirmar que «só voltaremos a ser livres, verdadeira e fundamentalmente livres» ao compreender «a escravidão sofisticada em que a filosofia e as políticas igualitárias nos têm vindo, insensível, mas tenazmente, a mergulhar».

As propostas para o trabalho são previsíveis, considerando estar-se perante um político que aderiu ao programa da Troika: «flexibilização dos fluxos de entrada e saída da situação de emprego», o que «só é possível se os custos de “empregabilidade” — salários, restrições legais, horários de trabalho rígidos, difícil acesso a informação, contribuições para a segurança social e custos de despedimento — forem reduzidos».

Por último, André Ventura aponta baterias aos «inquilinos idosos que residem sozinhos em casas arrendadas sobre-dimensionadas». Como? Pois, de forma a «incentivar e apoiar» a sua «mobilidade» o Chega propõe a «renegociação destes contratos», mas «mantendo a freguesia de residência se assim o desejarem», para «disponibilizar no mercado imobiliário maiores casas para as famílias».

Claro que destruir o SNS, a escola pública, baixar salários, diminuir a carga fiscal dos ricos e despejar idosos não tem o mesmo eco que papaguear injúrias contra minorias étnicas. Ventura pôs os pés pelas mãos, retirou o programa do site,

depois voltou a publicá-lo, mas anunciou que o iria rever no congresso do partido. Tal como os partidos “do sistema”, depois das eleições o Chega dá o dito por não dito. A originalidade de André Ventura é que depois das eleições altera o programa eleitoral!

COMO RESPONDER A ANDRÉ VENTURA?

O Chega é um partido que quer que os ricos fiquem mais ricos e os pobres mais pobres e que faz esse combate à igualdade de forma atabalhoada e aparentemente sem coerência, usando uma estratégia para emocionar e baralhar. É disso exemplo a discussão parlamentar sobre saúde. Apesar do proposto no programa do Chega, Ventura defendeu que era preciso mais reforços para o SNS. Ou os Vistos Gold, o famoso esquema de venda de autorizações de residência, que tem sido duramente criticado por instituições como o Parlamento Europeu e a Transparência Internacional por promover a corrupção, a lavagem de dinheiro e aumentar a insegurança. Quando a Assembleia da República votou uma proposta que previa o fim desse regime o Chega, que apregoa recorrentemente o combate à corrupção e à insegurança, votou contra. Depois disso, veio a público que Ventura acumula o cargo de deputado com o de consultor da Finparter, uma empresa especializada na aquisição de Vistos Gold e imobiliário de luxo. Em suma, em termos de políticas económicas e sociais o Chega defende tudo e o seu contrário e quanto mais se souber o que realmente defende, pior para ele.

Quanto a André Ventura, o seu ponto fraco é a obsessão pela fama. Pela via falhada da prosa, dos comentários futebolísticos (chegou a anunciar uma candidatura à direção do Benfica, juntamente com Rui Gomes da Silva) ou da política xenófoba, Ventura está disposto a tudo. Alguém que se refere a si próprio na terceira pessoa dirá o que for preciso para se manter na ribalta. Mas a verdade é que é, ele próprio, um exemplo daquilo que condena. Foi dirigente do maior partido da troika e da austeridade. Acumula o salário de deputado com o de consultor numa empresa que ajuda os seus clientes a lucrar com as regras do fisco português. Ventura não tem nada de antissistema.

Sabendo tudo isso, Ventura vai continuar a tentar criar clivagens sociais sobre imi-

grantes e minorias, apostando desde logo nos setores das forças de segurança empenhados em manter o atual quadro de impunidade dos abusos de força. A resposta imediata e feroz a cada provocação que Ventura lança é um erro, sobretudo nas redes sociais, onde os seus seguidores se organizam disciplinadamente para inundar posts e caixas de comentários. É a partir de discursos de pânico assentes frequentemente em sites de notícias falsas que partidos de extrema direita como o Chega conseguem criar ambientes distorcidos, aparentando uma força muito maior do que a que têm. Foi assim que, em Espanha, o Vox saiu da marginalidade política.

A luta antirracista, antissexista, pelos direitos LGBT+, a luta pela igualdade, a luta pelos direitos humanos é a luta unitária da esquerda, é uma luta quotidiana, não em oposição a cada provocação da extrema-direita mas em oposição ao capitalismo. Em oposição ao racismo estrutural, ao racismo sistémico, ao racismo subtil, ao racismo assumido, a todos os tipos de discriminação e desigualdade que são inerentes ao capitalismo.

O crescimento da extrema direita não pode ficar sem resposta. Mas vejamos e aprendamos com os exemplos das campanhas contra Bolsonaro ou Trump. Durante o descrédito dos partidos tradicionais, a elite económica aprende a tolerar ou decide mesmo deixar-se representar pelo populismo reacionário: a globalização capitalista precisa de uma democracia menor, fechada em medos particulares e aspirando a autoridade. Essa é a direita que o Chega quer ser — e a forma como CDS e PSD têm mimetizado as derivas de Ventura, mostra que a direita portuguesa passará por mudanças como as que já ocorreram noutros lugares. Quando à esquerda, se ficar à defesa, respondendo a cada provocação da extrema direita nos temas que esta escolhe, ficará refém de si mesma. Pelo contrário, poderá vencer a direita regressiva se afirmar um programa claro de emancipação, em choque com o regime económico de precariedade, corrupção e devastação ambiental.

Joana Louçã é investigadora em Sociologia da Infância.



Foto: António Cotrim/Lusa

A CLAQUE DOS MILIONÁRIOS DO QUE É A INICIATIVA LIBERAL O NOME?

Fabian Figueiredo

O populismo anti-estatal e ultraliberal alcançou representação parlamentar nas últimas legislativas e atraiu uma pequena fatia do eleitorado urbano da direita desencantado com o rumo dos seus partidos tradicionais.

PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE JÁ

VIVA AS PPP!

FILHOS DA TROIKA

A 13 de setembro de 2013 é fundado o partido Iniciativa Liberal (IL), anunciando-se ao país como o primeiro partido «verdadeiramente liberal» do pós-25 de Abril. Podemos tomar essa definição por boa. O Portugal democrático nunca conheceu um partido de direita “puramente” liberal. Os partidos tradicionais da direita portuguesa, PSD e CDS, salvo episódicos ensaios, sempre evitaram tal acantonamento ideológico.

O que é bem diferente de afirmar que Portugal não conheceu políticas liberais e desreguladoras, porque as conheceu e conhece. E de forma bastante intensa. A República enfrentou três intervenções do Fundo Monetário Internacional, revisões constitucionais regressivas e governos que fizeram da «integração europeia» e das subseqüentes «recomendações de Bruxelas» um dogma inquestionável das suas políticas públicas.

Esta lei de ferro das elites portuguesas fez de Portugal o condescendido «bom aluno da Europa», que cumpriu «ambiciosos programas de privatização», desregulou o sistema financeiro e as relações laborais, subscreveu todos os tratados internacionais sem hesitação e longe de qualquer auscultação popular, onde se inclui a adesão à zona euro e a consequente abdicação das soberanias monetária e orçamental – em última análise também democrática. E que, durante o último período de governação das direitas, se dispôs a «ir mais longe que a troika».

Um breve resgate da memória, sem grande aprofundamento historiográfico, demonstra rapidamente que o liberalismo económico não é um ente estranho à sociedade portuguesa – concretamente entre setores populares e intermédios mais expostos a políticas ativas de desemprego, cortes sociais, abuso fiscal sobre o fator trabalho e migração forçada, comumente designadas de políticas de austeridade. Tanto assim é que aos maiores propulsores dessa orientação, os governos de Aníbal Cavaco Silva e de Pedro Passos Coelho e Paulo Portas, são

frequentemente dispensados elogios da intelligentsia que gravita em torno da Iniciativa Liberal.

Consequentemente, PSD e CDS são os principais fornecedores de quadros à IL. Praticamente todos os rostos conhecidos do partido estiveram formalmente vinculados aos partidos tradicionais da direita ou às suas plataformas de poder internas, *think tanks*, movimentos, blogues e projetos editoriais associados, particularmente durante os anos em que o “liberal à portuguesa” Pedro Passos Coelho constrói o seu caminho para a presidência do PSD e, posteriormente, para a liderança do Governo. (Em nome do rigor escreve-se “praticamente” porque entre as figuras da IL encontra-se um antigo entusiasta de António Costa e colaborador do governo de José Sócrates que ainda em 2014 se indignava com o «Governo neoliberal» de Passos Coelho).

Se o passismo oferece esperanças aos ultraliberais, vendo aplicada à sociedade portuguesa a doutrina de choque pela qual ainda hoje se batem, a desagregação da plataforma de poder em que assentava abriu espaço à autonomização partidária de uma corrente sua herdeira mais radical. Dificilmente podem almejar mais que isso.

A Iniciativa Liberal não traz nada de verdadeiramente novo à direita portuguesa – desconta-se o eficaz marketing de guerrilha. O seu manifesto baseia-se numa declaração da década de 40 do século passado, o populismo anti-estatal já conheceu melhores formas com Paulo Portas e, do núcleo central das suas ideias, com mais ou menos cafeína, fez-se a PàF e os anos do “ajustamento” da troika. As portas do Palácio de São Bento abrem-se-lhe num contexto de profunda crise da direita, beneficiando eleitoralmente do desencanto de franjas sociais que tradicionalmente votariam no CDS e no PSD, a que se soma uma genuína adesão de um pequeno grupo social privilegiado mais jovem e urbano que não se revê na visão conservadora que usualmente centristas e social-democratas imprimem aos direitos individuais.

UM PARTIDO COM
CONSCIÊNCIA DE CLASSE

A Iniciativa Liberal não tem problemas de identidade. Os seus dirigentes sabem exatamente quem representam e o que representam: a liberdade da elite financeira. O que se incompatibiliza com a liberdade democrática dos Estados Sociais erguidos no pós II Guerra Mundial, universalizadores de serviços públicos e consagrantes de direitos do trabalho. A IL representa a liberdade da elite contra a liberdade dos cidadãos comuns.

O liberalismo da IL, em coerência com os pergaminhos das suas referências ideológicas, desresponsabiliza os mais poderosos e afortunados da sociedade de toda e qualquer solidariedade coletiva. Ao Estado não cabe qualquer função redistributiva, muito menos uma ação promotora de justiça social e corretora da desigualdade extrema. Tudo é merecedor do odioso epíteto «socialismo», de onde se exclui o «cumprimento das funções essenciais de soberania». Os liberais portugueses defendem expressamente o aumento da despesa pública em defesa e segurança interna.

O ideário da IL é profundamente elitista e excludente e, nesse sentido, antidemocrático. Os fundadores da sua corrente política já o eram. Adam Smith naturaliza a desigualdade extrema: «por cada homem rico, haverá, pelo menos, quinhentos homens pobres, e a prosperidade de uns poucos pressupõe a indigência de muitos». O austro-britânico Friedrich Hayek encontra vastas razões para elogiar o Estado Novo: «muitas instâncias de governos autoritários em que a liberdade pessoal está mais segura do que em muitas democracias. Nunca ouvi nada em contrário quanto aos primeiros anos do governo do Dr. Salazar em Portugal e duvido que haja hoje em qualquer democracia da Europa Oriental ou nos continentes da África, América do Sul e Ásia (com a exceção de Israel, Singapura e Hong Kong) uma liberdade pessoal tão bem protegida como acontecia então em Portugal».

Com a mesma determinação elogia a ditadura militar sanguinária de Pinochet, protegida pelos governos conservadores de Margaret Thatcher e assessorada pela *Escola de Chicago* de Milton Friedman, que entendia as políticas de não discriminação no mercado de trabalho como «uma interferência na liberdade de as pessoas fazerem contratos voluntários

umas com as outras. Se os patrões de uma empresa querem discriminar a escolha dos seus funcionários com base na raça, na religião ou qualquer outro fator, o Estado não tem o direito de os impedir».

Ludwig von Mises, também ele da *Escola Austríaca*, encontra méritos nos movimentos fascistas europeus, em particular no italiano: «não pode ser negado que o fascismo [italiano] e movimentos semelhantes têm as melhores intenções e que a sua intervenção, até hoje, salvou a civilização europeia. O mérito que o fascismo ganhou para si próprio viverá eternamente na história».

A desdemocratização da sociedade portuguesa é o centro do programa do 22º partido registado no Tribunal Constitucional. Na Convenção Nacional que o aprovou, o seu então presidente Miguel Ferreira da Silva reduziu o sistema solidário de Segurança Social português a uma «forma de controlar o rebanho» que deve ser substituído por um «sistema contributivo sobretudo de capitalização». Tal sistema deixaria as pensões e reformas dos portugueses nas mãos da economia de casino, expostas à insegurança dos mercados financeiros, com uma taxa de substituição baixíssima, reduzindo ao mínimo qualquer contribuição patronal e longe de qualquer financiamento repartido, coletivo e intergeracional.

Este modelo foi implementado, em 1981, no Chile. Durante anos, serviu de farol para liberais de todo o mundo, sendo frequentemente citado nas recomendações do Banco Mundial. As consequências sociais da privatização da previdência não se fizeram esperar, de tal modo que ameaçam a existência do próprio governo conservador de Sebastian Piñera, obrigado a anunciar reformas (que os liberais portugueses apelidariam de «socialistas») e aumentos até 50% das pensões mais baixas. A sociedade chilena percebeu que o sistema privado está desenhado para beneficiar o topo da pirâmide dos rendimentos.

A mesma lógica é aplicada aos restantes bens comuns. O Serviço Nacional de Saúde, um dos mais bem cotados em todo o mundo, deve dar lugar a um sistema de seguros privados e a Escola Pública desmantelada por via da introdução de um financiamento indireto e generalizado às escolas privadas. A legislação laboral deve ser ainda mais desregulada, o Salário Mínimo Nacional é para acabar, tal como a progressividade fiscal. Os impos-

tos patrimoniais, como o IMI, são mesmo para acabar e a tributação das grandes empresas reduzida ao irrelevante. Não se pode acusar a Iniciativa Liberal de falta de honestidade, um dos seus motes é mesmo «menos prestação e mais liberdade de escolha». Só não explicam a quem reduzem a escolha.

DAS ELITES E PARA ELITES

Em fevereiro de 2017, os liberais portugueses são apresentados por um jornal de referência como um partido «sem trabalhadores, nem camponeses». Dois anos mais tarde, à mesma publicação, o *Expresso*, um seu dirigente e atual assessor parlamentar explica os méritos de a IL ter uma quota mínima obrigatória de 60 euros, a mais elevada entre os partidos com assento na Assembleia da República: um «filtro» de entrada que «tem vantagens». Não entra quem quer, filia-se quem pode. O exemplo começa em casa.

A hierarquização social pelo valor inscrito na nota de liquidação do IRS e os desprezo pelas camadas populares é uma constante na cultura da IL. Poucos dias após as eleições legislativas de 2019, o seu único deputado explica ao país que os portugueses pobres não são dotados do mesmo espírito crítico ou capacidade de discernimento que os restantes cidadãos: «o PS sabe que mantendo um país amorfo e resignado tem um grupo de pobres, desesperados e dependentes do Estado que lhe irão dar o voto. A pobreza de muitos é o que segura o PS ao poder».

João Cotrim de Figueiredo não só atribuiu à elegibilidade para apoios sociais uma condição de cidadania secundária, como deixa implícito que o seu partido pouco tem a dizer às camadas mais vulneráveis da sociedade portuguesa. O espaço social natural da Iniciativa Liberal não é a base da sociedade portuguesa, que desprezam, é o topo, onde se instalam os círculos historicamente privilegiados da economia nacional – os únicos beneficiários do programa antidemocrático e de desconstrução dos bens comuns que os liberais propõem. E de quem são a pequena claqué, no parlamento e nas ruas com os seus cartazes.

Fabian Figueiredo é sociólogo e dirigente do Bloco de Esquerda.

E SE ENVELHECER NÃO FOSSE UM DRAMA?

Gustavo Sugahara

Toda a gente quer viver mais, ninguém quer ser velho. Isto não precisa e não deve ser assim.

VIVER MAIS: UMA CONQUISTA GLOBAL SEM PRECEDENTES

Durante o já distante verão de 2003, uma onda de calor atingiu a Europa, resultando num elevado número de mortes¹, na sua maior parte pessoas mais velhas vivendo isoladas em centros urbanos. Na altura, a escala da tragédia conseguiu colocar o tema do isolamento involuntário de muitos idosos no topo da agenda política. Falou-se sobre a acelerada urbanização, sobre o envelhecimento populacional, sobre mudanças climáticas, pobreza, e em particular sobre a vulnerabilidade das pessoas mais velhas no centro dos sistemas de bem-estar social mais avançados do mundo. No entanto, se havia alguma esperança de mudanças profundas do ponto de vista político, estas foram deviadamente solapadas pela crise financeira de 2008.

¹ As estimativas variam entre 30 e 70 mil mortes e danos estimados em 13 mil milhões de euros.



Foto: Andrea Piacquadio @ Pexels

O envelhecimento populacional é uma mudança em escala global, nunca antes vista. Já alterou e vai continuar a alterar decisivamente a vida de todos nós, independentemente da idade. Apesar disto, o debate público sobre o envelhecimento continua a estar virtualmente restrito ao tema das pensões e dos cuidados de saúde. Algo que não surpreende, tendo em conta a hegemonia do discurso catastrofista sobre a velhice.

Diversas organizações nacionais e internacionais têm tentado marcar a agenda política com uma perspetiva mais ampla. O alinhamento de diversos órgãos das Nações Unidas e da União Europeia em torno do discurso do “Envelhecimento Ativo” é um bom exemplo disto e pode ser visto como uma conquista (cada vez mais próxima de uma vitória de Pirro).Infelizmente ainda há pouco para comemorar. A falta de uma perspetiva partilhada sobre o que é o envelhecimento ativo tem, na prática, resultado em políticas bastante contraditórias e muitas vezes limitadas ao binómio saúde e reformas. Supervalorizando assim uma “velhice moderna” e “produtivista”, onde os velhos, preservados biologicamente e com boa saúde, passam a ter a obrigação de devolver à sociedade o investimento que esta fez, através de mais anos de trabalho.

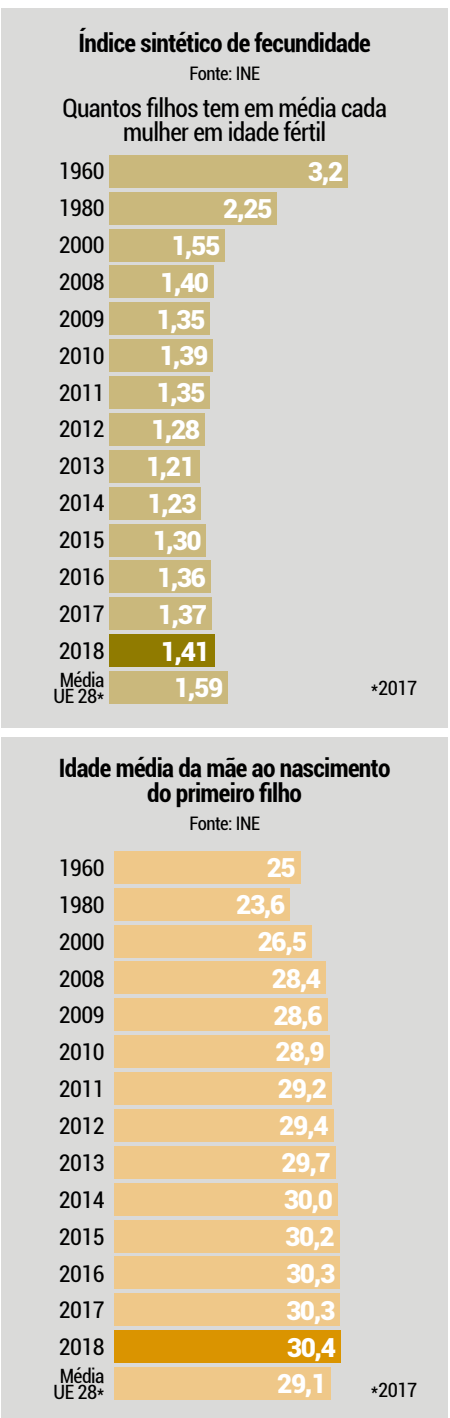
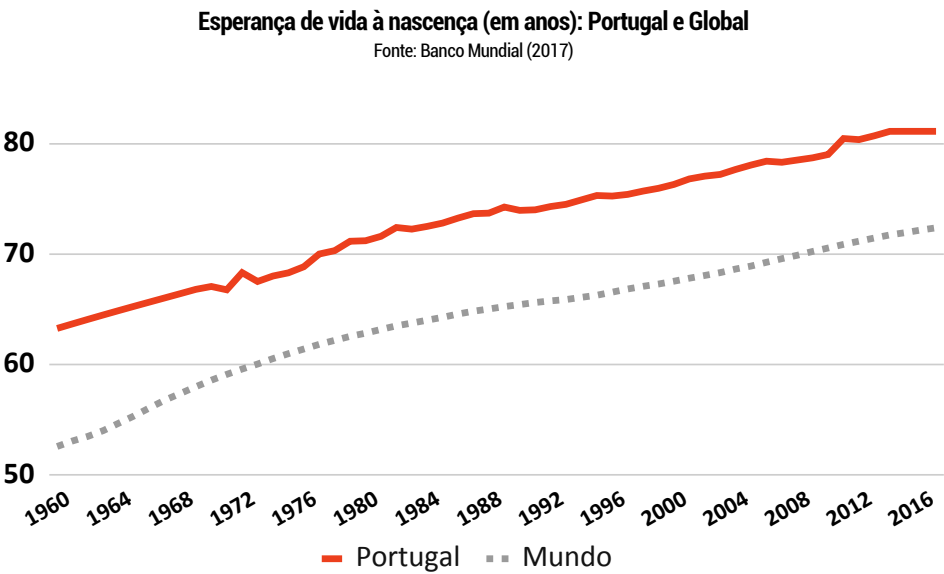
Ao deslegitimar certos modos de envelhecer, cria-se um imperativo que dita a prescrição da maneira correta de se envelhecer. Passamos a olhar a velhice como uma só, responsabilizando os sujeitos pelo próprio fracasso ao se afastarem das prescrições do bem viver, desconsiderando outros aspectos fundamentais, como por exemplo género e a classe social.

O principal desafio para as políticas públicas é reafirmar a existência de diferentes maneiras de envelhecer, recentrando o debate demográfico em torno da ideia de solidariedade intergeracional. É preciso enfatizar a possibilidade de criamos coletivamente outra relação com a velhice e reverter a tendência de precarização do envelhecimento. Toda a gente quer viver mais, ninguém quer ser velho. Isto não precisa e não deve ser assim.

A REVOLUÇÃO DA LONGEVIDADE

Um dos primeiros passos nesta direção é reconhecer que sabemos pouco sobre esta mudança. O simples facto de estarmos a viver este fenómeno pela primeira vez na história da humanidade deveria ser suficiente para nos refrear a soberba. Em 1920, a esperança de vida à nascença em Portugal era próxima dos 36 anos. Em 2020 os novos portugueses já esperam viver, em média, mais 44 anos (80 no total). Para além disto, é importante destacar que ao completar os 60 anos, os portugueses vivem em média mais 24 anos, dos quais aproximadamente 18 em boa saúde.

Esta impressionante mudança demográfica observada em Portugal e no mundo fica ainda mais evidente se tomarmos em conta um período mais alargado da história. De facto, a maior parte da história humana é caracterizada por uma longevidade estagnada nos 40 anos. Durante muitos séculos, a humanidade estava adaptada para uma vida “curta”, baseada



em altos níveis de natalidade e mortalidade. Um padrão que só seria quebrado com os desenvolvimentos advindos da Revolução Industrial.

Tão importante quanto a possibilidade de viver mais, é o facto da estrutura da sociedade ter mudado. A proporção de indivíduos com 60 ou mais anos em relação ao total da população já é superior a 27 por cento e as projeções do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que esta mesma proporção cresça para 35 por cento já em 2030 (cerca de 1 em cada 3 residentes).

Estas mudanças advêm fundamentalmente de dois movimentos com impactos no topo e na base de uma imaginária pirâmide, que no passado representava a estrutura etária da população portuguesa: uma larga base de crianças e jovens, que se afunilava em direção ao topo onde se encontrava uma pequena parcela de indivíduos mais velhos.

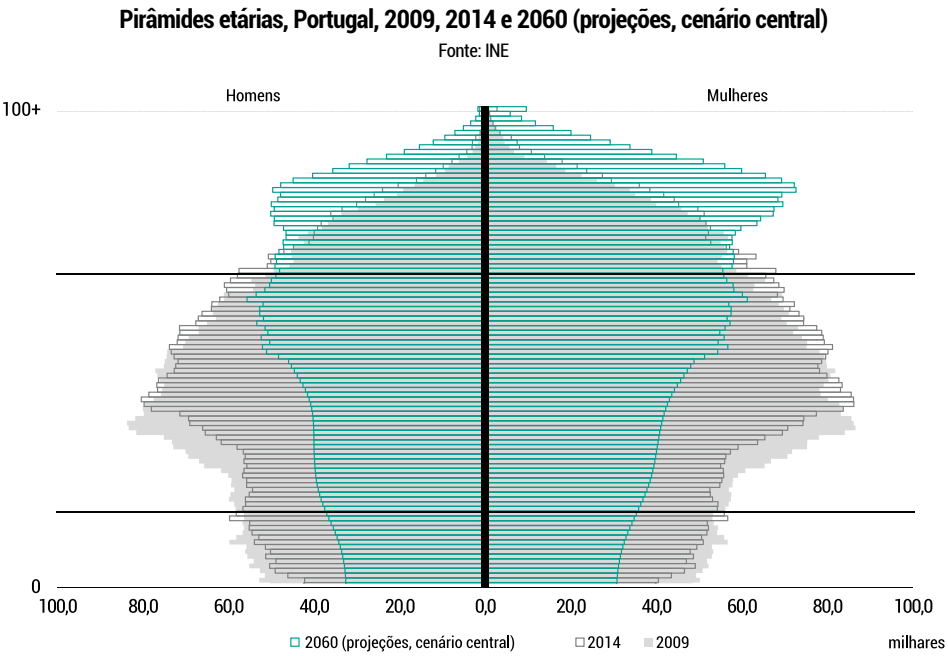
A principal alteração na base foram a redução na mortalidade infantil e na fecundidade média. Vale a pena lembrar que para além de terem menos filhos, as mulheres portuguesas também tem tido o seu primeiro filho cada vez mais tarde na vida. Com implicações diretas na estrutura da população corrente, mas também futuras, visto que implica em maiores taxas de famílias que involuntariamente não têm filhos ou têm menos filhos do que o desejado.

Importantes intervenções de saúde pública, como a promoção de hábitos de vida mais saudáveis, a expansão dos serviços sanitários, e outros desenvolvimentos na área da medicina, como as vacinas e os antibióticos, deram o grande impulso para a redução da mortalidade. Mais recentemente, intervenções específicas, como as cardiovasculares, tem sido apontadas como principais responsáveis pelo aumento da longevidade na população mais velha. Em resumo, a população tem envelhecido porque passamos por grandes mudanças, tanto do ponto de vista da saúde pública e melhoria das condições socio económicas em geral, mas também em relação à composição e organização das famílias.

Entender a origem desta mudança ajuda-nos também a reconhecer que a conquista da longevidade implica alterações com repercussões sócio-culturais em todo o percurso da vida. Basta olharmos para as nossas famílias e compararmos, por exemplo, o número de filhos que cada geração teve, ou a mudança na proporção entre avós e netos. Lembrando ainda que esta grande mudança ocorre num período de intensa urbanização e transformações nas normas sociais, como, por exemplo, o crescente número de famílias monoparentais, divórcios e reconfigurações familiares diversas.

Qual o papel desempenhado por cada indivíduo nessas relações? O que fazer com os quase vinte anos adicionados à vida? O que fazer com aqueles que não conseguiram, puderam ou quiseram caber no «modelo positivo de envelhecimento»? Ainda faz sentido organizarmos as sociedades em torno de atividades exclusivas e segmentadas, como na típica estrutura tripartida: aprendizagem durante a infância, trabalho durante a vida adulta e aposentadoria na velhice?

Como vão as famílias se reorganizar? Que novas possibilidades de relacionamento serão criadas, e como devemos responder a estas novas necessidades? Como lidar com expectativas afetivas de amparo quando filhos únicos não têm como atender às necessidades parentais? Debater o envelhecimento populacional é, portanto, fundamental porque, num período relativamente curto de tempo, este fenómeno tornou obsoletas instituições que demora-



ram séculos para se consolidar e promoveram verdades enredadas a emoções.

COMBATER O IDADISMO E A PRECARIZAÇÃO DA VELHICE

Diversos acontecimentos políticos recentes tiveram a questão do envelhecimento populacional como pano de fundo². Desde logo, é importante lembrar que a população mais velha, em particular os reformados, foram provavelmente o alvo preferencial das políticas de austeridade aprofundadas no seguimento da crise de 2008. Os cortes nas pensões e a aprovação de políticas destinadas a reduzir os gastos com os sistemas de previdência, passaram a ser um dos pilares do receituário económico aplicado por toda a Europa. Entre as manifestações públicas de larga escala e com visibilidade global que mais chamaram a atenção recentemente, pelo menos duas, Chile e França, centram-se na questão dos cortes nas pensões.

Outro exemplo são os resultados das últimas eleições no Reino Unido e a suposta clivagem entre gerações. Este argumento foi amplamente utilizado por analistas políticos, quase ao ponto de nos sugerir que há algum mecanismo biológico que faz com que o indivíduo, ao envelhecer, se torne automaticamente mais conservador.

Neste ponto cabe ressaltar que as expectativas, as crenças e o conjunto de suposições que fazemos sobre o envelhecimento, sobre as pessoas idosas ou sobre o “ser velho”, não têm apenas profundo impacto na construção coletiva da velhice, mas também afetam diretamente as condições de vida das pessoas, em termos de saúde, emprego, e oportunidades em geral.

Estes estereótipos influenciam não somente as nossas decisões individuais, mas também afetam diretamente a nossa performance. Para além das barreiras concretas impostas pelos estereótipos, há ainda o risco de uma adesão inconsciente dos próprios indivíduos, passando a agir, portanto, de acordo com as expectativas.

² A análise da influência das alterações demográficas no cenário político não é particularmente nova. O movimento de Maio de 1968 e a Primavera Árabe, são dois exemplos onde a entrada de um contingente particularmente grande de jovens num mercado de trabalho estrangulado e sem grandes perspectivas foi apontada em ambos os casos como sendo um dos principais fatores de influência no momento e na escala de ambos os movimentos.

Inspirada na expressão inglesa “ageism”, o idadismo é o nome que se dá em português ao fenómeno da discriminação com base na idade, em particular em relação às pessoas mais velhas. O termo ainda é controverso e pouco utilizado, mas tem vindo a ganhar corpo tanto no debate público como na investigação académica. É importante lembrar que este tipo de preconceito atinge diferentes idades e também implica em estereótipos positivos. O idadismo tem um paralelo claro com outros “ismos” (ex.: racismo, sexismo), no sentido em que expressa uma construção negativa do envelhecimento, produzida de forma complexa tanto ao nível individual quanto social.

A perda de uma visão integral do envelhecimento contemporâneo, favorecendo formas de pensar e ações fragmentadas, e a forma como o envelhecimento é tratado no debate político têm uma influência particularmente importante nesta construção. Não só pelo facto de marcarem a agenda, mas também por produzirem mudanças concretas na vida de cada pessoa e por influenciarem diretamente as relações interpessoais. O debate em torno das idades da reforma (voluntária e compulsiva), e o direito da família, são provavelmente os melhores exemplos disto.

O discurso que opõe os mais jovens e os mais velhos é um grande equívoco. Não há nenhuma evidência que confirme a ideia de que o envelhecimento populacional tem impacto negativo na economia.

Tampouco que corrobore a ideia de que os direitos conquistados pelas gerações anteriores limitam as oportunidades dos mais jovens. Em muitos casos, é justamente graças ao apoio mútuo, em particular dos cuidadores informais, que conseguimos evitar tragédias sociais maiores.

Os mais jovens estão certamente mais vulneráveis no atual contexto de precariedade generalizada. Vidas precárias fatalmente resultarão numa velhice precária, não apenas do ponto de vista do trabalho e dos rendimentos, mas também do ponto de vista relacional. No entanto, é importante recordar que a precariedade tem também impactos diretos e indiretos nas condições de vida, oportunidades e decisões dos outros membros da família.

Estas são algumas das razões que fazem da discussão em torno do envelhecimento um tema fundamental para todas as gerações, obrigando-nos a repensar o nosso modo de vida presente e futuro. Que perspetivamos sobre o papel do cuidador (o nosso e dos que estão à nossa volta) perante a fragilidade temporária ou permanente que inexoravelmente virá, a sobrecarga das famílias com a própria sobrevivência e um paradigma dominante de privatização das políticas para o fim da vida, onde os mais velhos não são os protagonistas das próprias decisões?

Se «viver é envelhecer», como afirmou Simone de Beauvoir, por quanto tempo pretendes viver? Como pretendes usufruir

destes dias? Queres ser sujeito das políticas ou simplesmente estar sujeito às políticas?

As respostas a estas e outras perguntas não são simples e não trazem receitas de fácil aplicação. No entanto, são questões fundamentais para alargar a reflexão sobre o envelhecimento que estamos a viver, ajudando a encontrar mais e melhores motivos para a ação.

Nota: Este artigo foi escrito antes da pandemia causada pelo Coronavírus. Ainda não é claro qual a extensão do impacto demográfico mas não há indícios de que vai alterar as tendência de longo prazo discutidas ao longo do artigo. Cabe ainda um repúdio aos inúmeros casos de figuras públicas (um pouco por todo o mundo) que publicamente sugeriram que os serviços de saúde deveriam estabelecer limites de idade para prestação de cuidados e, noutros casos, que a pandemia trará benefícios económicos ao eliminar alguns dependentes do Estado.

Agradeço os comentários e sugestões de Ruth Lopes e André Beja.

Gustavo Sugahara é economista, investigador do SERAF (Universidade de Oslo) e do DINÂMIA'CET-IU



Foto: Matthew Bennet @ Unsplash

AS FERIDAS ABERTAS DA GUERRA COLONIAL

Mariana Carneiro

O colonialismo continua vivo, sendo o racismo estrutural e institucional, intrínseco à sociedade capitalista, o seu maior legado.

Para Angola, rapidamente e em força, clamava Salazar a 13 de abril de 1961, uma semana antes de partir o primeiro contingente de tropas portuguesas. Nesse ano, embarcaram 33 mil homens, os primeiros dos 800 mil enviados para os palcos da Guerra Colonial em Angola, Guiné e Moçambique. Este conflito representou, em termos humanos, um esforço cinco vezes superior ao que os EUA mobilizaram para o Vietname. Apenas entre o contingente português, contabilizaram-se 8.831 mortos, 30 mil feridos, 4.500 mutilados, 14 mil deficientes físicos. Mais de 100 mil diagnosticados com perturbação de stress pós-traumático.



Foto: Wikipedia



Embarque de tropas para a guerra colonial em África (Abril de 1969). Foto: Fernando Cardeira

Ainda assim, o regime fascista desdobrou-se em esforços para esconder as suas vítimas e para ocultar as vitórias dos Movimentos de Libertação Nacional. Era fundamental manter o delírio de uma guerra ganha à partida e não permitir a desmobilização dos militares e o descontentamento generalizado da população. Mas a convicção de que militarmente a guerra podia ser indefinidamente prolongada – seja em termos económicos, morais, e contra a conjuntura internacional – era uma enorme falácia. Este era um conflito perdido a dois níveis: ao nível da moral e ao nível da razão.

Conforme destacam os investigadores Miguel Cardina e Bruno Sena Martins, cerca de 46 anos depois, o lugar residual ou fantasmático que a guerra colonial ocupa no senso comum permanece, sendo que este silenciamento do conflito mantém-se suportado por uma autorrepresentação benevolente da experiência ultramarina portuguesa.

Neste contexto, urge, conforme refere o historiador Fernando Rosas, revisitar e desconstruir os três grandes mitos que persistem sobre o passado colonialista de Portugal.

Em causa está o mito da longa *pax imperial* portuguesa em África, branqueando o que foram, de facto, as campanhas militares. Estas nunca visaram a pacifi-

cação, mas sim a conquista e usurpação territorial, à custa da escravização e da matança de populações africanas. É a existência desta permanente guerra de opressão que leva João de Melo a afirmar que Portugal manteve um prolongado, sistemático, difuso, surdo e continuado ato de guerra colonial que vai do início do povoamento branco até ao último dia da descolonização.

Somos também confrontados com o mito do colonialismo «de rosto humano» e a sua temperança cristã, como se o poder colonial não fosse sustentado pela discriminação jurídica e racial do estatuto do indígena, pelo trabalho forçado e uma política de terras expropriadas em favor dos colonos. E quem não ouviu os arautos do colonialismo brando, para quem a brandura é sinónimo de um regime de permanente violência contra as populações africanas e de brutal violência repressiva da polícia política do Estado Novo nas colónias.

Os relatos dos massacres cometidos – como o de Batepá (1953), em São Tomé e Príncipe, que vitimou um número indeterminado de ‘filhos-da-terra’, que, por não estando abrangidos pelo Estatuto do Indigenato, recusaram o trabalho a contrato nas roças de cacau e café; de Pindjiguiti (1959), em Bissau, com a repressão violenta de marinheiros, estivadores e tra-

balhadores das docas, que viria a resultar em cinquenta mortos e cerca de uma centena de feridos; de Mueda (1960), em Moçambique, contra aqueles que reivindicavam Uhulu (liberdade para a terra) – denunciavam o recurso sistemático a uma violência atroz e indiscriminada na gestão e domínio dos territórios colonizados por portugueses. E acendem também algumas luzes sobre o que está na origem da resposta armada contra a ocupação. Já o relato do massacre de Wiriyamu, Chawola e Juwau (1972), no distrito de Tete, em Moçambique, levado a cabo por tropas coloniais portuguesas e pela PIDE-DGS, dá-nos conta das atrocidades, dos crimes hediondos cometidos durante a Guerra Colonial, com a exterminação de comunidade inteiras – incluindo crianças, mulheres, idosos – com requintes de uma perversidade sem limites.

Saber o que foi o colonialismo português e a Guerra Colonial passa também por conhecer a experiência de quem cresceu em tempo de guerra, como é o caso de Diana Andringa, nascida no Dundo, Luan-da Norte, cujos heróis eram guerrilheiros e, mais ainda, os que, como Amílcar Cabral, declaravam ter preferido fazer a guerra não com armas, mas com livros. Ou ler os relatos de Helena Cabeçadas, que passou dois anos da sua infância em Moçambique, e ter consciência do choque entre a África imaginada e a África vivida e do sistema de apartheid que se vivia em Lourenço Marques (atual Maputo). É contactar com a realidade de quem, do lado dos Movimentos de Libertação Nacional, se dedicou à luta pela independência do seu país e pela liberdade do seu povo, como Manuel Boal e Adolfo Maria. Ou conhecer, através do documentário realizado por Luísa Marinho, o medo, a solidão, a frustração e o desespero sentidos pelo jovem e promissor poeta José Bação Leal, falecido em Moçambique durante a Guerra e perseguido pela imagem das crianças magríssimas de estômago proeminente. E ainda as consequências vividas por quem, como Fernando Mariano Cardeira, recusou a Guerra Colonial, participando na deserção coletiva de 10 ex-oficiais-alunos da Academia Militar.

Mas o colonialismo, a Guerra Colonial, deixaram um lastro que sobreviveu à Revolução dos Cravos e que persiste até aos nossos dias. A antropóloga e investigadora Elsa Peralta chama-nos à atenção para como a Guerra Colonial, a descolonização e retorno de África, é uma herança que ainda aguarda por uma plena inscrição no discurso da história e da memória do Por-

tugal contemporâneo. Sofia Palma Rodrigues, jornalista e doutoranda em Pós-Colonialismos e Cidadania Global, transporta-nos, por outro lado, para uma realidade que muitos esqueceram ou querem ignorar: a dos comandos africanos da Guiné, traídos por Portugal e abandonados à sua sorte sem piedade. Mas as vítimas desta guerra injusta não se esgotam por aqui. A jornalista Catarina Gomes contactou com os filhos que os militares portugueses deixaram na Guerra Colonial, deu-lhes voz, e alerta-nos para a necessidade de os retirar da invisibilidade e de lhes conceder a cidadania portuguesa. E António Calvino remete-nos para a realidade de quem é a prova viva do que é a guerra, daqueles cuja simples existência constitui um espinho cravado na consciência dos decisores políticos que estão na origem dos conflitos: os Deficientes das Forças Armadas (DFA). O militar de Abril dá-nos conhecimento de como a Associação dos

Deficientes das Forças Armadas se assumiu como “a força justa das vítimas de uma guerra injusta” e de como tem sido longa a luta dos DFA pelo reconhecimento dos seus direitos.

Os estilhaços da Guerra Colonial são incómodos. Querem-se guardados a sete chaves em qualquer arquivo oficial ou escondidos no recato familiar. E, ainda hoje, a Guerra Colonial vem mascarada de guerra do ultramar e as ex-colónias de províncias ultramarinas. E o discurso lusotropicalista invade as nossas casas. E lenta, lentamente, às vezes de forma mais discreta, outras vezes nem tanto, lá vêm os saudosistas do salazarismo bafiento tentar impor um Museu de Salazar ou um qualquer monumento a exaltar os “descobrimentos”. Como tão bem destaca Beatriz Gomes Dias, passados mais de 45 anos das independências das nações ocupadas por Portugal, o colonialismo

continua vivo, sendo o racismo estrutural e institucional, intrínseco à sociedade capitalista, o seu maior legado.

A publicação do Dossier “As Feridas Abertas da Guerra Colonial” no esquerda.net em outubro de 2019 teve o intuito de dar um modesto contributo para quebrar o silêncio e desconstruir os mitos em torno da Guerra Colonial e do colonialismo português, bem como para dar visibilidade às suas vítimas. Para garantir que não deixamos que um passado tão recente, um passado de fascismo, ditadura, tortura, colonialismo, escravagismo, caia no esquecimento e seja branqueado. O resgate da memória é uma arma contra o fascismo e contra a contaminação da ideologia colonial. E ele deve mobilizar-nos a todas e todos.

Mariana Carneiro é socióloga do trabalho.



Massacre de Pindjiguiti, Bissau. Reprodução. Foto: DR

DESCO- LONIZAR PORTUGAL

Bruno Góis

As portuguesas e os portugueses negros continuam a ter escolas, empregos e casas piores. Fazem maioritariamente parte dos trabalhadores mais pobres e é preciso assumir e atacar esse problema.

Descolonizar é uma das palavras que resurgiu no debate político. A ideia, que não é nova e chegou mais tarde a Portugal, está em força pelo menos entre os setores mais avançados dos movimentos sociais e em alguns debates académicos. Um debate que se fortalece com as recentes mobilizações do movimento negro e antirracista como as que pediram Justiça para Giovanni (11 janeiro de 2020) e Justiça para Cláudia Simões (1 de fevereiro de 2020).

Estes debates têm muitas dimensões. Uma delas é a presente no manifesto «Porque é que um museu dedicado à 'Expansão' portuguesa e aos processos que desencadeou não pode nem deve chamar-se 'Museu das Descobertas'?»¹. Assinado em abril de 2018 por mais de cem académicos, este manifesto vem problematizar a visão eurocêntrica e eufemística da narrativa dos “Descobrimientos”. Outra vertente ganhou atualidade quando, em novembro de 2018, veio a público o relatório que o presidente francês Emmanuel Macron encomendou sobre o património de origem africana nas coleções públicas francesas. O objetivo do relatório é servir de base à devolução.

Esta questão da devolução de património, que deve ser objeto de cooperação cultural

e científica entre as antigas potências coloniais e os países outrora colonizados, não é uma criação de Macron, é uma reivindicação anterior de vários povos e movimentos. O abraçar da causa pela diplomacia cultural de Macron deve ser entendido num quadro mais vasto, que inclui a continuidade da presença neocolonial de França em África. Ainda assim, a iniciativa de Macron ajudou a impulsionar este debate e, em dezembro de 2018, a então ministra da Cultura de Angola, Carolina Cerqueira anunciou a criação de uma equipa de investigação para proceder à identificação de objetos culturais angolanos presentes nos museus portugueses. O debate está aí e traz à tona alguns mitos e feridas não saradas da sociedade portuguesa.

A relação de Portugal com o colonialismo é ainda apresentada na narrativa dominante como sendo muito diferente dos outros colonialismos. A história da colonização e da descolonização diz outra coisa. Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) iniciou-se uma vaga intensa de independências de países colonizados situados em África e na Ásia. A maioria dessas independências ocorreu entre 1945 e 1960. E, além de significarem a vitória das aspirações emancipatórias dos povos das colónias, representaram também o recuo do poder das potências coloniais europeias face à ascensão do poder internacional dos EUA e da URSS. O caso da descolonização portugue-

sa, contudo, é mais tardio. As independências das ex-colónias portuguesas apenas ocorreram em 1974/75.

Nos últimos anos do colonialismo português, a “presença multissecular” em África era apresentada como um argumento para o excecionalismo, supostamente as colónias portuguesas escapariam à vaga independentista. A propaganda punha fé na narrativa dos “Descobrimientos”. A diplomacia confiava mais na pertença de Portugal à NATO, a bênção dos EUA seria suficiente.

Contra a narrativa da presença multissecular estão os factos. Efetivamente, no que se refere ao continente africano, a ocupação territorial portuguesa limitou-se, durante séculos, a algumas faixas do litoral e à construção de cidades como Luanda (1576), Benguela (1617), Moçâmedes (1645) e Maputo (fundada em 1782 enquanto feitoria sob o nome de Lourenço Marques) e à ocupação de algumas ilhas atlânticas. A dominação direta e indireta de vários povos africanos, incluindo o infame tráfico de milhões de pessoas escravizadas, era exercida com uma escassa presença de portugueses. A presença de portugueses em África era, assim, muito limitada quando ocorreu a Conferência de Berlim (1884/1885), que estabeleceu o princípio da ocupação efetiva como orientador da repartição do continente africano entre as potências colonizadoras. Se teve alguma coisa de excecional foi ser

¹ <https://expresso.pt/cultura/2018-04-12-A-controver-sia-sobre-um-Museu-que-ainda-nao-existe.-Descobertas-ou-Expansao->



Foto: Olu Famule @ Unsplash

uma potência colonial secundária (o que até contribuiu para agravar a opressão, onde o capitalismo tem menos capital, tende a ser mais brutal na exploração). Um episódio dessa história de potência secundária foi o *Ultimato Britânico* (1890) contra o *Mapa Côr-de-Rosa* português (o ambicioso plano português de colonização de uma faixa que ligava Angola a Moçambique). Eis a origem do hino nacional *A Portuguesa* – que então cantava «Contra os bretões, marchar, marchar».

A “presença” portuguesa em África não foi menos colonialista do que as outras. E os cânticos da mestiçagem cultural e racial, «encontros de culturas» como alguns dizem agora, são histórias que têm muita violência. Guerras são guerras mesmo que se chamem de *Campanhas de Pacificação e Ocupação* (como as guerras coloniais de finais do século XIX e início de do século XX). E a escravatura, embora oficialmente banida no final do século XIX, teve como substituto o trabalho forçado, que durou até 1961, ano do fim do *Estatuto do Indígena*.

O colonialismo resulta sempre no domínio de uma potência sobre outros povos, com muita exploração e opressão, nomeadamente racial, à mistura. E, tal como aconteceu noutros impérios, a oposição africana

ao colonialismo português foi-se organizando. O surgimento do Movimento Anti-colonialista em 1957 é disso exemplo. Portanto, o caminho para as guerras em Angola (1961-1975), na Guiné-Bissau (1963-1975) e em Moçambique (1964-1975) foi aberto pelo Governo Português, então liderado pelo ditador Oliveira Salazar, quando se recusou a iniciar a descolonização e não deu outra hipótese aos movimentos anticoloniais.

Como não ver a criação do Movimento das Forças Armadas português, que pôs fim ao poder da ditadura em 25 de Abril de 1974, como resultado indireto do esforço dos povos das colónias pela sua própria libertação? Evidentemente que o combate de tantos antifascistas durante décadas em Portugal foi fundamental no caminho para o fim da ditadura. Mas, por muito que as páginas da independência das ex-colónias apareçam depois das páginas do 25 de Abril nos livros da escola, a independência destes povos foi por eles conquistada e a própria libertação de Portugal face a ditadura a eles muito deve.

Mesmo com as independências da Guiné-Bissau (1973, reconhecida em 74), de Moçambique, Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe e de Angola (1975), os mitos que ganharam força nos últimos anos do colo-

nialismo persistem. Há duas obras de Cláudia Castelo que são cruciais para entender como se instalou o mito lusotropicalista (“*O modo português de estar no mundo: luso-tropicalismo e ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*”, Afrontamento, 1998) e para esclarecer a falsidade, ou exagero discursivo, da presença multissecular dos portugueses (*Passagens para África, O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Afrontamento, 2007). Na segunda obra demonstra como as migrações coloniais portuguesas para África são um fenómeno que, tendo origem no final do século XIX, são mais efetivas e de maior dimensão a partir de 1945 e principalmente durante as guerras de libertação dos povos das colónias.

São essas últimas vagas, incentivadas já no decorrer das guerras de 1961-1975, as principais responsáveis por uma maior presença portuguesa em África numa fase tão tardia. Resultado disso, entre 1975 e 1979, na sequência das independências e da mudança da ordem social (incluindo guerras civis e crises), chegou mais de meio milhão de cidadãos portugueses das ex-colónias, a maioria dos quais (63%) tinha nascido em Portugal Continental e nas ilhas adjacentes – como demonstrou a investigação de Rui Pena Pires (*Os Retornados: um estudo*

sociográfico, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1984) com base nos Censos de 1981. Os demais pertenciam principalmente a uma primeira geração já nascida nos territórios colonizados. E só uma minoria eram descendentes da colonização mais antiga. Alguns dos vários trabalhos de natureza académica e artística sobre esta população estão reunidos na coletânea *Retornar, traços de memória do fim do Império* (coord. Elsa Peralta, Bruno Góis, Joana Oliveira, Edições 70, 2017).

Importa sempre lembrar que o Governo português implementou, entre 1975 e 1979, políticas públicas para reintegrar estes cidadãos nacionais vindos das ex-colónias, com apoios sociais pecuniários e de habitação e alimentação (através do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais) e com apoio ao emprego, dando apoio financeiro à criação do próprio negócio (através da Comissão Interministerial de Financiamento a Retornados) e garantindo a reintegração dos funcionários públicos (através do Quadro de Adidos).

Os vários migrantes da descolonização são um elemento problemático da narrativa histórica portuguesa. Os mitos do «bom colonialismo» esbarram com a necessidade de acolhimento de centenas de milhares de portugueses retornados das ex-colónias que, afinal, não viviam em África há 500 anos e eram cidadãos da potência colonial. Esses mitos ficam ainda mais arrasados por a cidadania portuguesa ter sido negada à esmagadora maioria da população negra que fugia também das guerras civis e das crises económicas dos países recém independentes (o Decreto-Lei n.º 308-A/75, de 24 de junho só garantia cidadania aos descendentes de cidadãos nascidos em Portugal continental, Açores e Madeira). Esta população negra chegou primeiro como refugiada e depois como imigrante e muitos dos seus filhos, portugueses afrodescendentes, continuam a ter a cidadania portuguesa negada. Ainda em 2017 houve uma campanha em nome da justa causa «Quem nasce em território português é português ponto final».

Portugal em 2020 é um país que ainda não se descolonizou. A narrativa das descobertas está bem entranhada porque ela *sim* é multissecular, embora apócrifa – como se pode ler em 1498: *Mais do que a viagem à Índia* da historiadora Ângela Barreto Xavier e do historiador de arte Nuno Senos (Tinta-da-China, 2019). E sempre que a socióloga Cristina Roldão (co-autora de *Caminhos escolares de jovens africanos (PALOP) que acedem ao ensino superior*, Alto-Comis-

sariado para as Migrações, I.P, 2016) faz o exercício conjunto com alunos do ensino básico de ir à procura de uma história não-branca nos livros de história, em geral não há referências a portugueses ciganos e a história dos negros está ausente, são sempre “descobertos” e traficados como objetos. Para descolonizar é importante mudar os livros da escola, mudar os discursos sobre o país e dar mais voz ao povo negro e outras camadas excluídas. Mas esse combate não termina com a melhoria do discurso e da representação. As portuguesas e os portugueses negros continuam a ter escolas, empregos e casas piores. Fazem maioritariamente parte dos trabalhadores mais pobres e é preciso assumir e atacar esse problema.

Como disse Martin Luther King em 1967: «Iludimo-nos em acreditar no mito de que o capitalismo cresceu e prosperou com a ética protestante do trabalho duro e do sacrifício. O facto é que o capitalismo foi construído sobre a exploração e o sofrimento dos escravos negros e continua a prosperar na exploração dos pobres – negros e brancos, aqui e no estrangeiro.» Descolonizar é uma tarefa social, política, cultural e económica. O sistema em que vivemos não é uma abstração: é o capitalismo imperialista, racista e machista. Descolonizar Portugal é preciso – pela nossa libertação coletiva.

Bruno Góis é investigador em Relações Internacionais.



Foto: Aaron Blanco @ Unsplash

“NÃO SERIA UM CIDADÃO INTEIRO SE NÃO TIVESSE UMA PARTICIPAÇÃO ATIVA”

ENTREVISTA A MARIO MOUTINHO

por Jorge Louraço

Fotos de Susana Neves



O ator, encenador, programador e ativista fala sobre o regresso aos palcos, a intervenção política e os seus projetos de divulgação sobre a história da transformação do teatro no Porto após o 25 de Abril.

No último ano e meio, com o espetáculo baseado na tua carreira e na tua vida feito pelas Visões Úteis e com a publicação do livro sobre o teatro semiprofissional no Porto há, por um lado, um olhar para trás, uma retrospectiva... E ao mesmo tempo, fazes uma campanha eleitoral muito bem sucedida, és eleito para a Assembleia de Freguesia do Centro Histórico do Porto pelo Bloco de Esquerda. Há algum ponto de viragem que tenha originado estas três coisas?

São coisas separadas. Como quase tudo na minha vida, foi acontecendo sem eu as programar muito exaustivamente. Eu estive 11 anos no FITEI, nove dos quais como principal responsável e diretor artístico e, durante todo esse tempo, tive uma participação no teatro como programador e praticamente não fiz trabalho de ator, não fiz trabalho de encenação. Mantive uma ligação a uns grupos académicos para me manter ligado à criação artística nas artes cénicas, mas como ator praticamente não trabalhei durante esse período de tempo. Mas, por outro lado, ativei de certo modo a participação

política porque o facto de estar na direção do festival fez-me, ainda mais, perceber a fragilidade com que vivem as estruturas, artísticas e culturais, em Portugal. E isso fez-me aproximar muito do Bloco porque é o partido que tem um discurso político, na área da arte e da cultura, com que eu me identifico. Primeiro como simpatizante – digamos assim – e só mais tarde como aderente.

Quando saio do FITEI estou algum tempo a «arrumar a tralha» e a «arrumar as ideias» e pensava voltar aos palcos com um projeto que tivesse a ver comigo, que tivesse a ver com algumas escolhas que eu próprio gostasse de fazer – algumas peças ou alguns projetos teatrais que me interessava desenvolver, como ator ou como encenador. Sem contar, fui contactado pelo Roberto Merino, um encenador chileno residente no Porto há muitos anos e de quem sou muito amigo. Curiosamente, nunca tínhamos trabalhado juntos. Ele lança-me o desafio de fazer um trabalho que lhe parecia ter sido escrito para mim: a história de um velho palhaço, já sem trabalho, já na fase decadente da carreira e que procura um pequeno trabalho. É, de facto, um texto muito interessante do Matéi Visniec, que eu fiz com grande entusiasmo e que marca, de certo modo, o meu regresso aos palcos. O espetáculo correu muito bem, eu gostei imenso de fazer esse trabalho, gostei imenso de ser dirigido pelo Roberto Merino.

Podes contar um bocadinho a história do espetáculo, porque é muito interessante?

A sinopse do espetáculo pode resumir-se a: são três velhos palhaços, amigos, que trabalharam juntos em tempos, com carreiras notáveis pelos circos de todo o mundo, mas que estão numa fase final da carreira, sem trabalho e concorrem, os três, a um anúncio para um pequeno

trabalho – que, aliás, é o título da peça: “Pequeno trabalho para um velho palhaço”. Mas só há lugar para um e eles são três. Toda a peça se desenrola na sala de espera, antes de serem atendidos para a audição. Durante esse período, recordam todos os êxitos que tiveram durante a sua vida, os grandes números por eles criados. Tentam recriá-los, mas já tudo sai mal, já nada sai bem. A peça desenrola-se durante uma hora e meia nessa sala, onde nunca são atendidos. A peça tem um final trágico, mas o centro do drama é este.

E afinal, o teu palhaço teve o emprego?

Eles entram em conflito uns com os outros, acabam por ter uma luta e o meu palhaço morre no final. Mas o espetáculo correu bem, do ponto de vista de público, da crítica e pessoal, realizou-nos muito, sobretudo a mim. E foi um grande alento para o retomar da minha atividade, pela força anímica que me deu, pelo o sucesso que teve e pelo facto de ser convidado, a partir daí, para uma série de outros espetáculos. Durante dois anos e meio, entre 2016 e 2019, fiz sete peças, as quais cinco como protagonista. E dois filmes: o “Surdina” do Rodrigo Areias, que está agora a estrear, e o “Sefarad” sobre a comunidade judaica em Portugal, principalmente na zona do Porto. E algumas pequenas coisas para televisão, como a última série do Francisco Manso, “O Nosso Cônsul em Havana”.

E também fizeste um “Fausto” nas marionetas.

Fiz um “Fausto” nas Marionetas do Porto que foi muito significativo para mim, porque foi um regresso à minha casa de sempre que é o Teatro de Marionetas do Porto, onde fui fazer – também a convite

do Merino e na sequência do trabalho que fizemos com *“O Velho Palhaço”* — uma reposição do *“Fausto”*, com um novo elenco.

E a política entra como? Há pouco disseste que durante o FITEI te foste aproximando, mas depois foste assumindo cada vez mais responsabilidades.

Sim. Eu sempre estive na política, mas não numa estrutura partidária. Desde que acabou a Frente Socialista Popular, onde fui militante ativo, nunca mais estive ligado a nenhuma estrutura partidária. Mas nunca deixei de ser político e de ter a minha intervenção cívica. Aproximei-me do Bloco durante a minha direção do FITEI. Mesmo antes de ser militante, trabalhei em muitas coisas do Bloco, nomeadamente na organização do Desobedoc e outras iniciativas políticas e culturais. Participei ativamente na campanha «Virar o Porto ao Contrário», que foi uma campanha notável e que me fez lembrar muito alguns dos processos que vivi no pós-25 de abril onde tudo era muito definido através de processos assembleários, de discussão profunda dos problemas, com a participação das comunidades e dos seus representantes.

Essa foi a campanha autárquica de 2013...

... E nessa altura não era ainda militante do Bloco, ainda que tivesse sido candidato à Câmara Municipal com independente. Depois, obviamente, face ao trabalho que ia desenvolvendo e face à possibilidade de discutir... — mesmo quando eu não era militante do Bloco, senti-me sempre integrado na discussão dos problemas e temas que eram discutidos — isso fez-me aproximar ainda mais, pelas posições políticas com as quais me identifico profundamente. E a partir de uma determinada altura, resolvo ser aderente do Bloco.

Mas falavas da Frente Socialista Popular... Militaste? Era um partido, era um movimento?

Foi primeiro um movimento e depois um partido, que nasce duma cisão liderada pelo Manuel Serra no Partido Socialista, no primeiro congresso do PS já em liberdade, quando o PS adota uma via social-democrata e menos socialista e a ala esquerda do PS, digamos assim, sai

e funda esta Frente que depois virá a ser um partido. Estive ligado desde a sua fundação na cidade do Porto até à sua desativação, numa altura em outros partidos de esquerda também se desintegram ou acabam.

E aí saíste da militância?

Saí da militância partidária. Não quer dizer que não tenha estado em movimentos cívicos e políticos, nomeadamente o primeiro referendo para a despenalização do aborto, as campanhas eleitorais da

Maria de Lourdes Pintasilgo.... Continuei ativo, mas não em estruturas partidárias.

Foste também dirigente da Plateia...

Sim, fui dirigente da Plateia durante uns anos. Estava, precisamente, no FITEI quando fui eleito para a direção da Plateia sucedendo a duas presidentes que fizeram um trabalho notável naquela estrutura, que foram a Catarina Martins e, depois, a Ada Pereira da Silva. Estou dois mandatos consecutivos na Plateia, a seguir a dois mandatos da Catarina e outros dois



da Ada. Depois de mim, voltou a Ada Pereira da Silva a fazer mais dois mandatos.

Entretanto, começaste a escrever um livro sobre um momento crucial da vida teatral do Porto, que é a seguir ao 25 de abril. De onde veio essa vontade?

Foi também uma das coisas que surgiu sem contar. Aqui há uns anos o João Pedro Vaz comissariou no Teatro S. Luiz um ciclo de teatro do Porto em Lisboa e convidou-me para falar sobre a história do teatro no Porto. Na altura, não aceitei, disse-lhe que não era a pessoa indicada para o fazer, não tinha competência para fazer uma conferência sobre esse tema. Depois pensei melhor e, num segundo encontro, disse-lhe que poderia falar de um período que conheci muito bem, porque o vivi intensamente, quer como ator, quer como animador cultural, que foi o período pós 25 de Abril e o aparecimento na cidade do Porto de um conjunto de estruturas a fazer um teatro novo e diferente que nunca tinha existido na cidade.

Na altura víamos aquilo como uma emergência, como uma necessidade absoluta, um ativismo que era fundamental fazer. Olhando a esta distância, percebo mais o que ficou do ponto de vista artístico com as pessoas que se formaram nestes grupos e que ainda hoje trabalham na área teatral, no Porto e não só.

Quando dizes que acompanhaste de perto queres dizer exatamente o quê?

Na altura eu criei uma companhia de teatro no Porto: o Teatro Amador de Intervenção (TAI). Era um grupo que, em

1977, procurava fazer animação cultural partindo do teatro. Era, basicamente, uma estrutura de animação cultural mais do que, se calhar, criação teatral.

Quem escrevia as peças, quem interpretava e quem encenava?

Na primeira fase do TAI, foi convidado o Fernando Múrias, um encenador que veio do TEP, que tinha trabalhado com o António Pedro. Em causa estava uma colagem de textos pensada por ele e que ele também dirigia. A ideia era termos uma criação que servisse também para a formação dos atores. Isto é, a primeira atividade era montar uma peça que fosse antecedida pela formação dos atores que a iam fazer. Porque nenhum de nós era ator.

Então tu conheceste de perto esse movimento porque tinhas fundado o TAI...

E não era só por isso. Quando fundei este grupo, existia no Porto uma estrutura oficial que nos apoiava: o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ), uma reciclagem pós 25 de Abril do que era a Mocidade Portuguesa, que fazia parte da Secretaria de Estado da Juventude. Fui convidado para ir para o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis devido ao reconhecimento do trabalho que desenvolvia no TAI. O Nelson Cardoso, quando foi nomeado delegado regional do Porto do FAOJ, convidou-me a integrar a equipa de animadores culturais do Fundo. Ele conhecia o trabalho que desenvolvi no TAI porque nós íamos lá pedir apoios logísticos e financeiros. O Nelson Cardoso foi ainda buscar outros quadros às companhias e às estruturas que existiam na cidade: o João Paulo Seara Cardoso e o Fernando Costa do Teatro Ensaio de Gaia; do Realejo trouxe o Victor Valente... Éramos contratados por uma estrutura distrital ligada ao FAOJ, que se chamava Casa da Cultura da Juventude do Porto. O João Paulo Seara Cardoso acabou por integrar mais tarde o TAI. Ele desenvolveu um projeto com marionetas, a partir das formas animadas portuguesas tradicionais — a principal e mais conhecida é o Teatro Dom Roberto — e estava a fazer uma recolha nacional de todas as formas tradicionais de marionetas em Portugal para fazer um espetáculo a partir daí. Com o apoio do FAOJ conseguimos fazer essa recolha. O João Paulo entrevistava os velhos bonecreiros e fantocheiros de Portugal inteiro,

eu filmava e gravava as entrevistas. Mais tarde, este projeto deu origem a dois espetáculos: As Mãos e o Resto e A Trupe Maravilha. Eu e o João Paulo já nos conhecíamos anteriormente, tínhamos trabalhado juntos e participado em festivais.

Durante muitos anos foste uma figura chave no TAI...

Sim. Durante muitos anos fui o principal dinamizador do TAI. É claro que, já numa segunda fase, é o João Paulo que passa a dinamizar o TAI do ponto de vista daquilo que hoje chamaríamos direção artística. Eu estava também dedicado a outras coisas: ao cinema independente, ao cinema de autor, à vídeo-arte... E o João Paulo dedicou-se a tempo inteiro ao FAOJ e ao trabalho que tínhamos no TAI, principalmente na área das marionetas.

Quais eram os outros grupos que existiam à época?

Logo a seguir ao 25 de Abril, aparecem grupos por todo o lado. Grupos independentes, nos bairros, nas diversas zonas da cidade e nas zonas periféricas, nas associações de moradores, nas próprias empresas... Houve uma explosão de grupos, sendo que a maior parte deles faziam teatro muito panfletário. Alguns desses grupos surgem, inclusive, no seio de outros que já existiam e que se dedicavam a um teatro mais formal, mais convencional. Algumas pessoas, sobretudo jovens, querem começar a fazer outro tipo de teatro, mais experimental. São dezenas de grupos, só na zona do Porto que aparecem e desaparecem nessa altura. Muitos trabalhavam em garagens, lojas abandonadas, armazéns e outros espaços similares. Depois, com o passar do tempo, já em 1975, 76 e 77, alguns destes grupos começam a ter preocupações artísticas e de produção, ainda que mantendo sempre uma preocupação política e social. Começam, portanto, a surgir aquilo a que o encenador brasileiro José Caldas chamou «o movimento dos grupos semiprofissionais». Estes grupos independentes, surgidos logo após o 25 de Abril, começam a procurar formação, a convidar encenadores de referência com quem tinham afinidades artísticas ou de outro género e a apresentar projetos artísticos já com alguma qualidade. Por outro lado, continuam a trabalhar junto das comunidades. Tiveram sempre essa preocupação, até

porque as entidades públicas que mais subsidiavam estes grupos, para além do FAOJ, eram as juntas de freguesia. Neste movimento, alguns grupos acabam por se destacar, como o TAI, o Realejo, o Roda Viva, entre outros. Eu escolhi para o meu livro dez grupos. Ou melhor, dez mais dois.

Existiam referências culturais ou artísticas comuns entre os grupos que constituíam esse movimento?

Havia pontos comuns, que eram essencialmente o trabalho com as comunidades e o desenvolvimento de novas formas de fazer teatro. São alguns desses grupos, que introduzem no Porto, e, em certos casos, em Portugal, o teatro de luz negra, dignificam o teatro de marionetas fazendo espetáculos para adultos, introduzem o café-teatro.

Que papel tiveram estes grupos na mudança de mentalidades da sociedade portuense durante aquele período? Qual a importância que lhes davas à época e que das agora?

Na altura víamos aquilo como uma emergência, uma necessidade absoluta, um ativismo que era fundamental fazer. Olhando a esta distância, percebo melhor o que ficou do ponto de vista artístico com as pessoas que se formaram nestes grupos e que ainda hoje trabalham na área teatral, no Porto e não só. Quase todos estes grupos deram para a profissão futuros atores, encenadores e produtores, como a Ana Martins, que sai do TAI e veio a ser diretora do Andanças durante algum tempo. Do Vai de Roda saiu, por exemplo, o João Lóio, a Filomena Gigante, o Francisco Beja, a Isabel Alves Costa...

O que mudou no teatro do Porto com estes grupos?

Mudou muita coisa. Repara, a própria Seiva Trupe, companhia profissional criada antes do 25 de Abril, nasce por uma cisão do TEP – Teatro Experimental do Porto. E, mesmo antes da Seiva Trupe, há uma outra tentativa, que é o Grupo de Teatro Independente António Pedro, também a partir de uma cisão no TEP, do qual faziam parte, por exemplo, a Manuela de Melo e a Márcia Breia, e que acreditavam que o TEP fazia um teatro ultrapassado, que

não tinha a ver com o seu tempo. Quer o Grupo de Teatro Independente António Pedro, quer a Seiva Trupe nascem com a necessidade de fazer um teatro que crie um novo público. É evidente que a geração que vem a seguir, muito nova, vem trazer uma lufada de ar fresco e apresenta não só coisas novas como processos de criação absolutamente novos. Começam a fazer textos coletivos, encenações coletivas, colagem de textos, teatro de rua, teatro de luz negra, marionetas, teatro para a infância e juventude...

Que idade tinhas nessa época?

Eu era um dos mais velhos desse movimento. Já tinha 28 anos. Eu e o Arantes Ferreira éramos os mais velhos no TAI. No Realejo era o Victor Valente, três anos mais novo do que eu. O resto do pessoal era bastante mais novo.

Contrariamente ao que acontece com muitas pessoas da minha geração, que ficam desencantadas e deixam de participar ativamente para contrariar esse desencanto, eu procurei, e procuro, com o meu ativismo, lutar contra este desencanto.

Quando é criado o TAI, que experiência teatral tinhas?

A minha experiência teatral era absolutamente frustrante. Fiz teatro uma vez num grupo musical que existia no Porto, onde eu tocava bateria. Um dia decidimos fazer uma peça de teatro e aquilo foi um desastre. Pensei que nunca mais fazia teatro na vida, porque não tinha qualquer jeito. Em 1977 iniciei um curso não oficial de cinema, de realização, em França. Quando terminei o primeiro módulo do curso, fui convidado a integrar o TAI. O encenador, que estava também a dar a primeira for-

mação, tinha a ideia de fazer uma cenografia audiovisual e as pessoas que estavam no grupo sugeriram o meu nome.

Até que ano ficaste no FAOJ?

Fiquei dez anos. Saí para assumir a direção de produção do Coliseu do Porto em 1989, onde estive três anos. Nesta altura, quatro elementos do TAI – eu, o João Paulo Seara Cardoso, a Ana Queiroz e o Carlos Magalhães –, juntamente com o João Lóio e a Rosa Ramos, já tínhamos fundado o Teatro de Marionetas do Porto.

As histórias de que estamos aqui a falar entram no espetáculo da Visões Úteis?

Sim, pontualmente. O espetáculo fala sobre este movimento e conta algumas histórias que se passaram neste período. Mas não se centra exclusivamente nisto.

Como é que foi o trabalho, a apropriação dos meios para o espetáculo?

Foi um processo muito curioso e muito divertido. A ideia nasceu de um desafio que o Carlos Costa me fez uma vez que me deu boleia após um espetáculo. Eu tinha feito uma espécie de stand-up no Entre Margens, em Lamego, a convite do Nuno Ricou, onde contava histórias sobre coisas me que tinham acontecido no teatro. Correu muito bem e fui logo contratado para ir a mais dois sítios. O Carlos desafiou-me a desenvolver aquele projeto e a fazer um espetáculo sobre isso. Hesitei novamente. Um dia recebi um telefonema do Carlos a dizer que tinham um projeto no Visões Úteis, em paralelo com o acolhimento a um artista emergente, para o acolhimento de um artista sénior. Convidou-se a ser o primeiro nesse projeto e a fazer o espetáculo sobre a minha vida e as minhas histórias. Aí já não hesitei, respondi que podiam contar comigo durante os dois anos. Em conversa, sinalizei que não queria que fosse algo só sobre a minha vida, e sugeri que o Visões Úteis não participasse só na produção, mas também na dramaturgia, e que integrasse na equipa um criativo jovem, com vinte e tal anos, para ter um olhar contemporâneo e não serem só as memórias do ator velhinho. Aí surge a Sara Barros Leitão. Muito curiosamente, quase em simultâneo. Eu fui ver o espetáculo que a Sara fez sobre o arquivo

do TEP e gostei imenso do trabalho dela. Pensei logo que ela seria a pessoa ideal para integrar o projeto. Ela aceitou e foi genial. O processo desenvolve-se a partir de conversas absolutamente informais. Primeiro, juntávamo-nos uma vez por mês, depois uma vez por semana e, dois meses antes da estreia, todos os dias. Eu ia contando histórias sobre a minha experiência no teatro, mas também sobre a minha vida, as coisas que me marcaram, como é o caso do 25 de Abril, que está muito presente no espetáculo.

Desde o 25 de Abril muita coisa mudou. Como é que vês a situação atual em Portugal? O que é que mudou, o que é que melhorou, o que não mudou ou piorou?

No 25 de Abril é evidente que mudaram radicalmente muitas coisas. Não foi só o aspeto da liberdade, mas também questões de ordem económica, e não só. E a luta de classes, que sempre existiu, fica clara ali. Podemos assumi-la livremente. Pouco tempo depois do 25 de Abril tivemos o 25 de Novembro, e há uma regressão muito grande. Ainda que se mantenham liberdades fundamentais, que agora estão a ser atacadas, pelas mais diversas formas, houve um retrocesso enorme no que respeita aos ideais de Abril, às possibilidades que a Revolução nos proporcionou. Eu vejo com algum desencanto a situação atual em Portugal. Mas, contrariamente ao que acontece com muitas pessoas da minha geração, que ficam desencantadas e deixam de participar ativamente para contrariar esse desencanto, eu procurei, e procuro, com o meu ativismo, lutar contra este desencanto. Aproximei-me do Bloco essencialmente porque tinha um discurso sobre a política cultural com o qual me identifico. E noutras áreas da nossa sociedade. Eu sinto necessidade de participar nas ações quer do Bloco, quer nas ações unitárias, com o agudizar da crise no tempo do PEC do Sócrates e na crise social que se adivinhava e que viria a culminar com a troika. Dei comigo a pensar que, estando desencantado, não poderia ficar em casa a curtir o meu desencanto. Tinha de ir para a luta. Não seria um cidadão inteiro se não tivesse uma participação ativa.

Quais são os teus projetos futuros?

A nível político, neste ano tenho tido menos atividade do que tinha há uns anos



atrás. O facto de ter tido muito trabalho profissional, no teatro, no cinema e na televisão acabou por me impedir de ter uma participação tão ativa como tive há quatro ou cinco anos. Mas quero continuar a exercer a minha militância no Bloco, nomeadamente com as responsabilidades autárquicas que tenho. Do ponto de vista artístico, tenho dois ou três desafios. Um deles agrada-me profundamente, que é voltar às marionetas do Porto com uma criação de raiz dirigida pelo Roberto Merino. A experiência que tive com ele e com o “Fausto”, nas marionetas do Porto, correu muito bem. Foi um bom regresso a uma casa onde sempre estive, mas agora como ator. Será uma trilogia. Fiz o “Tartufo”, o “Fausto” e agora vou fechar a trilogia com um clássico grego.

Na altura víamos aquilo como uma emergência, como uma necessidade absoluta, um ativismo que era fundamental fazer. Olhando a esta distância, percebo melhor o que ficou do ponto de vista artístico com as pessoas que se formaram nestes grupos e que ainda hoje trabalham na área teatral, no Porto e não só.

Contrariamente ao que acontece com muitas pessoas da minha geração, que ficam desencantadas e deixam de participar ativamente para contrariar esse desencanto, eu procurei, e procuro, com o meu ativismo, lutar contra este desencanto.

‘OS SALTOS! OS SALTOS! OS SALTOS!’ SOBRE LÉNINE E A POLÍTICA

Daniel Bensaïd

Nos 150 anos do nascimento de Lénine, publicamos um texto do filósofo marxista Daniel Bensaïd (1946-2010), um dos dirigentes mais destacados do Maio de 68 e uma referência do pensamento marxista revolucionário do final do século XX.

Hannah Arendt receava que a política pudesse desaparecer completamente do mundo. Os desastres do século eram tais que indagar-se se «afinal de contas a política tem ainda um sentido» era inevitável. O que estava em risco nesses tempos era já de ordem eminentemente prática: «O não sentido a que a política toda chegou é confirmado pelo impasse no qual as questões políticas particulares se precipitam» (Arendt, 1995).

Para ela, o totalitarismo era a forma desse temido desaparecimento. Hoje lidamos com outra figura do perigo: o totalitarismo com feições humanas do despotismo de mercado. A política encontra-se esmagada entre a ordem naturalizada dos mercados financeiros e as prescrições moralizantes do capital ventríloquo. Fim da política e fim da história coincidem então na infernal repetição da eternidade mercantil onde ressoam as vozes veladas de Fukuyama e de Furet: «A ideia de uma outra sociedade tornou-se quase impossível de se pensar, e, aliás, ninguém avança sobre o assunto no mundo de hoje. Eis-nos condenados a viver no mundo onde vivemos» (Furet, 1995, p. 572). Mais do que melancólica, é desesperada, poderia ter dito Blanqui, essa eternidade do homem através do Dow Jones e CAC 40.

Hannah Arendt acreditava poder datar o começo e o fim da política: inaugurada por Platão e por Aristóteles, teria encontrado «nas teorias de Marx o seu fim definitivo». Anunciando o fim da filosofia, o Mouro, por meio de algum chiste da razão dialética, teria anunciado o fim da política. Isso é não reconhecer a política de Marx como a única concebível diante da violência capitalizada e dos feticismos da modernidade: «O Estado não vale como totalidade», escreveu ele, pondo-se claramente contra «o exagero presunçoso do fator político» que faz do Estado burocrático a encarnação do universal abstrato. Mais do que uma paixão unilateral do social, o seu esforço debruça-se sobre a emergência de uma política do oprimido a partir da constituição de corpos políticos não estatais, anunciando o necessário enfraquecimento do Estado enquanto corpo separado.

A questão urgente, vital, é aquela vinda da política de baixo, a política daqueles que são excluídos e privados da política estatal dos dominantes. Trata-se de resolver o enigma das revoluções proletárias e das suas repetidas tragédias: como, do nada, tornar-se tudo? Como uma classe física e

mentalmente mutilada no quotidiano pela servidão involuntária do trabalho forçado pode metamorfosear-se em sujeito universal da emancipação humana? As respostas de Marx permanecem tributárias de uma aposta sociológica: o desenvolvimento industrial acarreta a massificação do proletário; o crescimento numérico e a concentração das classes trabalhadoras levam a um progresso na sua organização e consciência. A própria lógica do capital conduziria assim à «constituição dos proletários em classe dominante». O prefácio de Engels à edição de 1890 do *Manifesto Comunista* confirma esse pressuposto: «Em nome da vitória definitiva das proposições enunciadas no *Manifesto*, Marx remetia ao desenvolvimento intelectual da classe operária, que devia resultar da ação e da discussão comum».

A ilusão segundo a qual a conquista do voto universal permitiria ao proletariado inglês, socialmente maioritário, ajustar a representação política à realidade social procede dessa aposta. No mesmo espírito, Antonio Labriola estimava em 1898, no seu comentário do *Manifesto*, que «a conjunção desejada dos comunistas e dos proletários é de agora em diante um facto consumado». A emancipação política do proletariado decorria necessariamente do seu desenvolvimento social.

A história convulsiva do século passado demonstra que não se liberta tão facilmente do mundo encantado da mercadoria, dos seus deuses sanguinários e das suas «ferramentas de repetição». A atualidade intempestiva de Lénine resulta imperativamente dessa constatação. Se a política mantém hoje uma oportunidade de conjurar o duplo perigo de uma naturalização da economia e do fatalismo da história, essa oportunidade passa por um novo gesto leninista nas condições da globalização imperial. O pensamento político de Lénine é o da política como estratégia, dos seus momentos propícios e dos seus elos mais fracos.

O tempo «homogêneo e vazio» do progresso mecânico, sem crises e tampouco rupturas, é um tempo impolítico. A ideia, sustentada por Kautsky, de uma «acumulação passiva de forças» inscreve-se nessa temporalidade. Versão primitiva da força tranquila¹, esse «socialismo fora do tempo» e a passos de tartaruga dissolve a incerteza da luta política nas proclamações das leis da evolução histórica.

¹ Nt: referência ao slogan de François Mitterrand em particular e à social democracia em geral: «force tranquille».

Lénine, muito pelo contrário, pensa a política como o tempo pleno da luta, um tempo de crises e de falhas. A especificidade da política exprime-se nele no conceito de crise revolucionária, que não o prolongamento lógico de um «movimento social», mas uma crise geral das relações recíprocas entre todas as classes da sociedade. A crise define-se então como uma «crise nacional». Ela age como um revelador das linhas de frente queimadas pelas fantasmagorias místicas da mercadoria. Somente então, e não em virtude de um inelutável amadurecimento histórico, o proletariado pode ser transfigurado e «tornar-se aquilo que é».

Crise revolucionária e luta política estão portanto estreitamente ligadas:

«*O conhecimento que a classe operária pode ter dela mesma está indissoluvelmente ligado a um conhecimento preciso das relações recíprocas de todas as classes da sociedade contemporânea. Conhecimento este não somente teórico, digamos menos teórico do que fundado em uma experiência política*» (Lénine, 1959-1969, tomo 9, p.119; tomo 15, a. 298).

É através da prova da prática política que se adquire esse conhecimento das relações recíprocas entre todas as classes. Ela faz da «nossa revolução» uma «revolução de todo o povo».

Essa abordagem encontra-se nos antípodas de um obreirismo vulgar que reduz a política ao social. Lénine recusa categoricamente «misturar o problema das classes e o dos partidos». A luta de classes não se reduz ao antagonismo entre o operário e seu patrão. Ela confronta o proletariado à «classe capitalista inteira», ao nível da reprodução de conjunto do capital, objeto do livro III de *O Capital*. Eis, aliás, porque é perfeitamente lógico que o capítulo inacabado de Marx sobre as classes intervenha precisamente nesse lugar e não no livro I, sobre o processo de produção, ou no livro II, sobre o processo de circulação.

Enquanto partido político, a social democracia revolucionária representa, portanto, a classe trabalhadora, não só nas suas relações com um grupo de empregadores, mas também com «todas as classes da sociedade contemporânea e com o Estado enquanto força política organizada» (Idem, ibidem, tomo 5, p. 408).

O tempo *Kairos* da estratégia leninista não é mais o das Penélopes e das Danaides eleitorais, cujo trabalho é desfeito sem parar, mas o que ritma a luta e suspende a crise. O tempo do momento oportuno e da conjuntura singular, onde se enlaçam necessidade e contingência, ato e processo, história e acontecimento:

«*Não se saberia representar a revolução ela mesma na forma de um ato*

único: a revolução será uma sucessão rápida de explosões mais ou menos violentas, alternando-se com fases de calma mais ou menos profundas. Eis porque a atividade essencial do nosso partido, o destino essencial de sua atividade, deve ser um trabalho possível e necessário tanto nos períodos mais violentos de explosão quanto nos de calma, ou seja, um trabalho de agitação política em toda a Rússia.

As revoluções têm o seu próprio tempo, atravessado por acelerações e lentidões. Elas possuem também a sua geometria própria, onde a linha reta se rompe em bifurcações e viragens bruscas. O partido aparece assim sob um novo dia. Não é mais, em Lénine, o resultado de uma experiência acumulativa, nem tampouco o modesto pedagogo encarregado de ascender os proletários da ignorância obscura às luzes da razão. Ele torna-se um operador estratégico, um tipo de caixa de velocidades e de orientador da luta de classes.

Como muito bem notou Walter Benjamin, o tempo estratégico da política não é o tempo homogêneo e vazio da mecânica clássica, mas um tempo partido, pleno de nós e prenhe de acontecimentos.

Existe, sem dúvida alguma, na formação do pensamento de Lénine, um jogo de ruturas e de continuidades. As maiores ruturas (que não são «cortes epistemo-

lógicos») podem ser situadas em 1902, perto de *O que fazer?* e de *Um passo para frente*, ou ainda, em 1914-1916, quando se trata de repensar o imperialismo e o Estado à luz crepuscular da guerra, e ao se retomar o fio da lógica hegeliana. Ao mesmo tempo, desde *O desenvolvimento do capitalismo* na Rússia, obra fundadora, Lénine realça a problemática que posteriormente lhe permitirá realizar [verbo incluído] as correções teóricas e os ajustes estratégicos.

Os enfrentamentos no curso dos quais o bolchevismo se definiu traduzem essa revolução na revolução.

Das polémicas de *O Que Fazer?* ou de *Um Passo em Frente, Dois Passos Atrás*, a vulgata retém essencialmente a ideia de uma vanguarda centralizada e militarmente disciplinada. O essencial encontra-se alhures. Lénine combate a confusão, qualificada de «desorganizadora», entre o partido e a classe. A sua distinção inscreve-se nas grandes controvérsias que então agitam o movimento socialista, notadamente na Rússia. Ela opõe-se às correntes populistas, economicistas e mencheviques que por vezes convergem para defender um «socialismo puro».

A aparente intransigência dessa ortodoxia formal demonstra na realidade a ideia segundo a qual a revolução democrática seria uma etapa necessária na via da evolução histórica. Esperando ganhar reforços e atingir a maioria social e eleitoral, o nascente movimento operário deveria então deixar à burguesia o papel dirigente e se contentar de desempenhar o papel das forças complementares da modernização capitalista.

Tal confiança no sentido da história, aonde tudo viria no tempo e na hora que se espera, sustenta as posições ortodoxas de Kautsky no seio da II Internacional: é preciso percorrer pacientemente os «caminhos do poder» até que este caia como um fruto maduro.

Para Lénine, ao contrário, o objetivo orienta o movimento, a estratégia prevalece sobre a tática, a política sobre a história. Eis porque importa delimitar-se antes de se unir e, para se unir, «utilizar todas as manifestações de insatisfação e elaborar até os mínimos elementos de um protesto, ainda que embrionário». Dito de outro modo, conceber a luta política como «muito mais ampla e complexa do que a luta de operários contra o patronato e o governo» (Idem, ibidem, tomo 5, p. 440 e

463). Assim, quando o *Rabotchéié Diélo*² deduz os objetivos políticos da luta econômica, Lénine reprova-o por «abaixar o nível da atividade política multiforme do proletariado». É ilusório imaginar que «o movimento puramente operário» seja por si só capaz de elaborar uma ideologia independente. O único desenvolvimento espontâneo do movimento operário acaba por, ao contrário, «subordiná-lo à ideologia burguesa».

Pois a ideologia dominante não é questão de manipulação das consciências, mas o efeito objetivo do fetichismo da mercadoria. Não se pode escapar de seu círculo de ferro e de sua servidão involuntária senão pela crise revolucionária e pela luta política dos partidos. Eis aqui a resposta leninista ao enigma irresoluto de Marx.

Tudo conduz, em Lénine, a conceber a política como a irrupção onde se apresenta o que está ausente: «A divisão em classes é, certamente, ao fim e ao cabo, o lugar mais profundo do agrupamento político», contudo, cabe «somente à luta política» estabelecer esse «ao fim e ao cabo» (Idem, ibidem, tomo 7, p. 41)³.

Assim, «o comunismo surge literalmente de todos os pontos da vida social; ele eclode decididamente por todos os lados. Que uma dessas saídas seja cuidadosamente trancada, o contágio encontrará outra, às vezes a mais imprevisível» (Ibidem, tomo 31). Por isso não podemos saber «qual faísca poderá provocar o incêndio».

Isso explica a palavra de ordem que, segundo Tucholsky, resume a política leninista: «Estejam prontos!». Prontos ao improvável, ao imprevisível, ao acontecimento! Se Lénine pôde definir a política como «a expressão concentrada da economia», essa concentração significa uma mudança qualitativa a partir da qual

a política não pode deixar de «ter a primazia sobre a economia». «Ao defender a fusão dos pontos de vista econômico e político», Bukharine, ao contrário, «derapa no ecletismo». Da mesma maneira, na sua polémica de 1921 contra a Oposição Operária, Lénine critica esse «palavrão» que reduz de novo a política ao social e pretende que a gestão da economia nacional encarregue diretamente os «produtores agrupados em sindicatos de produtores», o que redundaria em levar a luta de classes a um enfrentamento de interesses corporativos sem síntese.

A política, ao contrário, possui a sua língua, a sua gramática e a sua sintaxe próprias. As suas latências e os seus lapsos. Na cena política, a luta de classes transfigurada encontra «a sua expressão a mais rigorosa, a mais completa, e a melhor definida na luta de partidos» (Ibidem, tomo 10, p. 15). Com um registo específico, irreduzível às suas determinações imediatas, o discurso político aparenta-se mais à álgebra do que à aritmética. A sua necessidade é de uma outra ordem, «muito mais complexa», do que aquela das reivindicações sociais diretamente ligadas à relação de exploração. Pois, opostamente ao que imaginam os «marxistas vulgares», a política não «segue docilmente a economia». O ideal do militante revolucionário não é o sindicalismo de horizonte estreito, mas o «tribuno popular» que atia as brasas da subversão em todos os domínios da sociedade.

O leninismo, ou, antes, o leninismo estalinizado erigido em ortodoxia de Estado é frequentemente responsabilizado pelo despotismo burocrático. A noção de partido vanguardista, distinto da classe, teria carregado em germe a substituição do aparelho em relação ao movimento social real e também todos os círculos do inferno burocrático. Por mais injusta que possa ser, essa caricatura levanta uma dificuldade real. Se a política não se confunde com o social, a representação de um pelo outro torna-se forçosamente problemática: sobre o que fundar a sua legitimidade?

Em Lénine existe efetivamente a tentação de resolver a contradição ao postular-se uma adequação tendencial entre representantes e representados, culminando na queda do Estado político. As aporias de uma representação, não admitindo depositário algum exclusivo e sendo constantemente relançada na pluralidade das formas constituintes, encontram-se em um só tempo eliminadas. Esse aspeto da



Lénine discursando na praça vermelha, no primeiro aniversário da fundação das forças armadas soviéticas. 25 de maio de 1919

² Nt: título de uma revista, tida por economicista, publicada em Genebra pela União dos social democratas russos no exterior.

³ Assim, no debate de 1915 sobre o ultra-imperialismo, Lénine percebe o perigo de um novo economicismo segundo o qual a maturidade das relações de produção capitalistas à escala mundial seriam o prelúdio ao desmoronamento do sistema. Encontra-se ainda esse cuidado de evitar toda redução do política ao social ou à economia nos debates do começo dos anos 1920 sobre a caracterização do Estado dos soviets. Aos que falam de Estado operário, Lénine responde que «esse Estado não é totalmente operário, eis o *hic*» (Idem, ibidem, tomo 32, p. 16). A sua fórmula é então mais descritiva e complexa do que uma caracterização sociológica: este será um Estado operário e camponês com «deformações burocráticas», e eis «toda a transição em sua realidade». No debate sobre os sindicatos, enfim, Lénine defende ainda uma posição original: porque não são um órgão do poder político, os sindicatos não poderiam ser transformados em «organizações de Estado coercitivas».

questão corre o risco de mascarar um outro, não menos importante, tanto que Lênine parece não ter medido todo o escopo da sua inovação. Crendo parafrasear um texto canônico de Kautsky, ele deforma-o assim de maneira decisiva. Kautsky escreve que «a ciência» chega aos proletários «do exterior da luta de classes», trazida pelos «intelectuais burgueses». Por um extraordinário deslize de pluma, Lênine traduz que a «consciência política» (e já não «a ciência»!) vem «do exterior da luta económica» (e já não do exterior da luta de classes, que é tanto política quanto social!), trazida já não pelos intelectuais enquanto categoria sociológica, mas pelo partido como ator que estrutura especificamente o campo político. A diferença é sem tamanho.

Uma insistência tão constante sobre a linguagem política, onde a realidade social se manifesta através de um jogo permanente de deslocamentos e de condensações, deveria logicamente desembocar num pensamento da pluralidade e da representação. Se o partido não é a classe, uma mesma classe deveria ser representada politicamente por variados partidos que exprimam as suas diferenças e as suas contradições. A representação do social na política deveria então ser o objeto de uma elaboração institucional e jurídica. Lênine não vai até aí. Ele não deixa de abrir um espaço político original cujas pistas são por ele exploradas. Um estudo detalhado, que ultrapassa os limites deste artigo, sobre as suas posições a respeito da questão nacional, da questão sindical em 1921 e da democracia ao longo do ano de 1917 permitiria uma verificação.

Assim ele submete a representação a regras inspiradas na Comuna de Paris, visando limitar a profissionalização política: um salário dos eleitos idêntico ao do operário qualificado, uma vigilância constante contra os favorecimentos e os privilégios da função, responsabilidade dos mandatários diante dos mandantes. Contrariamente a uma lenda tenaz, ele não preconiza o mandato imperativo. Quer seja no seio do partido: «Os poderes dos delegados não devem ser limitados pelos dos mandatos imperativos»; no exercício de seus poderes, «eles são completamente livres e independentes»; o congresso ou a assembleia são soberanos. Quer seja ao nível dos órgãos de Estado, onde «o direito de revogação dos deputados» não se confunde com um mandato imperativo que reduziria a representação à soma corporativa de interesses particu-

lares, de visões estritamente locais, sem síntese possível, o que esvaziaria a deliberação democrática de toda a sua substância e das suas disputas.

Quanto à pluralidade, Lênine afirma, constantemente, que a «luta das nuances» no partido é inevitável e necessária, desde que se desenvolva em limites «aprovados em comum acordo». Ele sustenta que

«a necessidade de assegurar nos estatutos do partido os direitos de toda a minoria, a fim de se desviar da trajetória filisteia habitual de escândalo e de querelas mesquinhas, fontes contínuas e perenes de descontentamento, de irritação e de conflito, para levá-los à via ainda inabitual de uma luta regular e digna pela defesa de suas convicções. De entre essas garantias absolutas, organizamos uma outorga à minoria, de um (ou de vários) grupos literários, com direito de representação no congresso e direito de expressão completa» (Idem, ibidem, tomo 7, p. 47).

Se a política é questão de escolha e de decisão, ela implica uma pluralidade organizada. Trata-se aqui de princípios de organização. O sistema de organização pode variar, em função das situações concretas, à condição de não perder o fio condutor dos princípios no labirinto das oportunidades. Mesmo a famosa disciplina na ação aparece então menos intangível do que a lenda dourada do leninismo desejaria. Conhece-se a indisciplina cometida por Zinoviev e Kamenev ao oporem-se publicamente à insurreição sem serem por isso afastados definitivamente das suas responsabilidades. O próprio Lênine, em circunstâncias extremas, não hesitou em reivindicar um direito pessoal à desobediência partidária. Ele pensava com isso abdicar das suas responsabilidades para retomar «a sua liberdade de agitação» nas fileiras do partido. No momento crítico da decisão, ele escreve claramente ao comitê central: «Fui onde vocês não desejavam que [eu] fosse [a Smolny]. Adeus».

A sua própria lógica leva-o a pensar a pluralidade e a representação em um país desprovido de tradições parlamentares e democráticas. Lênine não vai, todavia, até o fim. Existem (ao menos) duas razões para isso. A primeira é que ele herda da Revolução francesa a ilusão segundo a qual, uma vez o opressor derrotado, a homogeneização do povo (ou da classe) nada mais é do que uma questão de tempo: as contradições no seio do povo não

vêm senão do outro (o estrangeiro) ou da traição. A segunda é que a distinção entre a política e o social não é imune à inversão fatal: no lugar de se engajar na socialização do político, a ditadura do proletariado pode significar a estatização burocrática do social. Não teria Lênine, ele mesmo, se aventurado a prognosticar «a extinção da luta dos partidos nos sovietes»? (Idem, ibidem, tomo 25, p. 335).

Em *O Estado e a Revolução*, os partidos perdem nitidamente a sua função em benefício de uma democracia direta que não seria mais exatamente um Estado separado. Contudo, contrariamente às esperanças iniciais, a estatização da sociedade teve êxito sobre a socialização das funções estatais. Sob o perigo principal do cerco militar e da restauração capitalista, os revolucionários não viram crescer sob os seus calcanhares o perigo não secundário da contrarrevolução burocrática. Paradoxalmente, as fraquezas de Lênine devem-se tanto, ou mais, aos seus pendores libertários do que às suas tentações autoritárias. Como se, paradoxalmente, uma ligação secreta ligasse umas às outras.

A crise revolucionária surge como o momento crítico do desnudamento do possível, onde a teoria se torna estratégia:

«A história em geral, e mais particularmente a história das revoluções, sempre mais rica de conteúdo, mais variada, mais multiforme, mais viva, mais enge-nhosa do que pensam os melhores partidos, as vanguardas mais conscientes das classes as mais avançadas. Pensa-se assim porque as melhores vanguardas exprimem a consciência e a vontade, a paixão de dezenas de milhares de homens, enquanto que a revolução é um dos momentos de exaltação e de tensão particulares de todas as faculdades humanas – a obra da consciência, da vontade, da imaginação, da paixão de centenas de milhares de homens estimulados pela mais áspera luta de classes. Daí tiram-se duas conclusões práticas de uma grande importância: a primeira diz que a classe revolucionária deve saber, para preencher a sua tarefa, tomar posse de todas as formas e por todos os lados, sem a menor exceção, da atividade social; a segunda postula que a classe revolucionária deve estar pronta a substituir rápida e bruscamente uma forma por outra» (Idem, ibidem, tomo 31)⁴.

Disso Lênine deduziu a disponibilidade necessária ao imprevisto do acontecimento onde de repente se revela a verdade escondida das relações sociais:

«Não sabemos, não podemos saber qual faísca poderá provocar o incêndio no sentido de um despertar particular das massas. Assim devemos pôr em ação os nossos princípios comunistas para preparar o terreno, todos os terrenos, mesmo os mais antigos, os mais amorfos e os mais estéreis em aparência. Caso contrário, não estaremos à altura de nossa tarefa, seremos exclusivos, não tomaremos todas as armas».

Cultivar todos os terrenos! Estar à espreita das saídas mais imprevisíveis!

Estar pronto para a brusca mudança das formas! Saber apropriar-se de todas as armas!

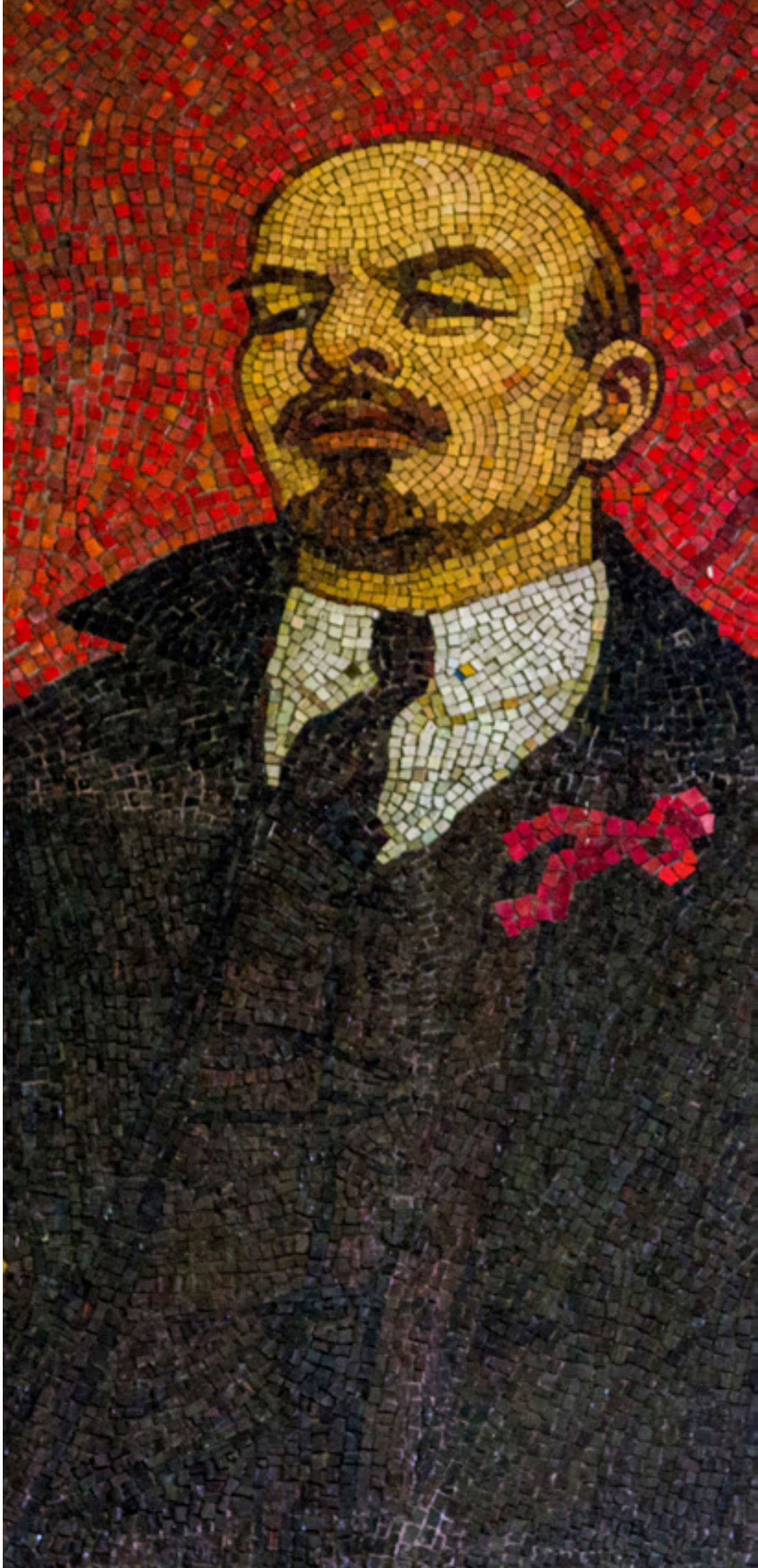
Tais são as máximas de uma política concebida como a arte do contratempo e das possibilidades efetivas de uma conjuntura determinada.

Essa revolução na política leva-nos à noção de crise revolucionária, sistematizada em *A Falência da II Internacional*. Ela define-se por uma interação entre os diversos elementos variados de uma situação: quando os de cima não podem mais governar como antes; quando os de baixo não suportam mais ser oprimidos como antes; e quando essa dupla impossibilidade se traduz por uma súbita efervescência das massas. Retomando esses critérios por sua própria conta, Trotsky sublinha, na sua *História da Revolução Russa*,

«a reciprocidade condicional dessas premissas: quanto mais o proletariado age de maneira decidida e segura, mais hipótese ele tem de levar consigo as camadas intermediárias, mais a camada dominante se isola, mais a sua desmoralização se acentua; e, por outro lado, a desagregação das camadas dirigentes traz água para o moinho da classe revolucionária».

Mas a crise não garante as condições da sua própria resolução. Eis porque Lênine faz da intervenção de um partido revolucionário o fator decisivo de uma situação crítica:

«A revolução não surge de toda a situação revolucionária, mas somente no caso em que, junto a todas as mudanças objetivas enumeradas, soma-



⁴ Nt: *La Maladie Infantile du Communisme* – A Doença Infantil do Comunismo.

-se uma mudança subjetiva, a saber, a capacidade para a classe revolucionária de levar adiante ações suficientemente vigorosas que destruam completamente o antigo governo, que não cairá jamais, mesmo numa época de crise, sem que se faça coro».

A crise não pode ser resolvida senão pela derrota, em benefício de uma reação geralmente assassina, ou pela intervenção de um sujeito decidido.

Aí está a interpretação do «leninismo» em *História e Consciência de Classe* de Lukács. Ela valeu-lhe, desde o V Congresso da Internacional Comunista, os golpes dos termodorianos bolchevizantes. Lukács insistia, com efeito, no facto de que «somente a consciência do proletariado pode mostrar como sair da crise do capitalismo; enquanto essa consciência não existe, a crise é permanente, retorna ao seu ponto de início e repete a situação»:

«A diferença entre a 'última crise' do capitalismo, a sua crise decisiva, e as crises anteriores, não reside, responde Lukács, em uma metamorfose de sua extensão e de sua profundidade, ou seja, da sua quantidade em qualidade. Ou antes, essa metamorfose manifesta-se quando o proletariado deixa de ser simples objeto da crise e se desdobra abertamente o antagonismo inerente à produção capitalista» (Lukács, 1967).

Ao que faz eco a fórmula de Trotski ligando, nos anos trinta, face ao nazismo e à reação estalinista, a crise da humanidade à sua crise de direção revolucionária.

A estratégia é um «cálculo de massa, de rapidez e de tempo», escrevia Chateaubriand. Em Sun Tzu, a arte da guerra já era a arte da mudança e da rapidez. Essa arte exigia que se adquirisse «a prontidão da lebre» e que «se tomasse imediatamente partido», pois está demonstrado que a mais ilustre vitória teria podido se descarrilar «caso a batalha tivesse sido feita um dia mais cedo ou algumas horas mais tarde». O princípio de conduta que daí decorre vale tanto para os políticos quanto para os militares:

«Não deixe escapar ocasião alguma quando a achar favorável. Os cinco elementos não se encontram em todas as partes e tampouco em forma igualmente pura; as quatro estações não se sucedem da mesma maneira a cada ano; e o pôr e o nascer do sol não estão constantemente no mesmo ponto do horizonte. Entre os dias, alguns são lentos, outros

curtos. A lua cresce e decresce e não está sempre igualmente brilhante. Um exército bem conduzido e bem disciplinado imita, a propósito, todas essas variedades» (Tzu, 1972).

A noção de crise revolucionária retoma essa lição de estratégia e a politiza. Em certas circunstâncias excepcionais, o equilíbrio das forças atinge um ponto crítico:

«Todo o desregramento dos ritmos produz efeitos conflituosos. Desarranja e incomoda. Pode também assim produzir um buraco no tempo, a ser preenchido por uma intervenção, uma criação. O que não acontece, individual e social-

mente, senão ao passar-se por uma crise» (Lefebvre, 1966).

Um buraco no tempo? Um momento de exceção? Pelo qual pode surgir o facto não consumado que contradiz a fatalidade do facto consumado.

Em 1905, Lênine junta-se a Sun Tzu no seu elogio da prontidão. Deve-se então, diz ele, «começar na hora», agir «no campo»: «Formem no campo, em todos os lugares, grupos de combate». É preciso, com efeito, saber capturar em pleno vôo esses «momentos evanescentes» de que fala Hegel e que constituem «uma excelente definição da dialética» (Lênine, 1973, p. 257).

Pois a revolução na Rússia não é o resultado orgânico de uma revolução burguesa prolongada em revolução proletária, mas «um emaranhado» de duas revoluções. Que a catástrofe provável possa ainda ser conjurada depende de um sentido agudo da conjuntura. A arte da palavra de ordem é uma arte do momento propício. Tal consigna válida ontem pode não mais o ser hoje e voltar a sê-lo amanhã: «Até 4 de julho [de 1917], a palavra de ordem da passagem da totalidade do poder aos soviets era justa». Depois, não era mais.

«Nesse momento, e somente nesse momento, talvez durante alguns dias no

máximo, ou uma semana ou duas, tal governo poderia...» (Idem, 1959-1969, p. 17 e 277).

Alguns dias! Uma semana!

Em 29 de setembro de 1917, Lênine escreve ao comitê geral, que tergiversa: «A crise está madura». Aguardar torna-se um crime. No primeiro de outubro, ele apressa-o a «tomar o poder no campo», para «passar do campo à insurreição». Alguns dias mais tarde, ele insiste «Escrevo essas linhas em 8 de outubro. O sucesso da revolução russa depende de dois ou três dias de luta». Ele insiste ainda: «Escrevo essas linhas na noite do dia 24. A situa-

ção é crítica ao extremo. É claro agora que retardar a insurreição é a morte. Tudo está por um fio». É preciso portanto agir «nesse entardecer, nessa noite».

«Ruptura da gradação», anotava Lênine no começo da guerra nas margens de *A Grande Lógica* de Hegel. E ele sublinhava: «a gradação não explica nada sem os saltos. Os saltos! Os saltos! Os saltos!» (Idem, 1959-1969, p. 118-119).

Julho de 2002



Lênine e grupo de comandantes soviéticos na praça vermelha, 25 de maio de 1919

A ATUALIDADE DE LÉNINE

Estas notas, escritas também em 2002, apenas foram publicadas no site da Associação Daniel Bensaïd.

Três breves comentários sobre a atualidade de Lénine para terminar. O seu pensamento estratégico define uma disponibilidade performativa ao acontecimento que pode ocorrer. Mas esse acontecimento não é o acontecimento absoluto, vindo de lugar algum, que alguns evocam a propósito do 11 de setembro. Ele inscreve-se em condições de possibilidade historicamente determinadas. É o que o distingue do milagre religioso. Assim a crise revolucionária de 1917 e o seu desenrolar insurrecional tornam-se pensáveis estrategicamente no horizonte traçado por *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Essa relação dialética entre necessidade e contingência, estrutura e ruptura, história e acontecimento, funda a possibilidade de uma política organizada na duração, enquanto que a aposta arbitrariamente voluntarista sobre uma irrupção de acontecimento, se ele permite que se resista ao espírito da época, desemboca mais frequentemente numa postura de resistência estetizante do que num engajamento militante modificando pacientemente o curso das coisas.

Para Lénine – como para Trotski – a crise revolucionária estabelece-se e começa na arena nacional, que constitui à época o quadro da luta pela hegemonia, para se inscrever na dinâmica da revolução mundial. A crise na qual surge a dualidade de poder não se reduz portanto a uma crise económica ou a um conflito imediato entre trabalho assalariado e capital no processo de produção. A questão leninista – «Quem irá ganhar?» – é a da liderança política: qual classe será capaz de resolver as contradições que sufocam a sociedade, capaz de impor uma lógica alternativa à da acumulação do capital, capaz de superar as relações de produção existentes e de abrir um novo campo de possibilidades.

A crise revolucionária não é portanto uma simples crise social, é também uma crise nacional: tanto na Rússia quanto na Alemanha, tanto na Espanha quanto na China. A questão é hoje sem dúvida mais complexa na medida em que a globalização capitalista reforça a imbricação dos espaços nacionais, continentais, mundiais.

Uma crise revolucionária num grande país teria imediatamente uma dimensão internacional e exigiria respostas em termos tanto nacionais quanto continentais, até mesmo mundiais sobre questões como a energia, a ecologia, a política de armamento, os fluxos migratórios etc. É ilusório acreditar escapar dessa dificuldade ao eliminar-se a questão da conquista do poder político (sob pretexto de que o poder hoje seria desterritorializado e disseminado em todos os lugares e em parte alguma) em benefício de uma retórica dos «contra-poderes».

O poder económico, militar, cultural é talvez mais disseminado mas também mais concentrado do que nunca. Pode fingir-se que se ignora o poder, mas ele não se esquecerá de si. Pode fazer-se o tipo orgulhoso pretensamente recusando tomá-lo, mas da Catalunha de 1937 até Chiapas, passando pelo Chile, a experiência demonstra até hoje que ele não hesitará a tomar-lho da maneira mais brutal. Numa palavra, uma estratégia de contra-poder só tem sentido na perspectiva de um duplo poder e do seu desdobramento: quem irá ganhar?

Enfim, o «leninismo» e Lénine ele mesmo são frequentemente identificados pelos seus detratores com uma forma história de partido político que estaria morta com o colapso dos partidos-Estado burocráticos. Existe nesse julgamento sumário muita ignorância histórica e frivolidade política, que se explica, apenas em certa medida, pelo trauma das práticas estalinistas.

Mais do que a questão da forma do partido de vanguarda herdada de *O que fazer?*, a experiência do século passado coloca a questão da burocratização como fenómeno social. Pois as organizações de massa (não apenas políticas mas também sindicais e associativas) não são, longe disso, os menos burocráticos: o caso da CFDT na França, do Partido Socialista, do Partido Comunista pretensamente renovado ou dos Verdes é absolutamente eloquente sobre esse ponto. Há ao contrário – nós a evocamos – na distinção leninista do partido e da classe pistas fecundas para pensar as relações entre movimentos sociais e representação política.

Da mesma maneira, nos princípios superficialmente condenados do centralismo democrático, os detratores retêm sobretudo o hipercentralismo burocrático sinistramente ilustrado pelos partidos estalinistas. Mas uma certa centralização, longe

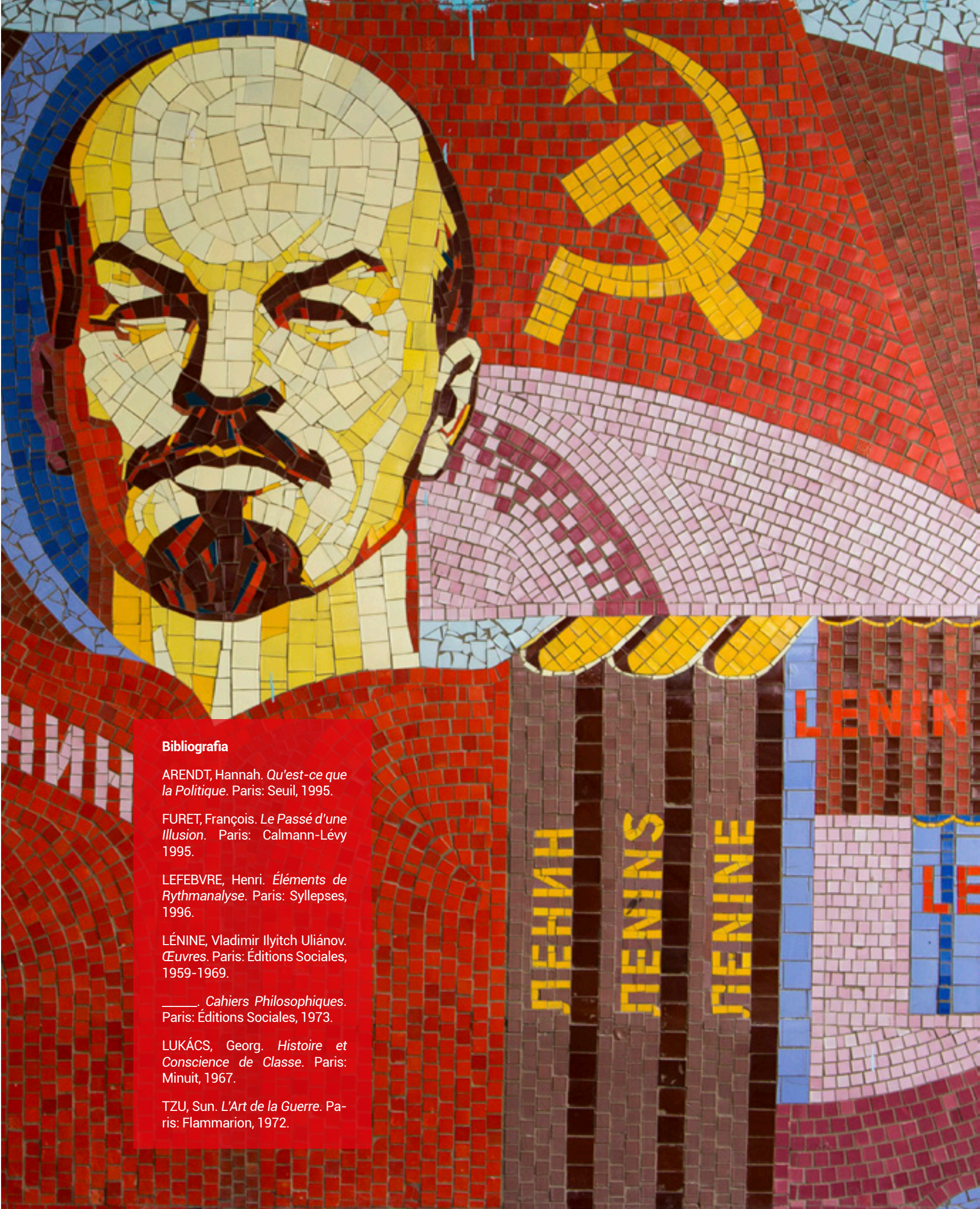
de se opor à democracia, é a sua própria condição. De um lado, porque a delimitação do partido é um meio de resistir aos efeitos dissolventes da ideologia dominante, mas também de visar uma certa igualdade entre os membros, à contracorrente das desigualdades inevitavelmente geradas pelas relações sociais dominantes e pela divisão do trabalho.

Vê-se muito bem hoje como o enfraquecimento desses princípios, longe de favorecer uma democracia superior, leva à cooptação mediática e à legitimação plebiscitária de dirigentes ainda menos controlados pela base. Por outro lado, a democracia de um partido revolucionário visa produzir decisões assumidas coletivamente para agir nas relações de forças. Quando os detratores superficiais do leninismo pretendem libertar-se de uma disciplina sufocante, na verdade esvaziam toda a discussão das questões, reduzindo-a a um fórum de opiniões que não compromete ninguém: após uma livre troca de palavras sem decisão comum, cada qual pode partir como veio e nenhuma prática comum permite que se teste a validade das posições em presença.

Enfim, a tónica posta – nomeadamente por entre os burocratas reciclados dos antigos partidos comunistas – sobre a crise da forma partido serve frequentemente para que não se fale da crise do conteúdo programático e que se justifique o grau zero de sua preocupação estratégica.

Uma política sem partido (qualquer que seja o nome – movimento, organização, liga, partido – que lhe dermos) chega na maior parte dos casos a uma política sem política: quer seja um modismo sem projeto em direção à espontaneidade dos movimentos sociais, quer seja a pior forma de vanguardismo individualista e elitista, quer seja enfim o recalque da política em benefício da estética ou da ética.

Tradução de Gustavo Chataignier para os Cadernos Cemarx, adaptada para a revista Esquerda.



Bibliografia

ARENDT, Hannah. *Qu'est-ce que la Politique*. Paris: Seuil, 1995.

FURET, François. *Le Passé d'une Illusion*. Paris: Calmann-Lévy 1995.

LEFEBVRE, Henri. *Éléments de Rythmanalyse*. Paris: Syllepses, 1996.

LÉNINE, Vladimir Ilyitch Uliánov. *Œuvres*. Paris: Éditions Sociales, 1959-1969.

_____. *Cahiers Philosophiques*. Paris: Éditions Sociales, 1973.

LUKÁCS, Georg. *Histoire et Conscience de Classe*. Paris: Minuit, 1967.

TZU, Sun. *L'Art de la Guerre*. Paris: Flammarion, 1972.

NO CENTENÁRIO DA CGT E DE “A BATALHA”

Álvaro Arranja



Durante oito anos, entre 1919 e 1927, *A Batalha* foi um jornal diário, firme na defesa dos direitos dos trabalhadores e porta-voz da necessidade da revolução social.



A Batalha em 1 de Maio de 1926

Os anos posteriores ao fim da I Guerra Mundial são marcados por uma intensificação das lutas sociais e um reforço da organização sindicalista. O movimento operário enfrenta uma dupla hostilidade. De um lado o velho PRP (Partido Republicano Português) que continua alheio à questão social, reprimindo os sindicalistas (à exceção do Governo da Esquerda Democrática). Do outro lado, o poder económico representado pela União dos Interesses Económicos, que admira a solução fascista italiana e preconiza abertamente a ditadura como via para esmagar os direitos dos trabalhadores.

No dia 21 de setembro de 1919, em Lisboa, toma posse o primeiro Comité Confederal da CGT (Confederação Geral do Trabalho) eleito no Congresso de Coimbra, constituído por um elemento do Calçado, Couros e Peles, dois dos Metalúrgicos, um da Construção Civil, um dos Marítimos e um dos Gráficos. À frente do órgão executivo da Confederação está o operário sapateiro Manuel Joaquim de Sousa, que havia sido, indiscutivelmente, a figura principal do congresso fundador da Confederação. O II Congresso Operário Nacional, depois de várias alterações de data, tinha decorrido nos dias 13 a 15 de Setembro de 1919, em Coimbra. Marcou o fim da UON (União Operária Nacional), criada em 1914.

Mas o ano de 1919 tinha sido assinalado por outro acontecimento marcante na história do movimento operário em Portugal. A 23 de fevereiro de 1919 surge o primeiro número do jornal *A Batalha*, «porta-voz da organização operária» e, a partir de setembro de 1919, data da fundação da CGT, órgão da central operária anarco-sindicalista. Alexandre Vieira, operário tipógrafo, foi o seu primeiro diretor.

A publicação de *A Batalha* foi antecedida por uma subscrição pública de mil quo-



A Batalha 1.06.1926, após o golpe de 28 de Maio.

tas de um escudo cada uma. As ações eram propriedade da organização sindical, uniões locais, sindicatos mistos ou profissionais e da UON (depois CGT). O jornal vende-se pelo reduzido preço de 2 centavos.

No primeiro número afirma ser «um jornal onde os espezinhadados, a cujo número pertencemos, encontrem um defensor apaixonado e a classe poderosa um adversário contumaz das prerrogativas de que goza ilegitimamente».

Esse ano de 1919 vai ser particularmente duro quanto a lutas sociais. A 6 de abril, no Barreiro, é fundada a Associação de Classe do Pessoal da CUF, que adere desde o início à União Operária Nacional, contando com cerca de 800 filiados. Alfredo da Sil-



Filhos dos mineiros Aljustrel recolhidos pelos trabalhadores da zona. Lisboa, na greve de 1922.

va, face à tentativa de organização operária, procede ao despedimento sistemático de centenas de trabalhadores, situação que virá a culminar na declaração de greve geral a 25 de Maio, a qual será secundada pelos operários das fábricas de Lisboa. Pelas suas dimensões, a greve da CUF de 1919 será descrita à época como « uma luta de vida ou morte, entre o potentado do capital e o proletariado organizado», como refere *A Batalha* de 11 de Junho de 1919.

Durante oito anos – até 26 de maio de 1927, data em que sairá o último número na legalidade – *A Batalha* será um jornal diário, firme na defesa dos direitos dos trabalhadores e porta-voz da necessidade da revolução social, que instaurará uma nova sociedade sem exploração nem opressão. Estima-se a sua circulação na ordem dos 20/25 mil exemplares diários, sendo o terceiro (e às vezes o segundo) diário mais vendido, depois do *Século* e do *Diário de Notícias*.

Entre dezembro de 1923 e janeiro de 1927, *A Batalha* publicou também um suplemento literário e ilustrado onde colaboraram muitos dos intelectuais, escritores e jornalistas mais conceituados. Entre eles encontramos personalidades sonantes da nossa literatura do início do século XX como Ferreira de Castro, Rocha Martins, Emílio Costa, Julião Quintinha, Ladislau Batalha, Mário Domingues, Augusto Pinto, Nogueira de Brito, Jaime Brasil, Bento Faria, David de Carvalho, Eduardo Frias, Vitorino Nemésio, José Régio, Cristiano Lima e contando com ilustrações de Stuart Carvalhaes e Roberto Nobre.

Nos últimos anos da I República a opção do poder económico pela ditadura é cada vez mais clara. Contra essa tendência, entre novembro de 1924 e fevereiro de 1925, a I República tem o seu único governo nitidamente de esquerda, o governo da Esquerda Democrática de José Domingues dos Santos. Será o único a contar com o apoio popular, incluindo a CGT, o Partido Socialista e o jovem Partido Comunista. Apesar de esclarecer não querer apoiar o Governo, *A Batalha* de 23 de janeiro de 1925, refere estarem «a banca e os reacionários em estreita e fraternal união», dando “um espetáculo repugnante de rebeldia contra o atual Ministério”.

No dia 6 de Fevereiro de 1925, várias organizações republicanas, com o apoio da CGT anarco-sindicalista, do PS e do PCP, promovem uma grande manifestação de apoio ao Governo. Era a primeira vez que um governo republicano tinha este apoio do movimento operário e seria a última. Segundo *A Batalha* do dia seguinte, a manifestação «foi uma imponente parada contra os manejos da União dos Interesses Económicos.» O jornal sublinha a convivência entre os republicanos de esquerda e o movimento operário, referindo que «enquanto uma parte dos manifestantes cantava *A Portuguesa* a outra parte, a maior, composta na sua maioria por operários, entoava a plenos pulmões A Internacional». De seguida algo de singular se passaria no Terreiro do Paço. Seguindo *A*



Estatutos da CGT – 1919

Batalha, «à janela do ministério assomou o camarada Rosendo José Viana, em nome da União dos Sindicatos Operários, para protestar contra as violências momentos antes praticadas pela GNR(...) e para exteriorizar o seu descontentamento contra as forças vivas».

É um momento único na história da 1ª República... um sindicalista da CGT discursando na janela do Ministério do Interior.

A ditadura anuncia-se. Um ano e quatro meses antes do 28 de maio de 1926, já *A Batalha* descrevia com notável rigor o que iria acontecer no país nos 50 anos seguintes. Segundo o jornal da CGT, «a União dos Interesses Económicos – união dos capitalistas que nos têm roubado e explorado – está preparando um forte movimento de reacção, apoiado por todas as forças conservadoras e reaccionárias do país. O seu objectivo é galgar ao poder para exercer sobre o povo a mais esmagadora ditadura económica, defendida pelo exército, sancionada pela igreja e manejada pelos monárquicos. Lançar-se-á furiosamente contra as pequenas regalias conquistadas pelo povo. Cairá sobre os sindicatos operários, sobre a liberdade de reunião e pensamento, reduzindo pela asfixia o país ao silêncio» (*A Batalha* de 30 de janeiro de 1925).

O patronato via o jornal como o inimigo a abater. Leitores de *A Batalha* foram perseguidos pelos patrões apenas por lerem o jornal. O descarregador da CUF Bernardino de Carvalho, foi despedido porque o industrial Alfredo da Silva o viu a ler *A Batalha* (notícia de 3 de março de 1926).

A Batalha viu muitas vezes a sua redacção invadida pela polícia, edições apreendidas e os seus jornalistas presos, mas continuará a publicar-se até ao dia 27 de maio de 1927, quando a polícia da ditadura militar invade a sua sede (na Calçada do Combro, em Lisboa), destrói e saqueia todo o equipamento e o jornal é proibido.

A derrota da revolta de fevereiro de 1927 contra a ditadura, instaurada em 28 de maio de 1926, é aproveitada para justificar a guerra total contra a CGT e *A Batalha*. A ditadura dos interesses económicos, como *A Batalha* já a tinha qualificado, tem as mãos livres para a repressão.

Derrotado o movimento no Porto e em Lisboa pelas forças militares do governo da ditadura militar, contam-se nas duas cidades mais de cem mortos e para cima de quatrocentos feridos. Vários dirigentes da CGT são então presos, vindo alguns deles a ser



Mário Castelhana morre no Tarrafal

posteriormente deportados. O seu último redator-principal é Mário Castelhana que, anos depois, morrerá no Tarrafal.

Salazar não hesitou em eliminar fisicamente os líderes das três principais correntes oposicionistas.O anarcosindicalista Mário Castelhana, o comunista Bento Gonçalves, e o chefe militar das revoltas republicanas, general Sousa Dias, morrem em Cabo Verde.

A Batalha não se publica entre 7 de fevereiro de 1927 e 31 de março seguinte; muitos organismos sindicais vêem as suas instalações encerradas pela polícia e arrestados os respetivos haveres. Na madrugada de 2 de novembro de 1927, todo o recheio foi retirado numa fúria destruidora! Não escaparam a Editorial de *A Batalha*, a sua tipografia, a Escola e o Teatro da Construção Civil. Desapareceram a canalização da água e as instalações elétricas e até os inofensivos vidros das janelas foram estilhaçados!

O jornalista David de Carvalho, da redacção de *A Batalha*, descreveu esses atos no livro *Os Sindicatos Operários e a República Burguesa*: «[...] pudemos presenciar pessoalmente a morte trágica desse jornal; com um desespero íntimo e impotente seguimos a sua destruição a golpes de picareta pelo bando de malfeteiros do construtor civil Martins Júnior, protegido por compactos cordões de polícia arma-

da, pessoalmente comandada pelo tenente-coronel Ferreira do Amaral».

Durante o fascismo, *A Batalha* publicou-se durante largos períodos nas décadas de 1930 e 1940 em tipografias clandestinas (nomeadamente numa gruta em Alcântara) apelando à reorganização dos militantes sindicalistas revolucionários e anarquistas e à luta contra o regime de Salazar. Na Biblioteca Nacional há registo dos seguintes números clandestinos: nº 1, abr. 1934- a nº 10, jul. 1937; nº esp. dez. 1944; nº 1, jan. 1946 a nº 21, dez. 1949. *A Batalha* volta a publicar-se legalmente depois de 25 de abril de 1974 por iniciativa de um grupo de militantes anarquistas e anarco-sindicalistas encabeçados por Emídio Santana e outros antigos militantes da CGT.

Os textos das duas principais figuras da CGT, Alexandre Vieira no *Almanaque de A Batalha* para 1926 e Manuel Joaquim de Sousa no livro *O Sindicalismo em Portugal*, são fundamentais para compreender este momento histórico. A obra de Jacinto Baptista, *Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora: para a história do diário sindicalista A Batalha* (1919-1927), é o principal e indispensável estudo sobre o jornal.

Álvaro Arranja é professor e historiador.

Imagens cedidas por A Batalha.

ARGÉLIA

UMA REVOLUÇÃO QUE APONTA AO FUTURO



Manifestações na Argélia, 2019. Foto: Abdelfatah Cezayirli @ Pexels

O movimento popular argelino, conhecido como *Hirak*, comemorou no dia 22 de fevereiro um ano de existência. E não dá sinais de cansaço.

Luís Leiria

A revolução na Argélia comemorou no dia 22 de fevereiro de 2020 o seu primeiro aniversário com grandes manifestações em todas as principais cidades do país, demonstrando uma capacidade de resistência e uma persistência inédita no que diz respeito a grandes movimentos de massas. Na véspera, ocorreu, como sempre, a mobilização das sextas-feiras. Foi a 53ª jornada de protestos desde que o movimento começou. As suas palavras de ordem continuam a marcar um objetivo que se manteve inabalável praticamente desde o início deste movimento popular: o fim do regime da Frente de Libertação Nacional (FLN) que governa o país desde a independência conquistada à França em 1962. Um regime cujo pilar central, como se demonstrou durante todo este ano, é o Exército. É por isso que as palavras de ordem mais ouvidas são, invariavelmente, «Estado civil, não militar!», e «Fora o sistema!»

No início chamaram-lhe a «Revolução do Sorriso», numa alusão ao seu caráter pacífico e à participação sempre alegre e criativa, animada por palavras de ordem cantadas, muitas delas inspiradas em cânticos de claques de futebol. Também foi chamada de «Primavera argelina», evocando a chamada «Primavera árabe» dos anos 2010, 2011 e 2012, que teria a sua manifestação tardia na Argélia de 2019-2020. Mas o nome que acabou por "pegar" foi o de «*Hirak*», que significa simplesmente «movimento» em árabe.

E que movimento! Nos seus momentos mais altos, são milhões de pessoas que saem às ruas das principais cidades da Argélia. Famílias inteiras levam os filhos

e até bebés de colo. Os mais idosos não faltam, nem sequer as pessoas com deficiência. O caráter pacífico das manifestações dá confiança à participação de todos. E sempre que a polícia procura reprimir, os manifestantes evitam deixar-se provocar, gritando um desarmante «pacífica, pacífica» e procurando evitar o confronto. O peso da presença de massas, porém, já conseguiu romper muitos cordões policiais e fez recuar muitas operações de repressão.

Até à data em que escrevemos este artigo, nenhuma sexta-feira falhou: todas, desde o dia 22 de fevereiro de 2019, foram assinaladas por grandes manifestações de rua. Mesmo no Verão, mesmo no mês do Ramadão – o mês em que todos os muçulmanos cumprem um jejum diurno. As manifestações podiam ser menos participadas, mas nunca deixaram de ocorrer – e nunca estiveram abaixo das dezenas de milhares. O mesmo ocorreu com as mobilizações dos estudantes, que são todas as terças-feiras. Recentemente, começaram a ocorrer também manifestações aos sábados, como forma de aumentar a pressão.

O QUE FOI CONSEGUIDO

Um ano depois, o movimento popular já obteve muitas vitórias e permanece mobilizado. Mas ainda não conquistou o seu objetivo central: o derrube do regime. É por isso natural que se abra um debate entre os ativistas do *Hirak* sobre os rumos do movimento e a forma de continuar a avançar. Mas antes de entrar nesse tema,

relembremos o que foi obtido neste primeiro ano. Não foi pouco: o país mudou muito desde o 22 de fevereiro de 2019.

O movimento popular foi despoletado pelo anúncio, em 10 de fevereiro de 2019, de que o presidente Abdelaziz Bouteflika se candidataria a um 5º mandato, o que equivalia a dizer que se manteria no poder mais cinco anos, já que, dada a natureza do regime, a sua “eleição” era mais que garantida. Ora desde que sofrera um acidente vascular cerebral em 2013, Bouteflika estava em estado de saúde precário, deslocava-se numa cadeira de rodas e praticamente não falava. A perspetiva de que continuasse a presidir ao país por mais um mandato era absurda. Desta forma, o anúncio da recandidatura foi a gota de água que desencadeou a contestação. A força do movimento popular que se seguiu apanhou todos de surpresa – tanto a elite quanto os próprios ativistas que tinham convocado as manifestações. As ruas do centro da capital, Argel, e de outras grandes cidades transbordaram de gente no dia 22 de fevereiro.

O movimento deu-se como objetivo imediato impedir o 5º mandato de Bouteflika, e conseguiu-o. No dia 11 de março, Bouteflika anuncia a renúncia a disputar as novas eleições. Mas tenta uma artimanha para se manter no poder: determina o adiamento da ida às urnas e a formação de uma comissão nacional para elaborar uma nova Constituição. Na prática, isso significava prolongar *sine die* o seu quarto mandato.

O repúdio massivo desta decisão nas ruas provocou a rotura da unidade do regime. O general Ahmed Gaïd Salah, chefe do Estado Maior das Forças Armadas, veio a público defender o afastamento de Bouteflika, de acordo com o artigo 102º da Constituição, que dispõe sobre o impedimento do presidente por motivos de saúde.

No dia 4 de abril, na sequência de um ultimato de Gaïd Salah, Bouteflika renuncia. Foi a segunda grande vitória do *Hirak*. Pouco depois, demitiu-se ainda Tayeb Belaiz, presidente do Conselho Constitucional, que era muito próximo de Bouteflika. Manter-se-iam, porém, os dois “B” restantes cuja demissão era pedida nas ruas: Abdelkader Bensalah, que ocupou a Presidência interina, e Noureddine Bedoui, primeiro-ministro, só abandonariam os cargos depois da posse de Abdelmadjid Tebboune, eleito a 12 de dezembro num processo duvidoso e muito contestado.

Na ânsia de se manter à tona de uma pressão tão formidável quanto a exercida pelo *Hirak*, a elite argelina optou por perder vários anéis para não perder os dedos. O general Salah lançou uma operação de prisões e de processos a inúmeros empresários ligados ao regime e de alguns dos seus figurões máximos. O irmão do presidente, Saïd Bouteflika, que seria o verdadeiro presidente desde que Abdelaziz Bouteflika sofreu o AVC, e os generais Tartag e Médiene, antigos chefes dos serviços de informações do Exército, foram processados e condenados a pesadas penas.

Durante um tempo curto, Gaïd Salah tentou seduzir o *Hirak*, que elogiou enormemente, procurando vender a ideia de que um processo de transição estava em curso e o regime se democratizaria. Mas não convenceu. As mobilizações prosseguiram, mantendo a bandeira do fim do regime, pedindo a demissão do presidente interino, do governo e do general Gaïd Salah. Começou o braço de ferro entre o movimento popular e o exército.

COINCIDÊNCIAS FELIZES

Cinquenta e cinco semanas depois, o *Hirak* já é provavelmente o movimento popular semanal mais persistente jamais registado. Teve flutuações durante o seu primeiro ano, é certo, mas sem nunca desistir. Muitos milhões de pessoas incorporaram na sua rotina a manifestação de sexta-feira. Os fóruns sociais fervilham com as discussões sobre a situação política e a resposta do movimento ao governo e ao exército. As mobilizações são sempre renovadas, algumas palavras de ordem permanecem constantes mas há todo o espaço para a criatividade.

Uma espécie de «tempestade perfeita», de características muito positivas, ocorreu na eclosão deste movimento e ajuda a percebermos a sua força e persistência, bem como as suas fraquezas.

O facto de não ter acompanhado a «Primavera árabe» permitiu aos argelinos retirarem lições da experiência. Quiseram fazer um movimento popular amplo e mantê-lo pacífico, evitando a todo o custo a degeneração num conflito armado que o país já vivera nos anos 90. Na chamada «década negra», uma guerra civil cruel e devastadora opôs o governo à Frente Islâmica de Salvação e provocou 60 a 150 mil mortos, milhares de desaparecidos, um milhão de pessoas forçadas

a abandonar os seus lares e dezenas de milhares de exilados. Essa mesma memória levou a que as tentativas dos fundamentalistas islâmicos se liguem ao movimento fossem repudiadas e estas correntes políticas não conseguissem eco às suas palavras de ordem.

Por outro lado, o movimento argelino aproveitou a experiência de outros que usaram as redes sociais e a Internet como ferramenta de disseminação de informação e de debate. Enquanto as televisões argelinas, pública e privadas, ignoravam o *Hirak* – era como se não existissem aquelas mobilizações semanais de centenas de milhares ou milhões de pessoas – os canais de vídeo multiplicavam-se no Youtube e noutras redes. Cresceu também o número sites informativos. E assinala-se que pelo menos dois jornais diários com edição em papel e na net (em língua francesa) apoiaram empenhadamente o movimento popular.

As redes sociais também permitiram o funcionamento horizontal do *Hirak*. Não existe uma direção do movimento. Nenhum partido o dirige ou hegemoniza.

Há personalidades influentes, há colunas organizadas nas manifestações, que vão das feministas às claques de futebol, dos sindicatos aos moradores dos bairros e às associações. Não há uma direção e estrutura verticais.

Outra característica específica do *Hirak* é que distingue a Frente de Libertação Nacional que existe hoje daquela que liderou e venceu a guerra da independência contra a França. A de hoje é um partido de direita, de orientação liberal, que aprovou recentemente uma lei que abre o setor petrolífero e do gás às multinacionais. O movimento popular combate-a politicamente, quer o fim do “sistema” que hoje rege o país encastelado em eleições fraudulentas e no poder do Exército. Mas ao mesmo tempo orgulha-se de ter o apoio de personalidades históricas como Lakhdar Bouregaâ, de 86 anos, ou Djamila Bouhired, de 84 anos, heroína da Batalha de Argel, e homenageia frequentemente dirigentes históricos da FLN, mortos durante a guerra da independência, como Abane Ramdane e Amirouche Ait Hamouda.

E AGORA?

O braço de ferro entre o *Hirak* e o Exército está, hoje, de certa forma semelhante ao ponto de partida. Nenhum lado conseguiu dobrar o outro. O movimento popular continua muito forte, voltou até a ter dias de imponente participação nas mobilizações de rua. Mas não conseguiu impedir a realização das eleições marcadas pelo general Salah (que, entretanto, faleceu) para 12 de dezembro de 2019, nem a posse do seu suposto vencedor, Abdelmadjid Tebboune. O regime mais uma vez escolheu os resultados finais de acordo às suas decisões prévias, mas o apelo à desobediência civil e à greve geral, lançado pelo *Hirak*, só foi seguido verdadeiramente na região da Cabília.

Desta forma, mesmo com base em eleições fraudulentas, mas que existiram, Tebboune pôde tomar posse. Prometeu ter como prioridade mudar a Constituição. Com a morte do general Gaïd Salah, o Exército deixou a boca de cena, voltando à boa velha atuação nos bastidores. Depois de algumas hesitações, Tebboune

libertou muitos presos do *Hirak*, mantendo nos cárceres algumas personalidades muito influentes como Karim Tabbou – que foi condenado por um tribunal a uma pena que, dado o tempo que já cumpriu na prisão, lhe permitirá sair em liberdade brevemente. Mas a atuação do novo presidente é ziguezagueante. Ora parece ensaiar o diálogo, ora aumenta a repressão, como aconteceu na manifestação de sábado dia 7.

A questão é como sair do impasse. Mais de um ano de mobilizações não reuniu a força suficiente para demitir todo o sistema. Para continuar a manter o apoio popular e pôr o regime contra a parede, seria necessário fazer propostas concretas para uma transição democrática que arrancasse uma Assembleia Nacional Constituinte. Mas como fazer isto se o *Hirak* não tem direção e é principalmente um movimento de contestação? Parece ter chegado o momento em que o movimento tem de dizer que pretende abrir negociações com o governo e enviar negociadores. Mas quem? Poderia delegar em representantes dos partidos da Alternativa Democrática? Trata-se de uma frente constituída por sete partidos e por movimentos sociais e de cidadãos: Reunião pela Cultura e a Democracia (RCD), Frente das Forças Socialistas (FFS), Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Pela Laicidade e a Democracia (PLD), União Pela Mudança e o Progresso (UCP) e o Movimento Democrático e Social (MDS). E também a Liga Argelina de Defesa dos Direitos Humanos (LADHD), a Coordenação dos Sindicatos Autónomos e diversas personalidades políticas independentes.

Entretanto, o *Hirak* decidiu convocar manifestações também aos sábados, para aumentar a pressão. Mas não será exigir de mais do movimento, dois dias sucessivos de manifestação todas as sextas e sábados?

Estes e outros debates estão a ser travados em sucessivos artigos e entrevistas publicados nas redes sociais e nos sites informativos. O seu resultado será decisivo para o futuro da Argélia. Mas o movimento popular não parece ter pressa. Porque, como apareceu escrito em cartazes nas manifestações, «Nós [o *Hirak*] somos o futuro, vocês são o passado».

Luís Leiria é jornalista.



Manifestações na Argélia, 1 de março de 2019. Foto: Wikipedia

SOBRE VIVENTES

O outro
lado da
agricultura
intensiva
no Alentejo

Fotogaleria de
Paulete Matos

Texto de Alberto Matos

Vieram de todos os continentes, da longínqua Ásia e da Europa de Leste, das Américas e dos confins de África. Fintaram a morte cruzando mares e desertos, empilhados em pateras, pendurados num trem de avião ou em encerrados em contentores frigoríficos.

Durante anos ficam a pagar o tributo a diversas máfias pelo «privilegio» de serem explorados em solo europeu e pela sorte de não terem morrido pelo caminho...

Estórias de vida partilhadas entre milhares de assalariados agrícolas que labutam de sol a sol nos perímetros de rega do Mira e do imenso Alqueva, dominado por seis fundos internacionais – os novos donos do Alentejo...





O novo latifúndio de regadio raramente contrata diretamente trabalhadores; prefere alugar à tarefa, ao dia ou à hora, uma mão de obra abundante e desprovida de direitos, disponibilizada por empresas de trabalho temporário ou «prestadoras de serviços». São empresas constituídas «na hora» e que se podem evaporar num minuto, deixando os trabalhadores «pendurados», sem descontos para a segurança social ou mesmo sem salários.



No Alentejo prolifera o trabalho escravo no século XXI que, segundo a ONU e a OIT, se aplica a «qualquer sujeito que trabalhe forçado, por dívidas, em situação degradante e em jornada exaustiva».



O combate a esta realidade é essencial para devolver autonomia e liberdade a estes trabalhadores – obter documentos é o primeiro degrau de acesso à cidadania e representa uma espécie de carta de alforria.



Vítimas de exploração laboral, em casebres ou empilhados em contentores, carregados para o trabalho em veículos miseráveis – tudo religiosamente descontado nos salários; no fim do mês, sempre atrasado, restam 200 ou 300 euros...



As caras sulcadas destes sobreviventes têm a marca dum esforço épico para mudar de vida, carregam o peso de famílias ou aldeias inteiras que, na miragem do eldorado europeu, venderam tudo (casas, campos, gado...) e investiram nos seus filhos mais aptos para a grande viagem. Eis o síndrome do imigrante falhado que os impede de olhar para trás, preferem enfrentar a morte de olhos abertos.

Palavras de uma patroa: «Estou farta de imigrantes que não valem nada» mas já lhe deram milhões a ganhar...

Paulete Matos é fotojornalista.

Alberto Matos é dirigente da delegação do Alentejo da Solidariedade Imigrante.



GANHAR O FUTURO, VENCER O MEDO!

Victor Franco

Soluções político/sindicais e organizativas dogmáticas tornaram-se anquilosadas e até impotentes. Alheadas da ação de base e das necessidades, atuam no formalismo.

NOVOS MOMENTOS, RESPOSTAS PASSADAS.

Novos desafios suscitam novas reflexões, novas respostas e encontros. Refletimos sobre as diferenciações que se vão produzindo no capitalismo, as suas consequências nas relações entre Estados e entre classes.

As elites dominantes, suportadas pelos governos, estão ancoradas numa permanente inovação tecnológica que expone a concentração de capital e altera de forma permanente e rapidamente os sistemas produtivos. A divisão e concorrência entre os trabalhadores assumem novas formas, as praças de jorna tecnológicas fazem-se a nível global¹.

A «uberização» do trabalho, a deterioração contínua das leis laborais, a impunidade das novéis multinacionais que nem impostos pagam, o ressurgimento da escravatura e da repressão das lutas, ou a anulação dos direitos humanos dos imigrantes são alguns dos exemplos que reforçam a compreensão de que nada de bom temos a esperar do capitalismo e destes governos que o servem!

O controlo das mentes e a «estupidificação» das gentes parece contraditória com o aumento da escolaridade. O medo é permanente: medo de perder o emprego, de diminuir o salário ou de não aumentarem, de perder o prémio, de ser apontado... A democracia fica à porta das empresas num regime que se diz democrático. As direitas ganham milhões de pessoas e até

¹ Há empresas que fazem leilões de trabalho em que os trabalhadores licitam, em plataformas eletrónicas, concorrendo entre si pela oferta da sua força individual de trabalho ao preço mais baixo.



Foto: Carson Arias @ Unsplash

lançam e disputam sindicatos e movimentos de reivindicação.

O movimento sindical está em processo de envelhecimento e enfraquecimento. A resposta pela concentração sucessiva de sindicatos, de âmbito de atividade e geográfico, poderá ter sido uma solução financeira e de sobrevivência, mas até leva muitos trabalhadores a nem saberem em que sindicato estão filiados.

A concentração de sindicatos concentrou também o «poder sindical» e facilitou a aplicação do conceito do sindicato / cor-reia de transmissão de um partido ou de um grupo de pessoas. A conjunção de concentração e correia de transmissão restringiu ainda mais a democracia em muitos sindicatos; há casos em que a democracia dos trabalhadores é menos democrática que a democracia burguesa realmente existente. Paradoxo? Não, realidade!

Assim, soluções político / sindicais e organizativas dogmáticas tornaram-se anquilosadas e até impotentes. Alheadas da ação de base e das necessidades, atuam no formalismo. Variados sindicatos implodiram, abriram-se espaços vazios tendo para o vácuo.

CENTRALIDADE DO TRABALHO E ALIANÇAS SOCIAIS

Já no século XIX havia um marceneiro alemão, dirigente revolucionário e de lutas operárias, defensor dos direitos das mulheres e dos homossexuais, preso pela sua oposição à guerra franco-alemã, de seu nome August Bebel que um dia proclamou: «socialismo ou barbárie».

Socialismo ou barbárie sintetiza bem a luta entre o socialismo e a miséria que grassa no mundo, entre o socialismo e

a destruição da natureza, entre o socialismo e os direitos das mulheres, entre o socialismo e os direitos sexuais, entre o socialismo e os direitos dos animais. No fundo, é também uma proclamação pela aliança social.

O percurso da história é claro: os capitalistas também competem entre si, criando e desenvolvendo novos modos de produção e novos produtos que vençam os mais atrasados e continuem a concentração de capital na globalização. Ambientalmente parece existir uma diferenciação nos donos do mundo: a classe possuidora dos modos de produção mais poluentes projeta dirigentes como Trump e Bolsonaro e multiplica o ultraconservadorismo. Em modo diferenciado a «Europa» favorece a descarbonização, a digitalização e o ambiente, enquanto a Alemanha ainda possui 83 centrais a carvão e o nuclear quase sai da agenda ambiental europeia.

Nós, que só vivemos do nosso trabalho, não podemos ter ilusões num capitalismo verde. Este não deixa de ser capitalista e a digitalização não diminui a exploração. Que o digam as trabalhadoras vítimas de doenças profissionais na indústria 4.0.

Também não podemos encarar as novas tecnologias como muitos operários encararam a máquina a vapor: destruindo-a. Negar as alterações climáticas e a degradação do planeta tornar-se-á, objetivamente, um apoio ao capitalista mais poluente e conservador. Essa atitude está inevitavelmente derrotada.

Só a alteração radical dos modos de produção poderá inverter o rumo de destruição do planeta.

Nós que queremos o fim da exploração da pessoa pela pessoa e compreendemos a necessidade de um novo regime anticapitalista temos de juntar forças e construir alianças, começando na tentativa de conseguir reformas que melhorem a vida das pessoas.

Nós, sindicalistas, que olhamos a luta de frente, precisamos entender que é determinante construirmos alianças com movimentos ecologistas, feministas, de direitos LGBT, etc. E estes movimentos precisam de encarar o mesmo. Trata-se de uma relação «biunívoca».

A construção de alianças não se faz no domínio da marcação de agendas e exigências de forma unilateral e depois convidar outras a aderir. As alianças constroem-se abertamente e em partilha, não

em modo reboque. Sem prejuízo da interdependência de cada entidade, juntar forças não condiz com reavivar «modernas» cor-reias de transmissão!

Juntar forças e solidariedades é também determinante para enfrentar as dificuldades e construir a amplitude de uma resposta social positiva que não deixa espaços vazios propícios ao ressurgimento da extrema-direita.

DO VAZIO POLÍTICO À CONSTRUÇÃO DA ALTERNATIVA

O vazio político é quase como um buraco negro! Eles sorvem protagonistas «bons ou maus», de esquerda ou de direita, oportunistas ou ativistas que desejam lutar e levantar a sua classe.

O vazio político é um lugar de disputa e conquista e diferencia-se do buraco negro onde tudo é absorvido e anulado na massa em concentração pró-infinito.

A disputa e a conquista é a alternativa ao buraco negro, a conquista na pedagogia, na esperança, na participação individual e coletiva para «acabar com o estado a que isto chegou»². A juventude é a prioridade!

Hoje, entendo eu, num sindicato a disputa e a conquista precisam de alguns elementos fundamentais: democracia, parti-

² Famosa expressão de Salgueiro Maia no 25 de abril de 1974.

cipação da base nas decisões e coletivos, agenda priorizando a juventude – sem deixar ninguém para trás -, ação com comunicação e mediatização.

Os modernos meios de comunicação também podem e devem ser utilizados para o exercício da democracia: quantos sindicatos propiciam às e aos sócios a votação prévia de aumentos salariais? Quantos têm efetivamente direito de ten-dência?

A agenda reivindicativa é hoje o reflexo das relações de forças entre trabalhadores e entidades patronais. Quantas agendas são construídas com a participação dos e das sócias? Quantas greves são previamente votadas? Que mecanismos de solidariedade com as lutas se criam? Que condução de lutas se faz de modo que, ganhando ou perdendo, isso contribua para o reforço da identidade e consciência de classe? Quantas vezes se assinam acordos em que os mais novos perdem direitos face aos mais velhos sem sequer auscultar os trabalhadores?

A resposta democrática dos trabalhadores deve exigir novos direitos no trabalho por turnos e outras exigências que já fazem o campo político da reivindicação.

Há seis perspetivas que gostaria de partilhar convosco:

- Todos os acordos para aumentos salariais têm de ter, por lei, como mínimo o valor em numerário do aumento do salário mínimo.

- Devem ser proibidas discriminações de jovens e mulheres nas empresas. Todas as discriminações de género, idade de pessoa ou data de entrada na empresa devem passar a ser iguais às mais favoráveis em ACT, AE ou CCTV.

- Incorporar representantes sindicais na Autoridade das Condições de Trabalho; eleição pelos trabalhadores de parte dos juizes de trabalho; garantias de apoio médico público e especializado nos conflitos com seguradoras ou na determinação de graus de invalidez em sede de Tribunal de Trabalho.

- As empresas de aluguer de mão-de-obra devem ser extintas e os seus trabalhadores integrados nas empresas onde prestam serviços.

- A resposta ao desemprego deve incorporar o fim do fator de sustentabilidade e a diminuição da idade de reforma.

- A resposta às novas tecnologias deve incorporar a exigência da redução do horário de trabalho para o máximo de 35h semanais e a possibilidade de ser prestado em quatro dias.

A alternativa vencerá o medo e afirmar-se-á para ganhar o futuro!

Victor Franco é dirigente do Sindicato das Indústrias, Energia e Águas de Portugal (SIEAP).



Foto: Anton Nazaretian @ Unsplash

“FALTAM DEBATES SOBRE A LITERATURA”

ANA BÁRBARA PEDROSA
E AFONSO REIS CABRAL

Conversa conduzida por
Paulo Jorge Vieira

Fotos de
Pedro Gomes Almeida

À conversa com Paulo Jorge Vieira, os escritores Afonso Reis Cabral e Ana Bárbara Pedrosa refletem sobre o que significa hoje escrever, ser leitor e pensar o mundo a partir da própria literatura.

Afonso Reis Cabral (ARC) - Uma das coisas que me tem, ultimamente, levado a pensar na escrita é a eficácia narrativa, e muito na escola americana. Tenho feito várias leituras nesse sentido: como é que se conta uma história e como é que se fazem arcos narrativos, e como é que o próprio estilo literário se intrusa nesse âmbito. Como é que não prejudica a qualidade da escrita, o estilo – o que quer que lhe queiramos chamar – perante a estrutura da história. É até uma das coisas de que tenho conversado com a Ana Bárbara.

Ana Bárbara Pedrosa (ABP) - Acho que há uma tendência na literatura, também na portuguesa, de sacrificar o conteúdo em prol de uma forma. O conteúdo existe certamente, mas é quase um artifício dentro da narrativa, instrumentalizado para que aquela forma sobreviva. Muitas personagens são criadas só porque o autor quer fazer passar uma mensagem, o que faz com que não sejam sequer humanas mas robôs autômatos ao serviço de um estilo.

ARC - Porque no fundo estamos a falar de uma certa luta que existe, e que é artificial, entre conteúdo e forma. As duas coisas formam uma síntese, não são lados opostos, fazem parte da mesma coisa, e do mesmo gesto literário. Há quem defenda que deveremos trabalhar mais o



estilo, ou voos de linguagem. E a história é secundária. Eu acho que as duas coisas estão ligadas. No “Pão de Açúcar”, interessei-me muito trabalhar imagens e cenas. Mas para isso é preciso que a linguagem esteja conforme e esteja à altura disso. Quanto mais a linguagem for transparente para chegar às cenas que tentei criar, mais está à altura, mais apurada é, mais trabalhada é. Se a linguagem estiver lá a mais, se houver um voo de linguagem, que até pode ser muito interessante e bonito, que depois faz tropeçar as personagens, é um problema. A simplicidade e a linguagem depurada são difíceis de alcançar. Fazer bonito é muito mais fácil, é quase instintivo.

ABP - Os voos de linguagem é que acabam por criar um texto artificial.

ARC - Exatamente. E o que é estranho é que se diga que trabalhar a história não é trabalhar a linguagem. É, é trabalhar a linguagem justamente por isto.

ABP - E pô-la ao serviço dessa história, e fazer com que essa história funcione. Ou seja, o fundamental é criar uma linguagem funcional para a história que ali se tem.

Paulo Jorge Vieira (PJV) - Não sei se não estamos a viajar em coisas diferentes: a forma, esse voo de estilo, a importância da construção das personagens. A minha dúvida é se vocês acham que estamos numa “ditadura da forma”.

ABP - Eu acho que é dos temas. Por vezes, há uma forma de se instrumentalizar as personagens para que sejam debatidos temas. Ou seja, o que importa na construção da personagem não é o que é ela é humanamente, mas sim o potencial que tem para pôr um tema no centro da narrativa. Sinto muito isso.

ARC - Mas aí já não tem que ver com estilo versus história?

ABP - Acaba por ter com esse estilo que é associado a um conteúdo, que não depende do que está em causa na narrativa daquelas personagens que são instrumentalizadas.

PJV - Isso é um não-personagem?

ABP - São instrumentos da narrativa. Isso acontece muitas vezes.

ARC - É a questão do arco narrativo.

ABP - Até pode existir um arco narrativo

do romance, da mensagem que passa, ou de um assunto que tem um problema inicial e que é resolvido no final. Mas as personagens ficam a patinar, sem grande sentido enquanto personagens, mas apenas enquanto instrumento para potenciar que se veicule o resto. Sem urgências e sem angústias.

PJV - E a grande narrativa em termos canónicos tem grandes personagens?

ARC - Sim, tem de ter. E grandes temas.

ABP - O que a distingue é precisamente isso: tratar grandes temas com personagens que sejam gente real.

ARC - Exactamente. Isso é uma boa abordagem. Também acho.

ABP - É fácil pegar em gente real, que pode ser algo colado da realidade, e partir-se daí para uma narrativa mas não tratar assunto nenhum. E é fácil obcecar-se com um assunto e criar-se personagens que permitam o tratamento literário desse assunto.

ARC - E portanto não serão personagens.

PJV - Nos vossos livros, as personagens são pessoas que existem?

Como seres humanos, temos necessidade de ficção, de ouvir histórias. Faz parte da nossa genética. E vamos buscá-la, hoje em dia, a séries que são excelentes em muitos casos, mas depois a literatura perde, a leitura perde. Melhor: a leitura da literatura perde.

Afonso Reis Cabral

ARC - Não. Não. Não tem que ver com isso. Quanto mais humana uma personagem for, mais real ela é. Sem ter qualquer correspondência com o real de facto. E até posso dar o exemplo concreto do “Pão de Açúcar”. O livro parte do caso Gisberta, um caso real em que há intervenientes conhecidos, mas o meu livro não é isso. Ou seja, o livro inspira-se aí e tenta procurar outra coisa. Tenta procurar o conflito humano lá, por exemplo. E eu assumo plenamente que o livro é ficção. E que, apesar de Gisberta ter existido e do caso ser conhecido, o que está ali é totalmente ficcional. E aquelas personagens são muito mais “eu”, de alguma maneira, do que um caso real. E são uma construção intelectual, como é evidente. Não tem que ver com uma correspondência com o real. Aliás, tenho notado nos leitores ultimamente uma tendência de procurarem o que é real, ou o que não é. “Pão de Açúcar” baseia-se num caso real e é mais legítimo pensar nisso, mas mesmo em “O Meu Irmão”, justamente porque se baseia numa realidade que conheço, as pessoas tentaram encontrar correspondências, quase uma chave de leitura. Não existem chaves de leitura. Mas o livro é uma unidade contida, não precisa de mais nada. Vive por si.

ABP - Não precisa de justificação biográfica do autor.

PJV - Mas vive da relação que tem com os leitores.

ABP - É atualizada na relação que tem com os leitores. O livro só existe no momento em que é lido.

PJV - Ou seja, essa chave acontece no momento em que leio um destes livros e em que tenho com estas personagens, com esta história, com este tema, uma determinada relação.

ARC - Sim, mas essa relação é totalmente independente não só do autor mas também de qualquer origem mais ou menos autobiográfica ou mais ou menos real do livro.

ABP - Deve ser absolutamente irrelevante quem é o autor, a vida do autor, o que é que o autor andou a fazer e, já agora, para que é que o autor escreveu o livro. A relação dialógica é proposta pelo autor e o leitor atualiza.

PJV - Mas essa relação não é limpa, não é pura.



ABP - Uma pessoa escreve um livro. Quem o lê tem o direito de fazer o que quiser, as assunções que quiser, em relação a esse livro. Mas não tem de tentar justificar o livro pela biografia dos autores. Até porque o autor que cria aquela obra pode recorrer aos artifícios que entender. E pode criar até um jogo de, assumindo que haverá um certo biografismo na análise, deturpar propositadamente. Isso vê-se muito na auto-ficção, em que se assume que um autor vai usar os artifícios da literatura mas partindo da matéria que tem da sua biografia. Mas, a partir daí, mesmo quando um autor está a dizer mal de si, como é que o leitor vai decidir em que acreditar?

ARC - Podemos vê-lo no caso do Karl Ove Knausgård. Como leitor, até posso ter uma certa curiosidade instintiva por ele assumir que aquelas não são personagens, são pessoas. Mas se essa informação não tivesse sido veiculada pelo autor seria igual.

ABP - Ler-se-ia exatamente da mesma forma. Ainda que possa criar uma certa ideia de *voyeur*.

PJV - Ou seja, a chave de leitura pode ser muito diversa.

ABP - É tão diversa quão diverso for o número de leitores.

PJV - E todas são plausíveis?

ARC - Não, não. Há uma baliza fora da qual também não é muito legítimo fazer uma análise. O leitor não pode achar que um livro de ficção científica sobre Marte é um livro de ficção científica sobre Júpiter. Mas existe uma margem gigante de interpretação.

ABP - Isso nota-se muito em livros que permitem discussões a sério sobre personagens. Em que podemos ter mesas de gente aos berros a discutir coisas.

PJV - Ana Bárbara, há uns dias dizias que é necessário fazer uma discussão pública mais acesa sobre literatura em Portugal. O que é que isso quer dizer exatamente?

ABP - Era sobre cultura em geral. É que parece-me que neste momento vivemos num paradigma de acordo com o qual - e vou falar especificamente de literatura - cultural e entretenimento são a mesma coisa, até na forma como isso é encarado na comunicação social. A literatura é vista como entretenimento, portanto muitas das páginas que são dedicadas ao assunto da literatura parecem resu-

mos de sinopses enviadas pelas editoras. A comunicação social, pegando em conteúdos culturais, tem todas as condições, e até uma certa obrigação, de trazer isto para a linha da frente. Nós temos as televisões cheias de programas de pessoas desesperadas para casar com um desconhecido qualquer. Isso forma um tipo de público. Até estes programas começarem a surgir, este público não existia. Criando-se a sério debates sobre literatura, e até concretamente sobre obras específicas, acho que se pode explicar o que é que uma obra pode dizer a alguém e qual é que pode ser o papel da literatura nos tempos atuais, até ao mostrar-se o papel da receção. A crítica literária tem perdido muito o espaço. Agora a palavra crítica até parece que tem um sentido pejorativo. Parece que significa "dizer mal". E mesmo assim muitas vezes os críticos tem uma tendência para só dizerem bem. Ou para só resumirem mas não propriamente fazerem uma análise.

PJV - Mas a crítica literária está assim tão mal em Portugal?

ABP - Está muito chutada para canto.

ARC - Eu acho isso preocupante, dentro de um cenário que é ainda mais preocupante. Lê-se cada vez menos literatura. A partir daí, há uma cascata que vai descendo e que vai pingando cada vez menos. As séries de televisão, as séries de *streaming* em particular, tem roubado muitos leitores. Como seres humanos, temos necessidade de ficção, de ouvir histórias. Faz parte da nossa genética. E vamos buscá-la, hoje em dia, a séries que são excelentes em muitos casos, mas depois a literatura perde, a leitura perde. Melhor: a leitura da literatura perde.

ABP - Lê-se menos literatura, mas não se lê menos. Acho que a comparação não é só com as séries, mas também com um outro conjunto de livros que chegam a uma grande parte de leitores, mas que também vem desse paradigma da confusão entre cultura e entretenimento, e depois existe a falta da capacidade analítica na receção.

ARC - Nas livrarias dos países anglosaxónicos distingue-se entre ficção e literatura. Por literatura, entende-se os clássicos, mas tudo o que é ficção contemporânea comercial vai para outra categoria.

PJV - Vocês têm os dois menos de 30. Quantos autores estão a ser editados, em grande grupos editoriais, com menos de 30 anos?



ARC - Serão poucos, muito poucos, não tenho dados para isso. Mas são poucos. Meia dúzia? Sei que hoje somos poucos. E quem diz 30, diz 35 e diz 40.

ABP - Aliás, nós estávamos há pouco a falar de uma autora que era apresentada como jovem autora e tinha 40 anos.

ARC - A partir de 2020, o Prémio Saramago terá idade limite os 40 anos, e não os 35. Isto pode ser um reflexo de termos poucos escritores publicados antes dessas idades.

PJV - Existe uma particularidade com os vossos três livros, em que eu, enquanto leitor, me consiga rever imenso tematicamente, em particular no "*Lisboa, chão sagrado*" e no "*Pão de Açúcar*", que se cruzam muito bem, de um modo muito contemporâneo, com as vivências LGBTI. É interessante que num momento em que tanto se tem debatido política identitária, os vossos dois livros, de um modo, diria eu, anti-política identitária, tragam partes e franjas da população LGBTI.

ABP - Em primeiro lugar, eu não tive qualquer intuito em fazer uma coisa que fosse "LGBT", não sei se sequer será assunto. A verdade é que o livro teria um tema. Seria um romance sobre a angústia que fica após o fim antecipado de um amor. Queria tratar isso ao mesmo tempo que tratava uma diferença etária entre duas personagens e a forma como essa diferença etária influa na maneira como as duas veriam esse término: uma com mais experiência de vida, e portanto na reta final da vida, com 50 anos, quando já não estaria à espera de grandes novidades; outra na casa dos 20, para quem tudo era novidade. O facto de estas duas personagens serem duas mulheres não foi para chamar um público LGBTI, foi porque calhou serem aquelas personagens, porque me fez sentido criar aquelas personagens, com aquelas pessoas. Parti para este romance com esta ideia. O romance foi muito rápido, demorei dois meses a escrevê-lo. Logo no início, construí o Noé, a minha personagem preferida. É um brasileiro todo gingão, muito descomprometido, muito relaxado, mas que depois também sente pela Eduarda - a tal personagem de 50 anos - a mesma força de atração que a outra personagem tinha sentido. Fiz mais ou menos de propósito para que a Eduarda não tivesse grandes características, de forma a ser uma espécie de musa em torno de quem várias personagens vão rodando. Com o Noé e com a Eduarda - que tinha vivido no Brasil -, com as questões

de mudança de Portugal para o Brasil, de emigração, das diferenças culturais, pude obviamente pegar nas minhas viagens ao Brasil, já que vivi lá e fiz lá o doutoramento. Era material vivo que eu tinha para poder usar na literatura. Se não tivesse vivido no Brasil, esta personagem assim não me teria surgido, como não me teria surgido a Dulcineia, que é uma personagem do interior da Bahia, retratada como uma índia exótica às curvas, que também vem viver para Portugal. E no meio disto há o Matias, um miúdo de 19 anos, musculado, que é trans. Isto surgiu-me sem grande propósito de fazer um livro de minorias, ou LGBT. Ok, terei ali uma relação gay, terei ali uma personagem trans, mas também personagens e relações hetero. O Matias totalmente inventado, mas que surgiu como um foguete uma vez, quando vi um rapaz que era trans, que tinha mais ou menos a mesma idade, e pensei «este rapaz vai ser a minha musa algures e eu vou ter que escrever sobre isto». E tudo acabou por se casar. Ninguém tem enveredado pela ideia de que há uma temática LGBT do livro, as pessoas falam-me sempre de outras coisas. Ultimamente, tenho falado com pessoas que ficam irritadas com a Eduarda moralmente, ninguém sugere ou analisa por via da orientação sexual. E ainda bem.

PJV - Mas tens consciência de que existem pouquíssimos casais lésbicos na literatura portuguesa?

ABP - Tenho. E não me interessa. Não fiz isto para colmatar uma falha. Nem para acicatar algumas coisa. Fiz isto porque calhou. Poderia ter sido um casal hetero. Mas, quer dizer, se se naturaliza a existência de um casal hetero, porque não se há-de naturalizar a existência de um casal gay? Ou seja, não é um propósito para chegar a um tema. É assim. A relação é aquela e eu não quis politizar ninguém nem abrir os olhos a ninguém, nem quis fazer nada nem ensinar nada. Aquilo que as pessoas até agora têm referido em relação ao meu livro até é mais a questão literária, o ritmo da narrativa. E quem me conhece fala muito do tipo de vocabulário, porque tenho uma relação até púdica com a linguagem que tenho que chutar para canto totalmente quando escrevo. Se eu me permitir espelhar-me no romance, deixo-o decepado, torna-se apenas numa parte de mim, numa coisa que não foge de mim, e por isso não tem interesse nenhum. Na hora de criar ficção, o que tenho de fazer é anular-me completamente para permitir coisas que não sou eu. E isso funciona ao nível da linguagem.

Houve uma senhora que veio ter comigo e disse que até se sentiu incomodada com a linguagem do livro. Respondi que também me incomodava. Ela não estava à espera daquela resposta, porque, à partida, eu só poderia escrever uma coisa com que estivesse confortável. Mas não tenho de estar. Tenho de criar outra coisa e, acima de tudo, não pensar num público alvo a quem possa agradar. Ou não pensar que vou fazer este livro com este tipo de personagens para isto depois circular numa fação.

PJV - Estás a dizer que essa diversidade que se plasma no próprio livro te surgiu com alguma naturalidade?

ABP - Absoluta naturalidade. Foi rapidíssimo. Ou seja, a forma como eu decidi os cinco núcleos foi rápida. Aliás, o próprio processo de escrita foi rápido. Falava muito com o Afonso sobre isto na altura. Havia alturas em que fazia com que acontecesse alguma coisa e depois dizia-lhe «Agora não sei como é que vou resolver isto». Mas a coisa já tinha acontecido, já tinha de criar um seguimento que fosse natural naquilo, mas que não fosse feito a pontapé.

ARC - A chave de leitura também está com o leitor e portanto o leitor identifica-se com determinado livro, e também o transforma nesse sentido. Mas acho problemático sobrepor uma temática, ou uma abordagem à literatura. Para mim, o que interessa, de facto, é a literatura, é escrever uma história bem feita. E isso não tem pretensão nenhuma de passar qualquer tipo de mensagem, até porque não o conseguiria, porque do ponto de vista pessoal não tenho essa experiência. No entanto, no “*Pão de Açúcar*”, interessou-me também não ter essa experiência e pôr-me no lugar de outro. A literatura ajuda a isso. A literatura ajuda a criar uma maior empatia. Um bom leitor, em princípio, é uma pessoa empática. É uma pessoa que percebe o outro na sua essência e que percebe a diferença em relação ao outro. Como leitor, tento fazer isso, vou à procura de livros que me confrontem e que me tirem do meu lugar de conforto. Como escritor, pelo menos no “*Pão de Açúcar*”, havia esse desafio maior. Mas o livro não é uma busca identitária.

ABP - Não pode ser nem um panfleto nem uma tese. Tem de ser outra coisa. Tem de ser a angústia, tem de ser a incerteza.

ARC - Tem de ser a incerteza, tem de ser a dúvida, tem de ser o que é profundamente humano. E o que é profundamente huma-

no é complexo, não se restringe a uma leitura...

ABP - E é errado muitas vezes, ou seja, não pode servir para tornar uma coisa bonitinha.

ARC - O “Pão de Açúcar” até foi um acaso. Eu li uma reportagem sobre os 10 anos do caso Gisberta e fiquei impressionado. Esse confronto que senti imediatamente levou-me a escrever. E levou-me sobretudo a tentar encontrar, a tentar preencher um vazio: «O que leva treze rapazes que encontram a Gisberta e a ajudam a matarem-na mais tarde?». Isto para mim era um mistério. E continua a ser porque o livro não é resposta a absolutamente nada. O livro é o que é. Valerá por si, e vive por si. Não é uma versão legítima, ou não legítima; não é alternativa à realidade. É uma outra coisa. Como a literatura é sempre uma outra coisa. E resumir um livro a uma leitura também não se pode fazer, embora depois cada leitor tire o que

A literatura é vista como entretenimento, portanto muitas das páginas que são dedicadas ao assunto da literatura parecem resumos de sinopses enviadas pelas editoras. A comunicação social, pegando em conteúdos culturais, tem todas as condições, e até uma certa obrigação, de trazer isto para a linha da frente.

Ana Bárbara Pedrosa

quiser. É evidente. Aliás, uma tendência atual é querer que os livros sejam panfletos. Perguntam-me muitas vezes o que quis dizer dizer com este livro ou qual é a mensagem dele. Um livro que tenha uma mensagem está debilitado para mim. A literatura confronta o leitor quando dá a ver, quando mostra.

PJV - Quando esta literatura mostra pessoas com diversidade funcional, pessoas trans, relações lésbicas, no momento que estamos a viver em termos de *backlash* político, social e cultural, onde a população imigrante é tratada de um modo discriminatório na sociedade portuguesa, e tu consegues falar dessa população imigrante da forma como falas, Ana Bárbara... Ou seja, percebo que me digam que não criam com uma determinada agenda, mas há aqui um sinal, enquanto leitor, de que vocês não fogem a temas difíceis e que, acima de tudo, provocam algumas lógicas mais conservadoras ao não fugiram destes temas difíceis.

ABP - Eu acho que é só uma pessoa estar a ignorar tudo o que é alheio à vontade de descrever aquelas pessoas. Ou seja, não é para provocar nada conservador, nem é para pensar que vou legitimar a existência desta condição imigrante ou o que seja. Claro que uma pessoa não se anula totalmente porque tem a sua forma de ver. Ou seja, tudo o que passa pelo livro, mesmo que seja contrário àquilo que achamos civicamente, é uma coisa que pode ser formulada na nossa cabeça. Não acho que um escritor tenha uma responsabilidade política e cívica superior à de qualquer outra pessoa. as obrigações morais, políticas, sociais, das pessoas são todas as mesmas. Toda a gente tem a mesma obrigação moral de tentar melhorar o mundo de alguma forma. Não acho que a literatura seja um campo em que isto se sublinhe. Não passa a ser mais importante na literatura.

ARC - Também tenho uma visão muito pessimista sobre isso, porque acho que a literatura não salva. Há uma ideia de que a literatura salva, e que redime, e que nos resgata. Pode resgatar-nos da condição de animal, isso pode, isso já é alguma coisa. Mas não nos redime como seres humanos. Basta ver o exemplo da Alemanha nazi, sociedade totalmente literata, e com leituras... isso não redimiou nada. a literatura busca naturalmente os temas difíceis. Porque busca os temas onde há conflito, onde há opiniões divergentes.

ABP - O ponto de partida é uma pergunta, não pode ser uma resposta.

ARC - Exactamente, acho que essa é uma boa frase. A pergunta está lá e depois vai-se respondendo. Mal, sempre. Às apalpadelas.

ABP - Depois o livro é uma hipótese de resposta.

ARC - Gosto particularmente de narradores na primeira pessoa e narradores muito diferentes de mim, quer num livro, quer no outro. Em “*O Meu Irmão*”, há um professor universitário, misantropo, que tem inveja do irmão deficiente, do irmão com síndrome de Down. Isto é um mote para o livro. O livro é muito mais sobre a inveja do que sobre a condição de quem tem síndrome de Down. Tal como o “*Pão de Açúcar*” parecer ser muito mais sobre uma busca de afetividade ou muito mais sobre ciúmes do que propriamente sobre a condição de quem é transexual.

ABP - A literatura permite ir àquilo que está escondido nas pessoas. Em “*O Meu*

Irmão”, isso nota-se. São dois adultos, dois irmãos, e o que fica escondido é essa relação de inveja. No meu livro, por exemplo, temos uma personagem com vinte e tal anos a viver uma angústia mas numa realidade muito mascarada em que ela não tem de existir. Ou no caso do Matias com a Rita. E aí também me interessa não só a criação da ficção, mas também a ficcionalização de cada pessoa, partindo da personagem e da forma como ela se apresenta ao mundo. Não podemos encerrar uma pessoa como uma tábua rasa ou uma coisa óbvia *a priori*, quando as pessoas são até diferentes não só quanto contextos, mas consoante as pessoas com quem estão.

PJV - Isso tem que ver com a densificação da construção da personagem de que falavas quase no início?

ABP - Sim, e que parte muito de uma ficcionalização das pessoas. Da forma como resolvem apresentar-se aos outros. Isto é um terreno muito fértil na literatura.

ARC - E assim podemos também falar do conhecimento do outro. E o conhecimento do outro é quase impossível, até porque o outro não se conhece a si próprio muitas vezes. E isso define a boa literatura. Essa tentativa e erro de descobrir o outro, ou seja, descobrir personagens. E das personagens se descobrirem a si próprias, e de falharem. Tal como nós. Estamos sempre a falar na descoberta do outro e na descoberta de nós mesmos. Eu estou constantemente nessa falha. E isto faz a literatura, em princípio.

PJV - E futuro? O que aí vem?

ABP - Eu estou a trabalhar num livro que foge totalmente ao “*Lisboa, chão sagrado*” em termos de temas e de de figura do narrador. Ainda estou à procura de tom e a trabalhar no arco narrativo.

PJV - Para quando?

ABP - Estou a escrever, logo se vê.

ARC - Eu estou com o próximo livro. Comecei este mês, e vou passar o ano todo a escrevê-lo, o que quer dizer que vou estar meses a tentar achar que aquilo vale alguma coisa, outros meses a achar que realmente vale alguma coisa. E por fim achar que não vale nada. Publico e depois se verá.



VIAGENS DE CONSTANTINO

Luísa Costa Gomes

(...)

No balão, sentados em círculo num banco de lona, quatro homens discutiam como deviam entreter-se na viagem. Um queria ler, o outro conversar sem propósito, o outro discutir o propósito da viagem e o outro escrever um poema ao deserto, que ele amava pela simples razão de que nascera lá. Quando Constantino quis saber para onde iam, foram vagos no destino:

- Para acolá – disse um.
- Para fora daqui – disse outro.
- Pelo ar, para onde for esta corrente de ar – foi o terceiro a falar.

Mas o último foi mais específico, se assim se pode dizer:

– Nós queremos ir à Taprobana, não quer dizer que lá cheguemos e muito menos que este meio de transporte vá para a Taprobana, que é remota e pequena; por isso é muito difícil acertar nela. É mesmo bastante mais fácil passar além da Taprobana do que aterrar nela! Se quiséssemos ir para um continente, como a América, seria fácil, porque difícil é não embater na América mais cedo ou mais tarde, em virtude do seu tamanho e da altura das suas agrestes montanhas. O mesmo vale para o continente da China. Mas a Taprobana...

– Não se chega à Taprobana com o plano de lá chegar – disse o terceiro. – Tem de se partir entusiasmado e de coração limpo para outro lugar qualquer, por exemplo, para este sítio que denominamos “acolá”, e depois perdermo-nos pelo caminho e chegarmos à Taprobana por mero acaso.

– O que não é nada fácil, nem seguro, sendo muito provável encontrarmos, nos lugares em que nos perdermos, desejos, belezas, interesses que serão obstáculos felizes e naturais, mas impeditivos de algum dia lá chegarmos.

– Não tomaremos essas belezas, esses desejos e interesses que encontrarmos pelo caminho como meras distrações – disse o segundo.

– Não, isso não é maneira de viver – disse o terceiro.

Ouviram um assobio agudo, umas duas ou três oitavas acima do lá natural, perceberam que o hélio saía do balão a velocidade anormal e que tudo na situação era anormal: o balão não trazia capitão, para começar. E ninguém encontrava o livro de instruções. Havia uma tabuleta com uns dizeres afixada na verga da barquinha, mas não deviam ser importantes, porque ninguém lhes deu importância. De facto, apenas dizia: *Non sporgersi. Non sputare in cielo*. Um dos viajantes, o mais forte, quis tapar com o seu turbante o rasgão no tecido do balão, por onde saía o lá. Constantino, na turbulência da queda, levantou as mãos ao céu:

– Será que a minha vida acaba assim? – gritou ele. – No ar, sem apoio?

Os homens afligiam-se menos. Tentaram equilibrar o balão, todos de um lado, dois de um lado e dois de outro, todos do outro lado, por um momento o balão flutuou numa corrente ascendente, mas o homem que tapava o rasgão não se deixou iludir. Sabia o suficiente para saber que o que fazia não era suficiente. E como caíam cada vez mais depressa, aceitaram finalmente cair. E dedicaram-se a pôr os pára-quadras.

Esta foi a parte da viagem, pensou depois Constantino, de que ele mais gostou. Saltar fez-lhe medo, mas aberto o pára-quadras, passada a primeira sacudidela violenta que o fez subir a pique uns quantos pés, pareceu-lhe o pára-quadras uma curiosa fundação, um chão acima da cabeça. Sentiu-se isso mesmo, pendurado do chão e pairou durante horas poucos metros acima de um mar transparente como um aquário, a par das nuvens em castelo, nimbos densos, que quase tocavam a água. Há muito que perdera de vista os companheiros quando o pára-quadras desceu sobre um embondeiro gigante e deitou Constantino nos braços de duas grossas ramadas, a uns cento e vinte pés de altura. Lá em baixo estendia-se uma praia de areia branca onde um sagui vermelho tentava apanhar na água chã um peixe que tinha pelo menos o dobro do tamanho dele. Do alto, Constantino via-o saltar sobre o peixe, depois via o peixe saltar sobre ele, e perguntou-se porque teria sido tão rápido a supor que era o sagui que pescava o peixe e não o peixe que caçava o sagui.

A prisão no cimo do embondeiro fez Constantino pensar na liberdade porque tendo-a, de momento não havia muito que pudesse fazer com ela. O pára-quadras servia para descer uns vinte pés – já isso seria muito arriscado. Haveria formas de descer da árvore, todas elas temerárias. E erguendo as mãos ao céu, Constantino perguntou outra vez:

– Será que a minha vida acaba assim? Pousado como um pássaro, em cima dum embondeiro gigante a olhar para um sagui numa praia de areia branca?

Não tinha acabado a pergunta dirigida não se sabe a quem, pois dificilmente o sagui saberia prever o futuro, quanto mais transmitir a sua previsão, quando viu recortado no horizonte com uma nitidez que desafiava os olhos, um paquete com a respectiva chaminé de onde se escapava o respectivo fumo. Ia levantar o braço para acenar e abrir a boca para o respectivo grito, quando percebeu na ponte o comandante do navio que o observava através dos binóculos. Constantino não soube o que fazer. Para quê chamar a atenção quando a atenção já tinha sido chamada? Fez uma vaga continência e esperou que o viessem buscar. O comandante, no entanto – é esta a ilusão de quem olha para quem olha por binóculos – não observava Constantino, nem sequer o tinha visto. Observava o incêndio que grassava na ilha, queimando tudo à passagem e, intrigado, seguia um grupo de homens que corria para a praia. Mandou descer o escalér e investigar quem seriam, se seriam naturais dali ou queriam ser salvos e devolvidos aos locais de origem. Ele próprio, o comandante, sendo homem curioso, foi o primeiro a descer ao escalér, depois de anunciar aos turistas presentes – tratava-se de um cruzeiro à Taprobana com tudo incluído, incluindo isto – esta nova e inesperada diversão. Passara, de repente, a ser um cruzeiro que incluía este género de surpresas para todos.

Na praia, o comandante percebeu que os corredores eram eremitas que viviam naquela ilha há muitos anos. Cada um considerava para si mesmo que a ilha estava deserta e se encontrava agora com os outros eremitas cheio de admiração, concluindo que o que cada um imaginara ser a sua solidão, era afinal ignorância dos outros. Dado que o incêndio chegava à praia, crepitando e flamejando, todos quiseram ser salvos e depositados em outras ilhas desertas, mas desta vez, exigiram, garantidamente desertas. Apenas um dos eremitas, ao compreender que o navio de cruzeiro comportava turistas, disse que preferia ficar e sofrer o martírio das chamas ou

morrer afogado. O escalér afastava-se já, os eremitas calados, olhando suspiciosa-mente uns para os outros, quando ouviram pelos ares o grito de Constantino em cima do embondeiro. Quem o ouviu melhor foi o eremita restante, sentado à sombra do tronco, e que apanhou um susto que o ia matando. É que não bastava a chusma de eremitas que povoava a ilha, ainda havia gente pousada nos embondeiros! O ar, entretanto, sufocava. As chamas chegavam à praia, faúlhas e cinzas boiavam no ar, pousavam na água. E tudo rugia, vermelho. O escalér voltou, mas os eremitas não sabiam como fazer pessoas descer de árvores. Sendo alguns deles versados em subir às árvores, por questões de sobrevivência, construíram uma longa escada (um eremita aos ombros de outro eremita, um terceiro eremita aos ombros do segundo eremita e assim por diante) e salvaram Constantino e os restos do pára-quadras. Afastaram-se depressa da praia, os marinhos remavam e tossiam, e todos eles viram enfim, envolta em fumo, a floresta exalar o seu último suspiro.

O comandante pilotava o navio de cruzeiro de uma forma um pouco excêntrica, recebendo instruções da mulher por telemóvel. Era ela que, da Taprobana, o guiava por controlo remoto até ao largo da Baía onde haviam de ancorar. Da cabina onde dormia, vizinha da ponte de comando, Constantino ouvia-o perguntar, ao leme do paquete:

– Um bocadinho mais para a esquerda? Assim? Mais? Eu estou a ver uma pequena embarcação com pescadores, não será melhor eu desviar-me, Noélia? Bem, tu é que sabes.

Ela devia vê-lo no radar e dizia do outro lado o que tinha a dizer. É improvável que visse a pequena embarcação com pescadores, coisas assim pequenas são difíceis de apanhar no radar. Eram pescadores com um certo azar. O comandante e Noélia eram o casal mais unido de que havia memória. Todas as frases do comandante começavam por referir “a Noélia, a minha mulher”, enquanto ela, onde quer que estivesse, se lhe referia sempre como “o meu comandante”. Ela ia de aeroplano em aeroplano para o destino do cruzeiro e de lá guiava o navio por controlo remoto, sentia o marido mais seguro se fosse ela a mandar. Era isto mesmo que fazia agora, espapçada na espreguiçadeira de um resort de luxo na Taprobana, sorvendo sorvete de *ylang ylang*, e sem grande disponibilidade de cabeça para os pescadores que se atravessavam no caminho do paquete.

Constantino, salvo do embondeiro, teve durante esses dias tempo para pensar no que tinha vivido e, como é natural, perguntou-se se teria aprendido alguma coisa. Mas, fora as teorias que lhe ensinara o filósofo, e que tinha dificuldade em aplicar às diversas circunstâncias, não via lições úteis em nenhum dos episódios precedentes.

– Estas aventuras das minhas viagens – pensou, deitado ao sol na rede – são todas um bocado livrescas. Sou vendido como escravo, fujo de balão, aterro num embondeiro, sou salvo por eremitas! Viajo num pacote de cruzeiro para a Taprobana! Mas eu não quero aprender que não se pode confiar na boa índole das pessoas e que o mundo é um caos de episódios ao acaso! Que não há água que não seja turva, não há intenção que não seja ambígua ou malévola! Não há dia feliz que não se transforme em amargura! Não quero aprender que de uma fuga vem uma prisão, de uma prisão uma catástrofe natural que nos liberta para nos encontrarmos de novo, assim que nos julgamos livres, numa outra servidão inesperada!

Como vemos, Constantino interpretava. Embalado na rede, lembrou-se da casa, como todos os dias fazia. A casa de que se lembrava ia mudando de dia para dia. Primeiro fora o lugar de onde fugira porque lhe era insuportável presenciar a traição de Florença. Quando casou com Beliza, a casa da infância iluminou-se de um amor que ele tinha escurecido. A traição de Florença tornou-se “a traição” de Florença. Percebeu que sentia a falta da pessoa de quem ele gostava, da sua insubstituível presença discreta, esquecido das exigências sem fundamento que ele lhe fizera. Sentia em sonhos o ar da sua praia, o calor da sua Mãe, o olhar amante de Cláudio, e envergonhava-se de ter fugido. Mas nessa altura não tinha meio de escapar, enquanto secretário e genro do filósofo. E hoje, salvo do embondeiro, pousava naquele amor lá dentro que agora lhe servia para o resgatar das estupidezes do destino e do que ele lhe reservasse. Constantino percebia que fazia menos perguntas, punha menos problemas pela simples razão de que podia fazê-lo, mas que a sua curiosidade se mantinha intacta. Por isso sentou-se direito quando lhe passou diante o grupo dos turistas. Reparou que os eremitas vinham também incluídos no grupo, embora parecessem constituir um grupo à parte. E dispôs-se a ouvir quando o porta-voz dos turistas, adiantando-se, informou:

– Vamos todos jogar críquete para o convés superior.

– Excelente ideia – disse Constantino, reparando na forma como estavam vestidos, de bermudas, camisas floridas, bonés de beisebol com a pala virada para a nuca, como crianças que tivessem inchado e crescido demais.

– Decidimos ir todos e agora vamos.

– Excelente ideia, temperatura ideal – disse Constantino, a lembrar-se do Avô que nunca perdia uma oportunidade de mencionar a temperatura do ar. O grupo esperou um pouco mais. Suspeitando que Constantino não devia ter percebido o conceito, o que tinha falado voltou a falar:

– Não te queres calçar? Para o críquete, convém.

– Eu não quero jogar críquete.

Percorreu o grupo um arrepio de surpresa. Não queria jogar críquete? Como assim? Então isso podia fazer-se? Todos tinham decidido que todos iriam! E todos fazem o que todos querem, nenhum faz o que cada um quer! Era o que faltava! Isso implicaria uma mudança de planos, teria novamente de se atravessar o processo de debate & negociação & deliberação & compromissos! Para chegar ao consenso, seria coisa para desperdiçar uma manhã inteira!

– Podem ir sem mim – disse Constantino. – Não temos de ir todos para onde vocês todos decidiram que se iria. Eu não decidi nada. Não tenho de vos seguir.

– Todos quer dizer todos, não quer dizer todos menos um, todos menos um não é todos.

– Arredondem para cima e todos menos um é como se fosse “todos”.

– Isso não faz sentido. Tu és parte integrante do todo! O todo integral não é todo sem as suas partes integrantes!

– Não é verdade – disse Constantino, espreguiçando-se – todos os todos são arredondados, não há todos perfeitos, excepto no ideal e na forma.

– O conjunto de todos os passageiros inclui-te necessariamente a ti. – disse o porta-voz, exasperado. – Vivemos numa democracia! Toda a gente faz o que toda a gente quer! Ninguém faz o que cada um quer!

– Lamento, não quero ir, estou aqui a pensar na minha vida e no que aprendi, se é que aprendi alguma coisa que me valha a pena para o resto da vida. Por exemplo, será que quero aprender que não se pode confiar em estranhos? Que o mundo é um lugar de enganos? Não estou nada certo disso.

– Então não vai ninguém! – disse o porta-voz.

– Não sei porquê – disse Constantino.

– Porque somos um conjunto! E até temos um subconjunto!

– Ponham-me noutro conjunto, dos que não vão jogar críquete!

– Com o teu egocentrismo vais estragar-nos uma bela partida de críquete! Com a tua teimosia em não querer fazer o que ficou decidido que se ia fazer!

Entreolharam-se os turistas, confabularam, calaram-se, hesitantes. Um gordo de camisa azul e com o cabelo a chispar de louro adiantou-se, e perguntou:

– Porque não jogas tu o críquete?

– Não me apetece agora.

– Tenho aqui umas pastilhas muito boas que te podem fazer mudar de ideias. Tomas uma e passas a querer jogar críquete.

– Não sou uma pessoa que toma pastilhas – disse Constantino, indignado.

– Tenho aqui umas outras pastilhas que, se as tomares, te transformam num ápice numa pessoa que toma pastilhas.

– Não tomo pastilhas que me tornem numa pessoa que toma pastilhas.

– Só uma – pediu o turista.

– Nem uma.

Os turistas entristeceram. Se bem entendi, nem os eremitas pareciam contentes.

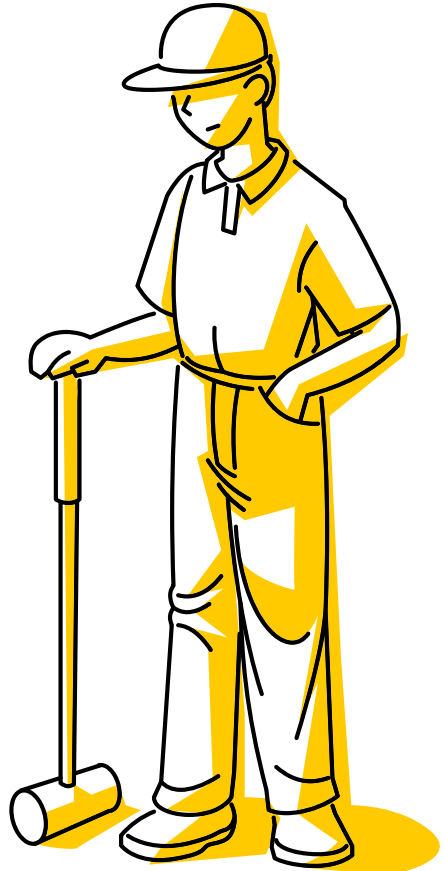
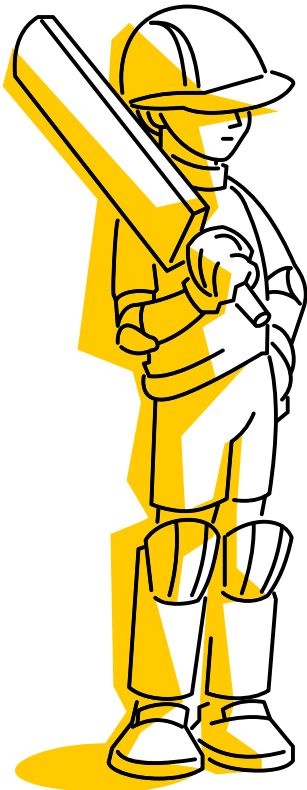


Ilustração: Tiago Tavares

Constantino teve pena e por uma questão de boa educação, vestiu-se, calçou-se e seguiu o grupo. A seu lado, amuava um grande ruivo que lhe confidenciou:

– Detesto jogar o críquete. Estava muito melhor na minha cabina, quente e confortável, a ler um romance de aventuras.

– Então porque vem jogar?

– Todos decidiram contra a leitura e a favor do críquete e eu, que detesto críquete, tenho de vir jogar, mas venho contrariado, garanto-lhe.

Deixou-se ficar para trás, arrastando os pés, para pelo menos não ter de pertencer ao primeiro turno do jogo. Dois outros, mais à frente, diziam:

– Detesto críquete, é um jogo que nem percebo bem. Anda-se para ali a bater a bola com o taco, uma em cada duas cai na água. O voleibol é que é bom, mas ninguém gosta de jogar voleibol porque é um desporto em que é preciso fazer exercício.

– O críquete é muito parado – disse o outro – não é bem um desporto, é uma conversa com tacos e bolas. Atiras a bola, atiram-te a bola, atiras a bola, correm para apanhar a bola, atiras a bola, atiram-te a bola, duas em cada três vezes a bola cai na água.

Por onde ia passando, Constantino ouvia queixas contra o críquete, e elogios a outros jogos e desportos muito mais do agrado de quem falava. Isto intrigou-o, que to-

dos tivessem decidido fazer o que nenhum deles queria realmente fazer. O que se passou a seguir podia ter sido uma lição para Constantino se ele tivesse querido aproveitá-la e foi isto: chegado ao convés, o grupo procurou em vão os tacos de críquete e o campo de críquete. Encontrou, em seu lugar, tacos do cróquete, bolas de cróquete e um campo com os característicos aros do jogo de cróquete. Passado o choque inicial, gerou-se uma discussão sobre de quem seria a responsabilidade de ter atribuído valor de críquete ao cróquete, responsabilidade que ficou por apurar, de tal modo confuso e equívoco tinha sido o início do processo. Não sendo possível jogar críquete com tacos de cróquete, pois os últimos são parecidos com martelos e os primeiros parecem-se com alfinetes grandes mas são feitos de madeira, sem a cabeça e com uma pega (mas não como as pegadas dos bules) houve um compasso de espera a ver se alguém iniciava um outro processo de consenso. O grande ruivo atirou a bola e deu umas tacadas, conseguiu passar a bola por baixo de um aro, e pouco depois estavam todos a passar bolas por baixo de aros com relativa satisfação. Sem mais, estavam a jogar cróquete, que é a finalidade natural dos tacos de cróquete. Constantino não pôde deixar de reparar numa rapariga lindíssima, mas muito desajeitada, que não conseguia passar bola nenhuma por debaixo dos aros e ofereceu-se para a ajudar. Cedo compreenderam que não iam a lado nenhum e decidiram ir conversar e passear de um lado para o outro para outro lado. Mas o grupo, vendo-os com vontade de partir, reuniu-se e vetou a separação. Iriam todos conversar dos eventos do dia e passear de um lado para o outro. Quando perceberam que teriam de levar aquela gente toda atrás, Constantino e a rapariga desistiram do passeio e por olhares e meias palavras combinaram encontrar-se mais tarde, depois do jantar, ali mesmo. Não sendo as meias palavras palavras inteiras, a combinação que eles pensavam ter ficado clara fez Constantino esperar umas horas no convés superior esquerdo, enquanto a rapariga desesperava no convés superior direito com os pés dentro da água clorada da piscina. Os pés tinham quase perdido a cor original quando Constantino, de passagem, sem esperança de a encontrar, por acaso a encontrou. Ainda mal tinham começado a namorar, já ela chorava e dizia:

– Tu não gostas de mim, só gostas de mim porque eu sou a única filha de um grande rei da cortiça! E tenho terras e casas e barcos e escravas! Barras de ouro! E muito dinheiro em papel!

Constantino não soube honestamente o que responder. Não a conhecia assim tão bem para saber se a atracção que sentia por ela tinha alguma coisa a ver com a indústria da cortiça. E como ele, perplexo, não dissesse nada, ela chorou-se mais e acrescentou:

– Tu não gostas de mim, tu só gostas de mim porque eu tenho um volume de cabelo louro, comprido, forte e bem tratado!

Constantino não podia honestamente rejeitar tal hipótese. O cabelo de Maia era um organismo sumptuoso. Acariciou-lhe as melenas, fez-lhe festas na cara, limpou-lhe as lágrimas, deu-lhe beijos, mas nada a acalmava:

– Tu não gostas de mim, só gostas de mim porque eu tenho a pele clara como leite, fina como um véu, um pescoço que nunca mais acaba, umas pernas esbeltas, tismadas e bem torneadas. Se eu não tivesse nada, não fosse nada, tu nem sequer olhavas para mim.

Constantino tentou honestamente imaginar Maia sem cabelo, com a pele grossa e escamada, e um pescoço largo assente em pernas toscas. Não era, honestamente, coisa agradável.

– Tens razão – disse ele. – Adeusinho.

E trepou pela gávea acima até ao cesto. Ouviu ainda Maia a lamentar-se que ninguém gostava dela, mas quanto mais subia, menos ouvia, menos queria ouvir. Sentou-se no cesto da gávea e refastelou-se a sós com o firmamento.

Era como estar a viver num mapa do céu. Constantino reconheceu as constelações, depois deixou de as reconhecer, deixou de as ver, despiu-se lentamente de si mesmo, sentiu-se espalhado nos ares como água, o dentro e o fora não faziam já diferença e assim espraído aos quatro cantos da abóbada celeste, ouviu a sua voz interior, subjugada e doce:

– *Che bello* – disse ela. – *Che bello* – repetiu. Porque era uma coisa que precisava absolutamente de ser dita duas vezes e em italiano.

A RESSURREIÇÃO DE IVAN ILITCH

José Luís Peixoto

Em Lisboa, no Martim Moniz. Há um mês, no dia 20 de Outubro de 2011.

Pouco habituado à superfície do chão, firmava um pé e depois outro, como se quisesse parar a rotação da terra. Levava as mãos levantadas à altura do peito, as palmas das mãos paralelas ao chão, equilibrando-se. No centro do Martim Moniz, ninguém prestava especial atenção a um homem de meia idade a cambalear. Nem os pombos se incomodavam com a sua presença. Eram pombos temerários, de patas mutiladas pelos elétricos. Zonzo, com passos que tinha acabado de reaprender, Ivan Ilitch aproximou-se de dois homens. Perguntou-lhes onde estava. Os homens não se admiraram com a pergunta.

Eram russos.

Antes de responderem, ofereceram-lhe uma golada de um pacote de vinho tinto, que tiraram de um saco de plástico do Minipreço. Ivan Ilitch não aceitou e não recusou, havia demasiado pânico nos seus olhos. Foi o homem mais magro que lhe disse que estavam no Martim Moniz. Confuso, com má pronúncia, Ivan Ilitch repetiu esses dois nomes: Martim, Moniz. Depois, perguntou como foi parar ali. Os dois homens olharam um para o outro, encolheram os ombros e não disseram nada. Eles próprios repetiam essa questão para si mesmos todos os dias.

Passou uma ambulância e Ivan Ilitch encolheu-se. Aterrorizado, perguntou qual a maneira de sair dali. Os dois homens acalmaram-no. Convidaram-no a sentar-se ao seu lado. O mais gordo perguntou-lhe o nome. Ivan Ilitch declamou o nome completo como se, ao fazê-lo, reclamas-se propriedade do seu corpo. Enquanto bocejava e rasgava o plástico de uma torta Dan Cake de morango, o mais magro achou curioso que tivesse o mesmo nome do juiz do livro de Tolstói. Ivan Ilitch não conhecia Tolstói mas, como se tivesse recebido uma memória repentina, aproveitou para dizer que era juiz. «Um juiz faz sempre muita falta», acrescentou o magro a mastigar torta e a rir-se pelo nariz.

Houve uma pausa sem palavras entre os homens. O mais magro era topógrafo, tinha sido essa a sua profissão na Rússia; o mais gordo era professor de álgebra, tinha sido essa a sua profissão na Universidade Lomonosov, em Moscovo.

Ivan Ilitch resignou-se ou começou a perceber o alcance da proposta que lhe era apresentada. Fixando a distância, talvez tentasse encontrar razões para aquela perturbação do seu descanso. A morte era uma tranquilidade tão confortável, tinha-se habituado a ela, não era justo roubar-lhe o costume e a paz que tinha conquistado nos ossos e no espírito. Porquê, porquê? Ou, também lhe ocorreu, talvez chegar ali, àquele lugar de barulho, fizesse parte da própria morte. Em qualquer dos casos, todo o trabalho que empregara com vista a alcançar uma morte que o satisfizesse, parecia desperdiçado.

«Não penses nisso», disse o homem mais gordo, como se conseguisse imaginar o que Ivan Ilitch estava a pensar. Nesse momento, através das frases arrastadas e incompletas que escutara, Ivan Ilitch já sabia que o homem mais gordo se chamava Sergei. O mais magro chamava-se Nikolai. Além disso, através das mesmas frases arrastadas, sabia que havia pouco trabalho. «Há trabalho, não há é patrões que paguem», corrigiu Nikolai, com a voz ainda mais lenta, a língua ainda com mais dificuldade de se desenrolar no interior da boca, com a cabeça a equilibrar-se sobre o pescoço, mas a descair, redonda. «Senhor Almeida gatuno, filho da puta», disse Sergei em português enquanto se esforçava por rasgar o bico de outro pacote de vinho tinto. Ivan Ilitch não entendeu essa frase, mas não se incomodou. Havia muito que não bocejava e que nem começava a tentar perceber. Essa frase portuguesa não era tão misteriosa como os automóveis que contornavam o lugar onde estavam, os autocarros, as motas. Mas o barulho dos motores, por mais insuportável, era um detalhe perante o mistério, o abismo, de estar morto num momento e, depois, no momento seguinte, estar ali.

Nikolai perguntou a Ivan Ilitch porque não tinha voltado para a Rússia. Ivan Ilitch não ouviu, fixava com perplexidade um grupo de indianos que, a poucos metros, atravessava o centro do largo do Martim Moniz. Nikolai começou a contar a sua própria história, a razão por que ainda não tinha voltado para a Rússia, mas ninguém ouviu. Sergei foi pedir um cigarro. Ivan Ilitch tinha os olhos envidraçados por cismas, a estranheza da sua nova condição tomava-o por inteiro. «E foi por isso, apenas por isso, que ainda não voltei para a Rússia», após dizer isto, Nikolai comeu-se tomado por um vapor patriótico, ia quase começar a cantar o hino nacional russo, mas Sergei chegou a fumar, a tossir e quebrou o clima. Ivan Ilitch, claro, não estava atento.

Então, como se despertasse de uma hipnose, Ivan Ilitch consciencializou-se de que tinha vivido, adoecido, morrido e ressuscitado. Essa constatação deu-lhe oportunidade de apreciar o movimento dos seus pulmões. A brisa, que novidade. Levantou o olhar, o céu, que distância. Em tudo, de repente, um entusiasmo extremo, uma euforia desmedida. Os seus olhos cresciam. Perguntou de novo onde estava. Sergei voltou a responder que estavam no Martim Moniz. «Sim, mas onde?», voltou a perguntar. Sergei respondeu.

Portugal.

Ivan Ilitch sentiu-se fascinado por essa palavra. De novo, queria viver. Acreditava, de novo, que seria capaz de restaurar a paz que alcançara por duas vezes: na vida e na morte. Procurando o olhar dos homens, que o admiravam de boca aberta e cara mal lavada, perguntou: onde vamos agora? Sergei, que segurava o último pacote de vinho já vazio, disse que podiam ir ao Minipreço. Ivan Ilitch concordou, ingénuo, sem ser capaz de prever o assombro que iria experimentar quando lá chegasse.



ÚLTIMA CHAMADA
A revista da semana.



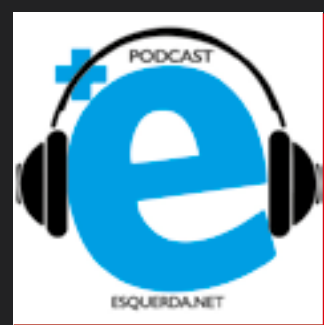
QUATRO E VINTE
Noticiário canábico quinzenal.



OS CANTOS DA CASA
Música portuguesa.



ALTA VOZ
Leitura de contos
e artigos longos.



MAIS ESQUERDA
Sons de debates
e conferências.

PODCASTS

para ouvir no esquerda.net



SUBSCREVE AQUI: esquerda.net/radio



GERAÇÃO À RASÇA

Pedro Craveiro

beber uma coca-cola zero
é tudo o que me resta
quando os que procuras te escapam
e nada absolutamente nada te salva
this ain't supposed to happen to me, claro,
mas ninguém me disse que o exílio
era esperar duas gerações nascer
ser o familiar distante
o primo que se foi
porque em terra de cego
quem tem olho é rei

beber uma coca-cola zero
é esse prazer de me querer perto
quando estou longe de engolir
o hálito gelado da minha casa,
a janela aberta que atravessa a noite sem mim
o aeroporto onde mais ninguém me espera
a não ser a minha mãe, é certo,
sempre com essa lágrima com esse coração lento
que me vê partir que me vê chegar
carregando comigo o peso do passaporte
a roupa do corpo as dívidas ao fisco
dois continentes às costas
enfim um filho sem regresso
nos braços



SENTIDOS



Threads: from the refugee crisis
Kate Evans

A SELVA DE CALAIS NÃO PODE SER ESQUECIDA

Threads: from the refugee crisis, da artista britânica Kate Evans é um impressionante registo sobre a crise de refugiados e migrantes que se vive na Europa, particularmente sobre o campo onde se concentraram milhares destas pessoas, a famosa Selva, em Calais, no norte de França.

Antes de ir ao conteúdo do livro relembro duas notícias do final de 2019, relacionadas com o transporte de migrantes na Europa. A primeira, e mais grave, aconteceu no Reino Unido, quando a polícia detectou 39 migrantes mortos dentro de um camião. A segunda, conta-nos como foram encontrados 41 migrantes num camião frigorífico, numa auto-estrada no norte da Grécia. Não são únicos estes casos. Ler o livro Threads: from the refugee crisis é ir ao encontro das pessoas que estão dentro destes camiões, para nos pormos

no lugar delas, e perceber que quando não há resposta, há desespero e redes de tráfico de imigrantes que se aproveitam.

Nesta novela gráfica, editada em 2017 pela Verso Books (ainda sem tradução em Portugal), a artista e ativista Kate Evans leva-nos para dentro da Selva, na cidade de Calais, durante os períodos em que ela própria lá esteve, entre finais de 2015 e primeiros meses de 2016, fazendo voluntariado no campo. São 176 páginas, desenhadas num registo de diário jornalístico, com um desenho livre, que recorre ao lápis de cor e a cores fortes, que se sucedem no tempo das suas várias estadias no campo, e que nos apresentam às pessoas que vivem nesta cidade improvisada, na última fronteira intransponível para aqueles milhares de pessoas que viajaram desde África ou Médio-orientes.

O livro começa por nos apresentar o campo, não esquecendo o local onde este se situa, a cidade de Calais, conhecida pelas suas rendas e bordados, que nos irão acompanhar por todas as páginas do livro. «Ninguém sabe quantas pessoas estão neste campo exatamente, ninguém as contou, estas pessoas não contam», diz Kate. Ninguém sabe quantas nacionalidades, mas são imensas, de vários pontos de África e do Médio Oriente. Kate não esquece também o contexto político que se vivia no momento, retratando as atitudes de Marine Le Pen e da responsável pela pasta do Interior do Reino Unido.

Tendo estado no campo, a fazer voluntariado, são retratados com detalhe muitos dos aspetos da organização do campo e das várias tarefas que os voluntários executavam, na tentativa de melhorar as vidas dos refugiados. Kate Evans avança nesta descrição do campo e leva-nos para dentro das casas precárias das pessoas, pergunta-

lhes como chegaram ali, porquê, e o que desejam para o seu futuro. As histórias são todas impressionantes, passam quase sempre por contextos de violência no país de partida, e uma longa, trágica e brutal travessia até chegar a Calais. Logo no início, numa cena que se desenvolve à volta de uma fogueira somos apresentados a uma série de curdos e às histórias da sua travessia, que envolvem espancamentos, meses em prisões na Rússia, mais violência para quem tentou fugir dela. E vai ser assim ao longo de todo o livro, vamos conhecendo de forma íntima casos de migrantes que têm família em Inglaterra, mas não conseguem passar o canal. Vamos ver como, em poucos meses, a condição de uma família pode mudar e como o desespero se instala, capturado por redes de tráfico de imigrantes que trabalham dentro do campo, em busca dos elementos mais frágeis. Vamos conhecer crianças sem família, que deambulam no campo sem qualquer rede de apoio, a não ser a dos voluntários e ativistas. Vamos também conhecer as reações da autora e ativista, como se irrita, como chora com o que vê e até as mensagens que recebe nas redes sociais.

A Selva de Calais já não existe hoje, foi desmantelada em 2016, mas os migrantes continuam em campos por toda a França, sistematicamente evacuados, ao mesmo tempo que se dificulta o acesso a estes cidadãos aos mais básicos direitos. Este livro é um retrato brutal de muitas histórias destes refugiados e migrantes, para que não se esqueça o que se passou em Calais, mas também para que se olhe para o que se passa ainda hoje na Europa.

Marco Marques



The Testaments
Margaret Atwood

THE TESTAMENTS E O PODER DA DISTOPIA.

São 34 anos que separam *The Handmaid's Tale* e a sequência *The Testaments*, editado no final do ano de 2019, mas é seguro

afirmar que o momento para o lançamento e propaganda desta narrativa não poderia ter sido melhor. Se retirarmos todo o marketing à volta da série de televisão homónima e todo o capital gerado, sendo que este lançamento não será de todo inocente, poderemos ter em mãos o ressurgimento das grandes narrativas feministas da nossa geração. O “revival” da história de June, não passa obviamente sem alguma crítica. Como expõe Julie Myerson na sua crítica no The Guardian¹, a diferença mais flagrante entre a escrita de *The Handmaid's Tale* e *The Testaments* será a pouca margem para uma leitura dúbia e de final aberto que o livro mais recente nos poderá oferecer (bem como a dificuldade num entrosamento mais pessoal com qualquer uma das personagens). Essa é também uma das consequências claras da mercantilização desta história e da absorção da imagética da série como cânone: é impossível fugir as imagens criadas pela brilhante série da HBO, e Margaret Atwood joga assim também com a imaginação do seu mais novo leitor. O retorno de Atwood aos grandes romances distópicos faz-nos recordar outras obras com o mesmo teor que fazem sentido ser relidas e analisadas com um olhar de contemporaneidade como *Fahrenheit 451* de Ray Bradbury, *The*

Road de Cormac McCarthy ou *The Man in the High Castle* de Philip K. Dick.

É absurdamente necessário a propagação das narrativas feministas e anti-capitalistas em 2020, e não haverá melhor maneira de o fazer que expor o absurdo e a extrema concretização das ideias que na criação de distopias ficcionais. A distopia tem o poder de nos fazer temer por um mundo que poderá ainda estar por vir, e talvez seja esse medo que nos faz lutar ainda com mais veemência contra as opressões e as injustiças que se têm vindo adensando nos últimos anos. Esta nova história de Atwood afina os laços de sororidade entre as personagens e deixa em aberto uma vitória sobre a opressão patriarcal. Se o medo tem a capacidade de nos fazer acordar, a esperança é essencial para conseguirmos seguir em frente.

Sara Azul

¹ Myerson, Julie. The Testaments by Margaret Atwood review – hints of a happy ending, The Guardian, 2019 - <https://www.theguardian.com/books/2019/sep/15/the-testaments-margaret-atwood-review>



Podcasts.

Reportagens.

Vídeos.

Opinião.

esquerda.net

**O PORTAL DE TODAS
AS LUTAS.**

RECEBE AS NOTÍCIAS NA NOSSA NEWSLETTER DIÁRIA.

